

cescontexto

**1º Encontro de Investigação
“Salvaguarda em Desenvolvimento”**

*1st Research Meeting
Safeguarding in Development*

Organização | Organization

Adelino Gonçalves

Margarida Relvão Calmeiro

Rui Fernandes Póvoas

Teresa Cunha Ferreira

Nº 26

Junho, 2020

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação/Coordination: Ana Raquel Matos e Antonieta Reis Leite

ISSN 2182-908X

Agradecimentos

A presente publicação reúne parte dos artigos submetidos e apresentados no Encontro de Investigação Salvaguarda em Desenvolvimento, organizado no âmbito dos projetos de investigação de estudantes do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada (mRUI) do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (dARQ) e do Programa Doutoral em Arquitetura (PDA) Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP). Os Editores agradecem às respetivas instituições, a todos os participantes do 1.º Encontro de investigação Salvaguarda em Desenvolvimento e aos autores pelos seus significativos contributos, que muito enriquecem esta publicação.

Aknowledgements

This publication brings together a part of the articles submitted and presented at the 1st Research Meeting Safeguard in Development, organized under the research projects of the students of the Master in Integrated Urban Rehabilitation (mRUI) of the Department of Architecture of the Faculty of Sciences and Technology of the University of Coimbra (dARQ) and the Doctoral Program in Architecture (PDA) of the Faculty of Architecture of the University of Porto (FAUP). The Editors would like to thank the respective institutions, all participants in the 1st Research Meeting Safeguard in Development and the authors for their significant contributions, which greatly enrich this publication.

Comissão Organizadora | Organizing Committe

Adelino Gonçalves (dARQ)
Margarida Relvão Calmeiro (dARQ)
Rui Fernandes Póvoas (FAUP)
Teresa Cunha Ferreira (FAUP)

Moderadores | Chairs

Raimundo Mendes da Silva (dEC)
Margarida Relvão Calmeiro (dARQ)
Teresa Cunha Ferreira (FAUP)

Oradoras(es) | Speakers

Ana Tarrafá (FAUP)	Matthew Noch (dARQ)
Daniela Ribeiro (FAUP)	Miguel Conduto (dARQ)
Francesca Vita (FAUP)	Ricardo Rodrigues (FAUP)
Marcelle Pascoal (dARQ)	R. Bruno Matos (FAUP)
Mássuma Raza (dARQ)	

Keynote

Walter Rossa (dARQ)

Índice

Adelino Gonçalves, Margarida Relvão Calmeiro, Rui Fernandes Póvoas e Teresa Cunha Ferreira

Apresentação 5

Presentation 9

Walter Rossa

Património, um novo fôlego para o desenvolvimento? 14

Heritage, a new breath for development? 16

Ana Tarrafa Silva

The substance of cultural significance on spatial planning policies: The materializations of tangible to tangible heritage on Municipal Master Plans 18

Ricardo Rodrigues

Salvuarda em desenvolvimento: a propósito do processo de classificação de Guimarães como Património da Humanidade 33

Marcelle Pascoal

Património e(m) desenvolvimento. Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana: o caso de Condeixa-a-Nova 52

Miguel Conduto

A operacionalização da salvuarda com instrumentos não financeiros 66

Daniela Ribeiro

Territorialização e património prospetivo. O Sistema Carbonífero do Douro e o seu enquadramento patrimonial..... 75

R. Bruno Matos

Investigar para salvuardar o património molinológico do Ave 90

Matthew Nouch

Ottoman-era pontine landscapes in South-Eastern Europe as heritage in question:
Identification, interpretation and values..... 103

Francesca Vita

Património em causa. O legado colonial da política dos reordenamentos populacionais (1968-
1973) no contexto rural contemporâneo da Guiné-Bissau..... 120

Mássuma Raza

O contributo da salvaguarda (s)em desenvolvimento para a (falta de) coesão urbana: o caso da
Ilha de Moçambique..... 129

Apresentação

A visão da sociedade para os destinos do património tem vindo a atravessar, ao longo das últimas décadas, uma mudança de paradigma. De bens com um valor em si e que devem ser alvo de medidas de estrita proteção para os passar às gerações vindouras, a perceção tem vindo a evoluir no sentido de configurar os bens patrimonializados como um recurso integrado no desenvolvimento, com base na multiplicidade de valores e significados que eles representam.

Trata-se de uma perspetiva dinâmica que tem vindo a ser enriquecida com a consciencialização, cada vez maior, do papel que a cultura pode desempenhar no reforço das identidades sociais e na criação de novas oportunidades para (re)qualificar as diferentes dimensões do ambiente urbano.

Neste contexto, um novo fôlego das políticas públicas para o património dá sinais de uma inflexão em face do reforço dos compromissos assumidos internacionalmente com o desenvolvimento sustentável, socialmente justo e culturalmente enriquecedor. Desse modo, reveste-se de grande importância a noção de património enquanto construção social *bottom-up*, mais do que uma construção política *top-down*. Com as mudanças em curso, sobressai o entendimento do património como um discurso baseado na discussão dos valores, significados e usos dos bens patrimonializados (Smith, 2006).

De facto, no domínio do urbano, os (novos) desafios que se colocam às políticas públicas exigem perspetivas integradas para o património para responder a questões fundamentais para programar a sua salvaguarda em desenvolvimento:

De quem é e para que(m) é o património? Que mudanças são necessárias e admissíveis para uma salvaguarda em desenvolvimento? Que instrumentos e metodologias existem e/ou terão de existir para integrar o património?

Estas são algumas dessas questões e deverão estar na base do novo entendimento do património em construção, sobretudo pela Academia e de forma mais generalizada desde a adoção da Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana pela UNESCO, em 2011. Com base numa abordagem holística à noção de património, esta Recomendação não pretende estabelecer uma nova categoria patrimonial, mas tão só um modelo de desenvolvimento urbano inclusivo, integrando os valores patrimoniais (Rodgers; Bandarin, 2019). Assim, com este objetivo, entende a cidade como um sistema de continuidades e um processo histórico de sobreposição de valores e atributos culturais e naturais.

No âmbito das políticas urbanas, a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana propõe que se ultrapasse a noção de "centro histórico" como um recinto que integra a dimensão urbana do património de forma exclusiva, para englobar, no contexto urbano mais alargado, as características naturais, o ambiente construído – do histórico ao contemporâneo – as infraestruturas, os espaços livres e os jardins, mas também as perceções e relações visuais, as práticas e os valores sociais e culturais, os processos económicos e as dimensões imateriais do património.

Por conseguinte, entendendo a cidade como um processo, a Recomendação marca uma orientação diferente das políticas de salvaguarda ao afirmar a mudança enquanto característica inerente à condição urbana (Bandarin; Oers, 2012:198). Aliás, trata-se de um entendimento do próprio conceito de salvaguarda há muito defendido na Academia, nomeadamente por Françoise Choay (1988:173) ao referir que, “aplicada ao património construído, a noção de salvaguarda, mais ampla do que a de proteção/ conservação, é de uso recente. Ela está relacionada com o conceito de conjunto histórico e a sua integração na vida contemporânea.” Porém, é um entendimento que ainda não foi assumido plenamente pelas políticas públicas.

Neste contexto, o foco da salvaguarda está a ser reposicionado e a discussão da diversidade de significados e valores associados à dimensão urbana do património, emerge enquanto base metodológica da sustentabilidade do património por via da sua integração. Significa isto que os valores estéticos e formais do património arquitetónico, que absorveram até muito recentemente as políticas de salvaguarda, não estarão a ser substituídos, mas tão só colocados em perspetiva e a par com outros valores (materiais ou imateriais). Assim, também emerge a variedade de disciplinas e práticas envolvidas nessa discussão e, mais importante, a necessidade da articulação dos diversos saberes envolvidos.

Hoje, no quadro de uma Nova Agenda Urbana fortemente determinada pelos desígnios da sustentabilidade, o património surge assim como um recurso estratégico para a cidade e a sua salvaguarda evolui da estrita proteção estática, reguladora ou reativa, para uma visão proactiva dos bens patrimoniais como vetor e potencial para o desenvolvimento (Ferreira; Póvoas; Fernandes, 2018). É nesta abordagem dinâmica e prospetiva do património, como ferramenta operativa no reforço das identidades e na requalificação do ambiente urbano, que aqui se propõe a reflexão – em diferentes escalas, perspetivas e contextos – sobre Salvaguarda em Desenvolvimento.

1.º Encontro de investigação Salvaguarda em Desenvolvimento

Este número da Cescontexto - Debates reúne parte das comunicações apresentadas no 1.º Encontro de investigação Salvaguarda em Desenvolvimento, que teve lugar na Capela do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra a 7 de junho de 2019, e se centrou, precisamente, na articulação de diferentes perspetivas para a integração do património.

Fruto de uma organização conjunta do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra (mRUI) e do Perfil D - Património Arquitetónico do Programa de Doutoramento em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), com extensão às unidades de I&D Centro de Estudos Sociais (CES-UC) e o Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU-Grupos PACT) e com a colaboração do Mestrado em Reabilitação de Edifícios do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra (mRE), o Encontro foi um palco para discutir a investigação dos palestrantes realizada no âmbito dos trabalhos conducentes às suas dissertações de mestrado e de doutoramento.

Para esta edição, foi adotada a mesma a estrutura do Encontro, com uma conferência de abertura e dois painéis temáticos: **Políticas, Estratégias e Gestão e Usos e Valores do Património**. O foco foi a discussão sobre os usos e valores associados ao património em diferentes escalas e contextos geográficos, nacionais e internacionais, perspetivando a sua integração nas políticas públicas para o desenvolvimento. Em termos genéricos, foi este o mote/ desafio apresentado a Walter Rossa quando o convidámos para fazer a conferência de abertura. Um convite que fizemos com a naturalidade proporcionada pelos muitos anos de investigação que partilhamos sobre as matérias centrais do Encontro. Um convite que aceitou com a mesma naturalidade, disponibilizando o resumo aqui publicado.

A conferência de abertura – **Património, um novo fôlego para o desenvolvimento?** – mais do que uma provocação, é um espelho da hesitação que (ainda?) existe na conciliação entre *desenvolvimento* e *salvaguarda*. Uma hesitação que não é política, mas da implementação de políticas públicas, a qual, para garantir a própria sustentabilidade do(s) património(s), terá de superar as suas compartimentações e fazer sínteses ou ensaiar oximoros, para usar o conceito-chave usado pelo próprio Walter Rossa.

Políticas, Estratégias e Gestão

O primeiro painel analisa e problematiza diferentes abordagens às políticas, às estratégias e à gestão da salvaguarda em desenvolvimento à escala local. O conjunto de artigos questiona o objeto, os objetivos e os resultados das políticas locais de salvaguarda do património, a partir de uma reflexão crítica sobre os instrumentos, métodos e as práticas de gestão urbana.

Ana Tarrafá Silva procura identificar e explorar as diferentes categorias de atributos patrimoniais presentes nas políticas de desenvolvimento urbano ao nível local, em particular nos Planos Diretores Municipais (PDM) de Porto e Lisboa. Dada a natureza essencialmente regulamentadora da primeira geração de PDM, estes dois casos revelam uma mudança de entendimento, na qual o património começa a ser reconhecido como mais do que “edifícios e zonas de proteção”, passando a incluir outros valores e atributos, tangíveis e intangíveis. Esta ampliação permite-nos indagar sobre a possibilidade de articular estes planos municipais de ordenamento do território com outras escalas de planeamento e com a definição de linhas de ação capazes integrar a salvaguarda do património nas estratégias municipais de desenvolvimento.

Com este entendimento, Miguel Conduto ensaia um modelo de operacionalização da salvaguarda do património urbano, com base no uso de instrumentos não financeiros. Num momento em que a reabilitação urbana emergiu como uma prioridade das políticas de ordenamento do território, este artigo defende a necessidade de as Câmaras Municipais assumirem a responsabilidade de implementar os planos e programas de reabilitação urbana, usando de forma proactiva toda a diversidade de instrumentos de execução. Tendo como caso de estudo, Ferragudo (Lagoa), o ensaio aprofunda diferentes possibilidades associadas ao uso de instrumentos não financeiros.

Por seu lado, a partir de Guimarães, Ricardo Rodrigues traz-nos uma perspetiva de convergência entre salvaguarda e desenvolvimento que teve início no processo de inscrição de Guimarães como Património Cultural da Humanidade, entre 1983 e 2001. As práticas que caracterizam este caso ao nível das políticas urbanas e ao nível da gestão urbana, são herdeiras da visão integrada do património urbano defendida por Fernando Távora no início da década de 1980 e assentam na capacidade de gerir os recursos culturais preexistentes, onde a população residente ocupou sempre um lugar central.

Marcelle Pascoal, com Condeixa-a-Nova como caso de estudo e perspetivando as políticas locais para a reabilitação urbana, ensaia, precisamente, a adoção de metodologias participativas pela Câmara Municipal, com o duplo objetivo de integrar diferentes expressões do património local e contribuir para o reforço da coesão social. No fundo, defende que a sustentabilidade do património assenta na criação de processos socioculturais assentes nos usos do património e no reforço da identidade e participação social pelas comunidades locais.

Usos e Valores do Património

O segundo painel incide sobre diferentes abordagens aos usos e valores do património, baseados no seu entendimento como um sistema de valores partilhados, em estreita articulação com as comunidades, as paisagens e os recursos territoriais.

Daniela Silva, a propósito do património produtivo de Sistema Carbonífero do Douro, apresenta uma reflexão sobre as dificuldades e desafios encontrados na integração da sua condição patrimonial (enquanto património prospetivo) nas políticas de planeamento e gestão territorial. Por seu lado, o contributo de R. Bruno Matos incide sobre um sistema patrimonial relacionado com a água: um significativo conjunto de azenhas ao longo do Rio Ave. R. Bruno Matos apresenta a sua metodologia de investigação que assenta na análise e interpretação de

84 estruturas molinológicas, incluindo o levantamento e inventariação, na sua dimensão territorial e paisagística, a caracterização e diagnóstico da sua condição atual, e as estratégias para a sua salvaguarda e valorização.

Em contexto internacional, Matthew Nouch traz uma reflexão sobre o legado patrimonial e paisagístico do Império Otomano na região dos Balcãs, designadamente sobre a sua identificação, interpretação e valores: enquadrando a sua génese histórica, infere também sobre as suas transformações e usos ao longo do tempo, em particular sobre os restauros do pós-guerra e sua apropriação pelas comunidades após o processo de independência (rejeitados ou adaptados para novos usos), bem como os atuais desafios para a sua gestão e conservação.

Por fim, registam-se dois contributos sobre o património colonial português, designadamente sobre as políticas de salvaguarda e de desenvolvimento em relação com as comunidades locais. Mássuma Raza apresenta uma discussão sobre as tensões entre salvaguarda e desenvolvimento na Ilha de Moçambique (inscrita na Lista de Património Mundial desde 1991), fazendo uma análise crítica das principais medidas e estratégias de conservação do património da Ilha e identificando os obstáculos ao desenvolvimento. Por outro lado, questiona o papel que a salvaguarda pode desempenhar enquanto força motriz de coesão social e urbana. Francesca Vita traz uma reflexão crítica sobre a prática dos reordenamentos populacionais na Guiné-Bissau (1968-1973) analisando as repercussões sociais, espaciais e económicas deste património ao longo do tempo questionando, em particular, a apropriação dos modelos europeus pela população e os reflexos destes modelos no território contemporâneo.

Adelino Gonçalves
Margarida Relvão Calmeiro
Rui Fernandes Póvoas
Teresa Cunha Ferreira

Referências bibliográficas

Bandarin, Francesco; Oers, Ron van (2012), *The Historic Urban Landscape. Managing heritage in an urban century*. Chichester: Wiley Blackwell.

Choay, Françoise (1988), «Sauvegarde», in MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise (Dir.) (1988), *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, Presses Universitaires de France, Paris, 713.

Ferreira, Teresa Cunha; Póvoas, Rui Fernandes; Fernandes, Francisco Barata (eds.) (2018), *Fórum do Porto: Património, Cidade, Arquitectura*. Porto: CEAU.

Roders, Ana; Bandarin, Francesco (Eds.) (2019), *Reshaping urban conservation. The Historic Urban Landscape in action*. Singapore: Springer Nature.

Smith, Laurajane (2006), *Uses of heritage*. London: Routledge.

UNESCO (2011), *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Paris: UNESCO.

Presentation

Over the last few decades, there has been a paradigm shift in society's understanding of the destination that is to be given to its heritage. Previously heritage was considered as a series of assets of such value in themselves that they should be afforded strict protection measures enabling them to be passed down to coming generations. Now, however, our perception of these same assets has evolved in such a way that we now regard them as a resource that must be integrated in development, based on the multiplicity of values and meanings that such sites can represent.

It is a dynamic perspective that has been enriched with an ever-greater awareness of the role that culture can play in strengthening social identities and in creating new opportunities for (re)developing the different dimensions of the urban environment.

In this context, a new lease of life has been given to public policies for heritage, denoting a tendency to reinforce the commitments already assumed at an international level with a socially just and culturally enriching form of sustainable development. In this way, great importance is now given to the notion of heritage as a bottom-up social construction, rather than seeing it as a top-down political construction. With the changes that are currently being introduced, what is particularly noticeable is the understanding of heritage as a discourse that is based on a discussion of the values, meanings and uses of patrimonialised cultural assets (Smith, 2006).

In fact, in the urban world, the (new) challenges that are placed before public policies demand integrated perspectives for heritage, answering questions that are fundamental for programming its safeguarding in development:

Who owns the heritage? Who and what is it destined for? What changes are needed and admissible in safeguarding heritage in development? What instruments and methodologies exist and/or will have to be introduced in order to integrate heritage?

These are just some of the questions that have been raised and which will have lain at the basis of the new understanding of heritage that is currently being constructed, especially by the academic world and, in a more general sense, since the adoption of the Recommendation on the Historic Urban Landscape by UNESCO, in 2011. With this new holistic approach to the notion of heritage, this Recommendation does not seek to establish a new heritage category, but just simply a model of inclusive urban development that incorporates heritage values (Roders; Bandarin, 2019). Thus, with this goal in mind, the city is understood as a system of continuities and a historical process of combining and overlapping its cultural and natural values and attributes.

Under the scope of urban policies, the Recommendation on the Historic Urban Landscape proposes that we should move beyond the notion of the "historic centre" of a city as an enclosed space that exclusively encompasses the urban dimension of heritage and begin to include in the broader urban context not only the city's natural characteristics, the built environment (from the historic to the contemporary), the infrastructures, free spaces and gardens, but also its visual perceptions and relationships, the social and cultural practices and values, the economic process and the intangible dimensions of heritage.

Consequently, by understanding the city as a process, the Recommendation marks a clear shift in the orientation of heritage safeguarding policies by acknowledging change as an inherent characteristic of the urban condition (Bandarin; Oers, 2012:198). In fact, this is an understanding of the very concept of heritage safeguarding that has long been defended by the academic world, namely by Françoise Choay (1988:173), who states that "applied to built heritage, the notion of safeguarding, which is broader and more far-reaching than that of protection/conservation, has only recently begun to be used. It is related with the concept of a

historic ensemble and its integration into contemporary life.” However, this remains an understanding that has not yet been fully acknowledged by public policies.

In this context, the focus of safeguarding is being repositioned and the discussion of the diversity of meanings and values associated with the urban dimension of heritage emerges as the methodological basis for the sustainability of heritage through its integration into its surrounding environment. This means that the aesthetic and formal values of architectural heritage, which until very recently absorbed the policies of heritage safeguarding, are not being replaced, but just simply placed in perspective and are being considered alongside other (material or immaterial) values. In the same way, we have also witnessed the development of a range of different disciplines and practices involved in this discussion, and, more importantly, the need for combining and interrelating the various areas of knowledge that are involved in this process.

Today, within the context of a New Urban Agenda that is heavily determined by the designs of sustainability, heritage thus appears as a strategic resource for the city, and its safeguarding has evolved from a matter of strictly static, regulatory or reactive protection to a more proactive vision of heritage as a vector and a driving force for development (Ferreira; Póvoas; Fernandes, 2018). It is through this dynamic and prospective approach to heritage as an operative tool for the reinforcement of identities and the redevelopment of the urban environment that we now propose here a reflection – on different levels, with different perspectives and in different contexts – about Safeguarding in Development.

1st Research Meeting on Safeguarding in Development

This issue of Cescontexto – Debates brings together some of the papers presented at the 1st Research Meeting on Safeguarding in Development, which was held at the Chapel of the Department of Architecture of the University of Coimbra on 7 June 2019, and which focused precisely on the links between different perspectives for the integration of heritage.

Resulting from the joint organisation of the Master’s Degree in Integrated Urban Rehabilitation of the Department of Architecture of the University of Coimbra (mRUI) and of Profile D – Architectural Heritage of the PhD Programme in Architecture at the Faculty of Architecture of the University of Porto (FAUP), with an extension to the R&D units of the Centre for Social Studies (CES-UC) and the Centre of Studies in Architecture and Urbanism (CEAU) and with the collaboration of the Master’s Degree Course in Building Rehabilitation of the Department of Civil Engineering of the University of Coimbra (mRE), the Meeting was the setting for discussing the participants’ research, undertaken as part of the work leading to their Master’s Degree dissertations and PhD theses.

For this publication, the same structure was adopted as the one followed at the Meeting, with an opening lecture and two thematic panels: **Policies, Strategies and Management** and **Heritage Uses and Values**. The central focus of the meeting was the discussion about the uses and values associated with heritage on different levels and in different geographical, national and international contexts, considering their integration into the public policies for development. In general terms, this was the motto/challenge presented to Walter Rossa when we invited him to give the guest opening lecture. An invitation made with the naturalness that came from many years of shared research on the central themes of the Meeting. An invitation that he accepted with equal naturalness, making available to us the summary of his speech that is published here.

The opening lecture – **Heritage, a new lease of life for development?** – is more than just a provocation: it is a reflection of the hesitation that (still?) exists regarding the reconciliation between development and safeguarding. A hesitation that is not political, but in the

implementing of public policies, which, in order to guarantee the very sustainability of heritage(s), will have to overcome its compartmentalisation and make syntheses or attempt oxymorons, to employ the key concept used by Walter Rossa himself.

Policies, Strategies and Management

The first panel analyses and problematises different approaches to the policies, strategies and management of Safeguarding in Development at the local level. The group of articles questions the object, the aims and the results of local policies for heritage safeguarding, based on a critical reflection about the instruments, methods and practices of urban management.

Ana Tarrafa Silva seeks to identify and explore the different categories of heritage attributes that are present in urban development policies at the local level, particularly in the Municipal Master Plans (PDMs) of Porto and Lisbon. Given the essentially regulatory nature of the first generation of PDMs, these two cases reveal a shift in understanding, in which heritage is now recognised as more than just “buildings and protection zones”, beginning to include other tangible and intangible values and attributes. This expansion of the theme enables us to investigate the possibility of linking these municipal land use plans to other scales of planning and to the definition of lines of action that are capable of incorporating heritage safeguarding into our municipal development strategies.

Based on this understanding, Miguel Conduto attempts to create an operational model for the safeguarding of urban heritage, grounded in the use of non-financial instruments. At a time when urban rehabilitation has emerged as a priority in land use policies, this article defends the need for Municipal Councils to assume responsibility for implementing urban rehabilitation plans and programmes, making a proactive use of the full range of available instruments. Taking as its case study the parish of Ferragudo (in the municipality of Lagoa), the essay takes an in-depth look at different possibilities associated with the use of non-financial instruments.

In turn, Ricardo Rodrigues brings us a perspective from Guimarães about the possible convergence between safeguarding and development, which began with the process of Guimarães’ inclusion in the list of World Cultural Heritage, between 1983 and 2001. The practices that characterise this case in regard to policies and urban management are the legacy of the integrated vision of urban heritage defended by Fernando Távora in the early 1980s, and they are based on the capacity to manage pre-existing cultural resources, in which the resident population has always occupied a central place.

Marcelle Pascoal takes Condeixa-a-Nova as her case study and examines the local policies for urban rehabilitation. She attempts precisely to follow the participatory methodologies adopted by the Municipal Council, with the dual aim of integrating different expressions of the local heritage and contributing to the strengthening of social cohesion. Basically, she maintains that the sustainability of heritage is based on the creation of socio-cultural processes grounded in the uses of heritage and the reinforcement of identity and social participation by the local communities.

Heritage Uses and Values

The second panel looks at different approaches to the uses and values of heritage, based on its understanding as a system of shared values, being closely linked to local communities, landscapes and territorial resources.

Daniela Silva focuses on the Douro Carboniferous System as a productive heritage based on a complex social and technical system that includes both social support structures close to the points of extraction and (infra)structural systems and their respective links to the city of

Porto. In this context, she presents a reflection upon the difficulties and challenges found in incorporating the system's condition as a prospective heritage site into the territorial management and planning policies.

R. Bruno Matos' contribution looks at a heritage system related with water: a significant group of watermills along the River Ave. Bruno Matos presents his research methodology, which is based on the analysis and interpretation of 84 mill structures, including their identification and inventorying in territorial and landscape terms, their characterisation and the diagnosis of their current condition, as well as the strategies for their safeguarding and enhancement.

In an international context, Matthew Nouch brings us a reflection about the heritage and landscape legacy of the Ottoman Empire in the region of the Balkans, namely its identification, interpretation and values: beginning with its historical genesis, he also makes inferences about its transformation and uses over time, looking in particular at the post-war restorations and their appropriation by the local communities after the independence process (whether the heritage sites were rejected or adapted for new uses), as well as the challenges that they currently present in terms of management and conservation.

Finally, there are two contributions about the Portuguese colonial heritage, namely about the safeguarding and development policies that have been adopted in relation to the local communities. Mássuma Raza presents a discussion about the tensions between safeguarding and development on the Island of Mozambique (inscribed on the World Heritage List since 1991), making a critical analysis of the main measures and strategies adopted for the conservation of the island's heritage and identifying the obstacles to development. At the same time, she questions the role that safeguarding may play as a driving force for social and urban cohesion. Francesca Vita offers us a critical reflection on the practice of population resettlement in Guinea-Bissau (1968-1973), analysing the social, spatial and economic repercussions of this heritage over time, in particular questioning the appropriation by the population of the European models and the reflections of these models in the contemporary territory.

Adelino Gonçalves
Margarida Relvão Calmeiro
Rui Fernandes Póvoas
Teresa Cunha Ferreira

References

Bandarin, Francesco; Oers, Ron van (2012) - *The Historic Urban Landscape. Managing heritage in an urban century*. Chichester: Wiley Blackwell.

Choay, Françoise (1988), «Sauvegarde» in MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise (Dir.) (1988) - *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*, Presses Universitaires de France, Paris, 713.

Ferreira, Teresa Cunha; Póvoas, Rui Fernandes; Fernandes, Francisco Barata (eds.) (2018), *Fórum do Porto: Património, Cidade, Arquitectura*. Porto: CEAU.

Roders, Ana; Bandarin, Francesco (Eds.) (2019), *Reshaping urban conservation. The Historic Urban Landscape in action*. Singapore: Springer Nature.

Smith, Laurajane (2006), *Uses of heritage*. London: Routledge.

UNESCO (2011), *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Paris: UNESCO.

Património, um novo fôlego para o desenvolvimento?

Walter Rossa,¹ Centro de Estudos Sociais/ Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

wrossa@icloud.com

Ao convidarem-me para fazer a conferência de abertura, os organizadores do *encontro de investigação Salva-guarda em Desenvolvimento* teriam deixado a meu arbítrio o enfoque a dar-lhe. O que não era verdade, pois o título do evento é um conceito que já há uns anos acompanha a investigação focada no cruzamento das áreas disciplinares do urbanismo e ordenamento da paisagem, com o património cultural e o ambiente, do pequeno grupo de investigação baseado no Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra a que pertencemos. Não era, assim, expectável que o ignorasse. Todavia não deveria recorrer à abordagem que habitualmente faço na unidade curricular *Princípios de Intervenção no Espaço Construído*, que leciono em dois dos três cursos que foram o pano de fundo do evento e do respetivo programa.

Optei por avançar questionando literalmente o conceito, mais precisamente o seu só aparente carácter de oximoro. Sim porque, à partida, não só *salva-guarda* parece remeter para uma atitude conservacionista e *desenvolvimento* implicará a necessidade de inovar. Se hoje um e outro já não são entendidos de forma tão radical, há uns anos não era assim, e a sua composição resultava no tal efeito oximoro, uma contradição vertida num outro significado pela sua conjugação, que colocava num outro patamar de âmbitos e escalas as questões da conservação integrada, entre outras. Hoje já não é fácil encontrar entre especialistas em património cultural quem considere o desenvolvimento como antagónico da salva-guarda. O que mudou? Uma resposta fundamentada a esta pergunta exige uma revisão da evolução (histórica) de tudo quanto hoje está em jogo, ou seja, a ruína ou consolidação da convergência entre as problemáticas do ambiente com as do património cultural, ou, numa só expressão, a sustentabilidade da Humanidade.

Foi o que, com a concisão que a paciência disponível dos presentes exigia, fiz, ou seja, uma viagem rápida pela evolução do conceito de *desenvolvimento* e a sua colagem inicial à ideia de *progresso*, desde o estabelecimento da ordem internacional saída do Pós-Segunda Guerra Mundial, até à proclamação, em 2015, dos *Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável* pela ONU. Pela mesma altura a Cultura passou a ser considerada como um dos quatro *Pilares da Sustentabilidade*. Para a sempre conveniente ilustração empírica procurei recorrer a exemplos próximos, como as principais vicissitudes das últimas décadas do Império Português. Era, porém, inevitável também recorrer aos efeitos globais dessa nova ordem, como o aumento exponencial das desigualdades e o estabelecimento do Homem como o principal agente transformador do planeta, ou seja, o anúncio do Antropoceno. O que desde logo remeteu

¹ Walter Rossa (1962). Arquitecto (FAUTL 1985), mestre em História da Arte (UNL 1991), doutor e agregado em Arquitetura (UC 2001 e 2013). Professor catedrático do Departamento de Arquitetura e Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e, também na UC, titular da Cátedra UNESCO em Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa, e coordenador do curso de doutoramento homónimo. Tem sido professor convidado em diversas universidades estrangeiras, e publicado em diversos âmbitos e línguas. A sua investigação desenvolve-se segundo duas linhas de grande reciprocidade: urbanística de influência portuguesa; planeamento urbano em contextos com relevância patrimonial. Procura estabelecer interações entre a sua atividade académica e ações de cooperação para o desenvolvimento. É Expert Member do Comité International des Villes et Villages Historiques do ICOMOS e presidente do Comité Científico da rede Património Histórico Iberoamericano (2016).

para a história recente das preocupações com os desequilíbrios ambientais, ou seja, desde a realização, em 1972 em Estocolmo, da *UN Conference on the Human Environment*. Por feliz coincidência (ou talvez nem por isso), numa vertente então considerada muito diversa, no mesmo ano a UNESCO aprovou em Paris a *Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural da Humanidade*, que consagrou o conceito Património Mundial e instituiu a sua listagem, cujo procedimento evoluiu muito consideravelmente, diga-se que a par com o próprio conceito património cultural.

No meio século entretanto decorrido, a ordem mundial sofreu alterações estruturais que ainda temos dificuldade de caracterizar cabalmente e, ao ritmo cada vez maior com que as coisas se sucedem, talvez nunca seja possível fazê-lo. Trata-se de uma mudança dos paradigmas de perceção e atuação que tem, necessariamente, impactos na forma como encaramos e utilizamos os conceitos *salvaguarda e desenvolvimento*. Poder-se-ia mitigar a questão considerando que ela nos surge por trabalharmos a partir do urbano, mas essa é apenas mais outra questão que mudou, pois, a cidade é definitivamente, para o bem e para o mal, o vórtice do ecossistema humano. Cidade que é sinónimo de síntese, complexidade, densidade, integração. Por isso em Cultura não há, também definitivamente, compartimentos estanques. Olhe-se, por exemplo, para o que está a acontecer nos museus.

Plenamente integrado nas questões da sustentabilidade como braço armado da Cultura, o património é hoje um instrumento político muito poderoso, com expressões claras de força-fracas (*weak-force, soft-power*) na diplomacia e ações globais (da chinesa *One Belt, one Road Initiative*, ao francês *Rapport sur la restitution du patrimoine culturel africain. Vers une nouvelle éthique relationnelle*). É toda uma nova vida, um novo fôlego para o conceito *desenvolvimento*.

Heritage, a new breath for development?

post-abstract

Walter Rossa,² Centre for Social Studies/ Department of Architecture of the Faculty of Sciences and Technology of the University of Coimbra

wrossa@icloud.com

In inviting me to deliver the opening lecture, the organisers of the meeting on *Safeguarding in Development* gave me free rein to decide upon the focus for my speech. This was not, however, entirely true, since the title of the event is a concept that for some years now has accompanied the research that focuses on the crossovers between the disciplinary areas of urbanism and landscape management, cultural heritage and the environment, currently being undertaken by the small research group based at the Department of Architecture of the University of Coimbra to which we belong. It was not, therefore, to be expected that I would ignore this work. I should not, however, resort to the approach that I normally adopt in the course *Principles of Intervention in the Built Space*, which I teach on two of the three courses that formed the background to this event and its programme.

I chose to begin by literally questioning the concept, more precisely its only apparent quality of being an oxymoron. Yes, because, from the outset, not only does *safeguarding* seem to point towards a conservationist attitude, but *development* necessarily implies the need to innovate. While, today, neither the one nor the other are understood in such a radical fashion, some years ago it was not like this, and their combination resulted in the oxymoron effect I was talking about, a contradiction given another meaning through their being joined together, which created a whole new level of scopes and scales for the questions of integrated conservation, among others. Today, it is not so easy to find any specialists in cultural heritage who consider development as being antagonistic towards safeguarding. What has changed? A fully grounded answer to this question requires a revision of the (historical) evolution of everything that is at stake, or, in other words, the ruin or the consolidation of the convergence between the problematics of the environment and those of cultural heritage, or, to put it simply, in just one expression, the sustainability of Humankind.

This was what I did, with the conciseness that the willing patience of those present called for, or, in other words, I embarked on a rapid journey through the evolution of the concept of *development* and its initial collocation with the idea of *progress*, from the establishment of the new international order that emerged after the Second World War until the proclamation by the UN, in 2015, of the *Sustainable Development Goals*. By then, Culture became considered one of the four *Pillars of Sustainability*. In order to make the always convenient empirical illustration, I resorted to a few examples from close at hand, such as the main vicissitudes of

² Walter Rossa (1962). Architect (FAUTL 1985), Master in Art History (UNL 1991), PhD and Aggregate in Architecture (UC 2001 and 2013). Full professor at the Department of Architecture and Researcher at the Center for Social Studies at the University of Coimbra and, also at UC, holder of the UNESCO Chair in Intercultural Dialogue in Heritage of Portuguese Influence, and co-coordinator of the homonymous doctoral programme. He has been a visiting professor at several foreign universities and published in different fields and languages. His research is carried out along two lines of high reciprocity: urbanistic with Portuguese influence; urban planning in contexts of heritage relevance. It seeks to establish interactions between its academic activity and development cooperation actions. He is an Expert Member of the ICOMOS' Comité International des Villes et Villages Historiques and president of the Scientific Committee of the Iberoamerican Historical Heritage network (2016).

the last decades of the Portuguese Empire. It was, however, inevitable that I should also mention the global effects of that new order, such as the exponential increase in inequalities and the establishment of humankind as the main agent behind the transformation of our planet, or, in other words, the announcement of the Anthropocene. Which immediately directed my attention to the recent history of the concerns about environmental imbalances, or, in other words, ever since the realisation, in 1972, in Stockholm, of the *UN Conference on the Human Environment*. Through a fortunate coincidence (or perhaps not even that), in an aspect considered at that time to be highly diverse, in the same year that UNESCO approved, in Paris, the *Convention for the Protection of the World's Cultural and Natural Heritage*, which enshrined the concept of World Heritage and set its listing process in motion, whose procedure has evolved greatly, together with the very concept of cultural heritage itself.

In the half century that has elapsed in the meantime, the world order has undergone a series of structural alterations that we still have difficulty in characterising in full, and, given the ever-faster rate at which things are happening, perhaps it may never be possible to do so. There has been a shift in the paradigms of perception and performance which have necessarily impacted on the way in which we consider and use the concepts of *safeguarding* and *development*. We might perhaps attempt to soften the question somewhat, considering that it arises from the fact that we work on the basis of the urban environment, but that is just yet another question that has changed, for the city is, for better or worse, definitively the vortex of the human ecosystem. The city is synonymous with synthesis, complexity, density, integration. That is why, in Culture, there are (equally definitively) no watertight compartments. Just look, for example, at what is happening in our museums.

Fully integrated into the questions of sustainability as the militant wing of Culture, heritage is today a very powerful political instrument, with clear expressions of strength and weakness (weak-force, soft-power) in diplomacy and global activity (from the Chinese *Belt and Road Initiative* to the French *Rapport sur la restitution du patrimoine culturel africain. Vers une nouvelle éthique relationnelle*). It is a whole new breath for the concept of *development*.

The substance of cultural significance on spatial planning policies: The materialization of tangible to tangible heritage on Municipal Master Plans

Ana Tarrafa Silva,¹ Delft University of Technology (The Netherlands) e
Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da
Universidade do Porto (Portugal)

a.m.tarrafapereiradasilva@tudelft.nl

Abstract: As a social construction, heritage evolves and adapts accordingly to the perceptions of each community over a specific asset to which a value is attributed. Asserted as territorial resources, those assets are one of the objects of the strategy of spatial planning tools and policies. By crossing the policies of spatial planning and heritage management, this paper aims to identify and explore the variety of categories of heritage attributes (what?) – from tangible to intangible – on local planning policies, in particular on Municipal Master Plans of two Portuguese municipalities: Porto and Lisboa. This study derives from a first approach developed for a Master dissertation (2017), resumed and improved for a current doctoral research (2018/22) which aims to extend the research object and cover the universe of urban development policies at local level.

Palavras-chave: Spatial planning, cultural significance, heritage attributes, PDM

Resumo: O património, sendo uma construção social, evolui e adapta-se ao ritmo das perceções de cada comunidade sobre determinado bem ao qual atribui um valor específico. Bens que sendo recursos territoriais perfilam-se como um dos objetos da estratégia das políticas e instrumentos de gestão territorial. Cruzando as políticas da gestão patrimonial e do ordenamento do território, nesta comunicação procuramos identificar e explorar as diferentes categorias de atributos patrimoniais (o quê?) - dos tangíveis aos intangíveis - nas políticas de planeamento locais, em particular nos Planos Diretores Municipais de dois municípios portugueses: Porto e Lisboa. Esta comunicação resulta de uma primeira reflexão no trabalho de dissertação de mestrado (2017), retomada e incrementada para a atual investigação de doutoramento (2018/22) compreendendo o universo das políticas de desenvolvimento urbano ao nível local.

Palavras-chave: planeamento urbano, significado cultural, atributos patrimoniais, PDM

¹ Licenciada em Património Cultural pela Universidade do Algarve e Mestre em Urbanismo e Ordenamento do Território pelo Instituto Superior Técnico. Atualmente é doutoranda na Universidade Técnica de Delft (Países Baixos), em parceria com o Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (CEAU-FAUP). A sua investigação doutoral, financiada pela Fundação para Ciência e Tecnologia, tem como objetivo compreender o nível de integração das questões patrimoniais nas políticas urbanas, particularmente em Portugal. Da sua experiência destaca-se a colaboração com instituições internacionais (TU Eindhoven, Inter-American Development Bank) e nacionais (Comissão Nacional da UNESCO, CEAU-FAUP) em particular na temática da implementação da Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana. No seu currículo conta com mais de uma dezena de comunicações em encontros e publicações científicas, desde capítulos de livros, artigos para conferências e em revistas da especialidade (Revista Património n.º 5).

Introduction

Resources management is always a selection process between what is to improve, maintain or destroy. At the city context, urban planners are often the designated judges on this process, which are expected to take decisions grounded on comprehensive and rigorous information tools. Spatial planning policies are the paramount tools that regulate urban transformation, establishing the mechanisms for a sound resources management, which are expected to enable both conservation and urban development. Apart from establishing land-use management rules, these policies are planned for entailing the required ground information on a such clear way, that it will help stakeholders to avoid taking irreversible decisions that might compromise the aspirations of future generations.

Due to its irreplaceable nature, heritage properties are one of these resources that obliged to a more thoughtful and broad management (Getty, 2010). Growing on it conceptual complexity, expanding dimensions and unique connections, heritage management is demanding for a broader understanding over what (attributes) should be conserved and why (values). Converging an assemble of tangible and intangible attributes, the conservation of such resources had been grounded on the values ascribed by a certain society on a specific period of time, and which, in turn, could be anytime put at stake by other communities (Mason, 2002). Recognizing heritage as a social construct, and a process, rather than an object per se, the 2011 UNESCO Recommendation on the Historic Urban Landscapes (HUL) stands out as the first doctrinal document which explicitly mentions both concepts “attributes” and “values” as the heritage “qualifiers”. Moreover, as an approach, the HUL emphasises the urgency to develop more approaches that systematically map all those heritage dimensions, to be consensually agreed and integrated on broader development urban policies.

Grounded on this holistic concept of heritage, synthetized and proposed by HUL recommendation, Veldpaus (2015) developed a policy analysis tool that combines all heritage management process dimensions, meaning attributes (WHAT), values (WHY), actors (WHO), and the process (HOW). Firstly tested and improved on workshops with city of Amsterdam stakeholders, this tool was already the basis of other studies to World Heritage cities (Gutscoven, 2016), confirming it as a feasible tool to be applied to other contexts (even other places besides World Heritage), in particular, at the level of local planning. This tool proposes the most complete and comprehensiveness list of attribute categories, so far developed, in which tangible (including natural elements) and intangible attributes are breakdown in several types (which can and should be extended), contributing on this way for more objective assessments.

The combination of heritage concerns on planning policies has been strongly recommended and present in several UE policy documents since the 1990's (Brito Henriques, 2006; O'Donnell, 2014), although the way they are developed vary from country to country, as varies the adopted planning policy framework (Nadin & Stead, 2008). Hence, also the impact over heritage resources varies and makes it either an obstacle or a mechanism to protect, conserve or enhance heritage issues, by depending, on the level of knowledge of those resources that will influence the level of tolerance to change that they might integrate. In Portugal, heritage management and spatial planning practices evolved side by side (Cidre, 2015). As such, the protective perspective over heritage management - based on inventory and listing processes, and the establishment of related protection zones - was traditionally adopted by spatial planning tools, and in particular by the comprehensive Municipal Master Plans (PDM).

This paper results from a research undertook between 2015 and 2017 which aimed to perform an assessment on how heritage has been addressed in local land use planning policies.

The research took a sample of 18 PDM issued between the publication of Portuguese National Heritage Law (LBPC2001) till the end of 2014, corresponding to the ratification of recent changes on planning legal framework, with the publication of the new Public Policy for Territorial Planning and in 2015 the revision of the Law Framework for Spatial Planning Tools (RJGT). Adopting Veldpaus (2015) theoretical approach to heritage attributes, this research aimed to identify evidence of heritage attributes categories (WHAT) in PDM. Besides, by mapping the identified attributes categories with PDM different elements and sections, the research was also able to deliver some insights about the perspective prevailing over heritage resources.

Present paper will present the partial outcomes of this first research, focused now on two of the eighteen PDM considered on the original research – Porto and Lisboa, as well as exclusively on the PDM ordinance document. The paper initiates with a brief introduction to the relation and the integration of heritage issues on Portuguese Spatial planning framework (in force between 2002 to 2014), and particularly on PDM, followed by a discussion over the development of attributes heritage taxonomies, which informed the methodology approach, findings, discussion and final remarks.

Heritage issues on Portuguese Spatial Planning framework

The protection and safeguard of cultural heritage in Portugal is considered a universal² duty and of state's responsibility to provide a better quality of life for all (LBPOTU98).³ Following the international recommendations (CoE, 1985; 1995), Portuguese heritage management has been based on the elaboration of heritage inventories at national and local level, legally protected through listing processes. This protective perspective was traditionally adopted by the spatial planning framework:⁴ (a) by being focused on tangible attributes and limiting the management to legally protected cultural properties - listed and submitted to be listed - through their established protection zones; (b) by restricting their management actions to the identification and listing actions; and (c) by defining general orientations opened to a wide range of interventions and interpretations, often ignoring appreciated values and intangible relations, which often lead to binary evaluations (e.g. freedom to intervene on interiors against the compulsory integral protection of facades) (Raposo, 2003; Aguiar, 2010; Gonçalves, 2013). Nevertheless, whereas the definition of protection zones might be seen as the first step into harmonize heritage protection and enhancement tools⁵ as well as, both policies of heritage and spatial planning (Marado, 2009), the functionalist and technocratic urban planning have been increasing the fragmentation of the city (Gonçalves, 2007). Indeed, urban landscapes become a panoply of protection areas⁶ as “autonomous planning units”⁷ or urban rehabilitation areas, for which the definition of specific spatial planning tools are mandatory.

The Portuguese spatial planning system (Sistema de Gestão Territorial)⁸ is structured over three administrative levels - national, regional and municipal - and distinguished by their strategic and regulatory nature. Strategic national, regional, intermunicipal and sectorial plans

² Constitutional Law of Portuguese Republic – n° 1/2005 - Diário da República n.º 155/2005, Série I-A de 2005-08-12.

³ The Framework Law for the Policy on Territorial Management and Urbanism - Lei de Bases das Políticas do Solo, do Ordenamento do Território e Urbanismo | LBOTU: Law n° 48/98, of 11 August.

⁴ LBOTU98; RJGT99.

⁵ LBPC2001.

⁶ Portugal has today more than 4000 protection zones, among 871 National Monuments (in which 15 are UNESCO WH), more than 2000 of public value, 549 of municipal value and 500 submitted to be listed (which also receive a protection zone).

⁷ Decree-law no. 309/2009 of 23 October.

⁸ Decree-Law no. 380/99, of 22 September.

establish the essential means of protection and valorisation, safeguarding the use of surrounding areas, which further will inform municipal plans to define the applied urban parameters and protection zones. Among those, heritage often occurs as a resource for tourism goals, and again, only material heritage is considered and treated aside with natural heritage. Furthermore, while natural heritage is the object of some special plans of regulatory nature (e.g. coastal protection, forests), there is none for cultural heritage in specific. Yet, also as regulatory plans, are the Municipal Spatial Plans,⁹ also known as Spatial Planning tools.¹⁰ Formed by the PDM, the Urban Development Plans (PU)¹¹ and Detailed Plans (PP),¹² they are the only Portuguese planning tools both regulatory and binding to public and private interests.

Among the local spatial planning tools (PP and PU) the PDM is the only tool within the Portuguese spatial planning system where the elaboration and revision are mandatory for each municipality (art.º 98, RJIGT99). It is the most comprehensive municipal plan, embodying urban and rural areas, natural and cultural resources, becoming a privileged tool to integrate objectives for cross-sectorial policies, such as heritage.

Few studies were found analysing previous PDM generations in order to point out orientations for further revisions (Gonçalves, 2012; Drago, 2014). Studies are unanimous into agree that PDM have been seen as “mere tools for the management of expansion of urban settlements”, often omitting the explanation of planning objectives and the spatial strategy (Cabrita, 2008; MEPAT, 1999). The dominance of more detailed plans in heritage management is visible (e.g. Safeguard Detailed Plans) when comparing with the amount of literature crossing PDM and heritage. Most of the identified literature remains on reflections or recommendations over the relevance to improve the role of PDM into define strategies for heritage issues (Brito Henriques, 2006; Nabais, 2004, Afonso, 2012) or on the discussion over which approaches to heritage should be adopted into PDM (Babo, 1992). Having completed the first PDM cycle by the first years of new millennium, authors warning about the restrictive approach that have been adopted, which bounded heritage management to inventory tools (listing and cartography), known by their static and controlled nature (Raposo, 2003; Afonso, 2012).

Though, among those is worth mentioning Jorge Raposo (2003) survey over the role of heritage issues on first published PDM (1985-2003). Gathered outcomes confirmed the superficial way, focused on listed heritage, how these assets have been addressed in this “first generation”. Which the author associated with the insufficiencies identified during design process, even though it had been identified “interesting” methodologies and sound practices in a few municipalities. On the other hand, the awareness over archaeological heritage seems to be more developed, as several PDM indicate the intention to draft Archaeological Municipal Charters. These parameters were further adapted and compared by the original research of this paper (Tarrafá, 2017), revealing a substantial evolution on PDM further revisions: heritage issues are universal to all PDM and present in all fundamental elements.

Cultural significance dimensions: attributes

UNESCO defines attributes as the “aspects [tangible or intangible] of a property which are associated with or express the Outstanding Universal Value” (2011b: 31). Therefore, a property or any of their attributes might be intangible or tangible, but to be considered as heritage it has

⁹ Planos Municipais de Ordenamento do Território – PMOT.

¹⁰ Instrumentos de Gestão Territorial – IGT.

¹¹ Plano de Urbanização – PU.

¹² Plano de Pormenor – PP.

always to have some cultural significance (value) ascribed to it. This means that intangible properties, such as the Portuguese World Heritage songs of “Fado” and “Cante Alentejano” might be simultaneously understand as the attribute of something (e.g. the restaurants and bars (“tabernas”) where they take place) and their own cultural value. Meaning that, the management of intangible heritage is closely related with the tangible attributes, which disappearance will jeopardize the property cultural significance.

The history of heritage is strictly related to the expansion of attribute categories that had been added to this notion, which evolution has been explored by several authors (Veldpaus, 2015; Araoz, 2011; Vecco, 2010; Labadi, 2013; Landorf, 2009; Sullivan, 2004; Jokilehto, 2006), and moulded by supranational documents released by international organizations such as UNESCO, ICOMOS and Council of Europe. Authors are unanimous stating that research about values is more consistent than about attributes (Sanjod et al, 2016). As argued by Gutscoven (2016), while value typologies are being discussed and enhanced since the beginning of the 20th century, by theorists such Riegl in 1903 or Mason (2002) and Pereira Roders (2007), as by national and international organizations as such the English Heritage (1997) achieving a greater relevance with the Burra Charter (ICOMOS, 1999), the discussion over attribute typologies is still underdeveloped. However, three documents were identified (Veldpaus, 2015; Gutscoven, 2016) as attempting to propose category types of attributes: the Preservation Charter for the United States of America (1992), the Nara document on authenticity (1994) and the Burra charter (1999). In particular, the categories proposed by Nara document have been influencing assessments in both academic (Clark et al, 2019) and practical fields (UNESCO, 2005; UNESCO, 2011b; Bath, 2016),¹³ indicating an increase of the urgency to develop a common attributes taxonomy that enhance objectivity on heritage assessments, stakeholders communication and support “existing and future significance assessments comparable” (Veldpaus, 2015: 58).

In light of this, Veldpaus developed an attributes taxonomy, grounded on a systematic review of the international heritage management doctrinal documents since the Venice Charter (1960) till, and mostly influenced by the HUL Recommendation (UNESCO, 2011a). The taxonomy proposed was firstly tested with the local authorities of Amsterdam (Veldpaus, 2015), being further used for a comparative analysis between Amsterdam, Edimburgh and Querétaro, which aimed to reveal the conceptual relations between values and attributes (Gutscoven, 2016). As illustrated by Table 1, the proposed taxonomy breaks attributes in three levels of categories, departing from the distinction between tangible and intangible master categories, till the subcategories that range from an element of the building till the intangible attributes that reveals the absence of a planned process. As stated by Veldpaus (2015) this is not a final proposal, but a developing taxonomy, still too engaged to theoretical concepts derived from doctrine, that urges to be tested and enhanced. Namely, on a recent workshop recently co-organized by the author of this article and Professor Ana Pereira Roders,¹⁴ participants (from academia to practitioners) asked to debate this taxonomy, highlighted the complexity and ambiguity of some of the terms used, as well as the lack of some “attributes” related with interiors (e.g. furniture, inventory, machinery, related archives), or the sensory experience (perception) or spatial experience (dimensions and representation of buildings).

¹³ The City of Bath Management Plan 2016-2022. Available in https://www.bathworldheritage.org.uk/sites/world_heritage_site/files/heritage/World%20Heritage%20Site%20Management%20Plan%202016-2022.pdf [2020/03/30]

¹⁴ The workshop “Coding Cultural Significance: values and attributes”, was organized by the Heritage and Values Chair of the Architectural Engineering and Technology Department of the Faculty of Architecture and Built Environment of TU Delft, on the 27th March 2019.

Table 1 – Veldpaus’s Attribute taxonomy

MC ¹	Sc ²	Subcategories Types	Definition
<i>Tangible</i>	Asset	Built elements	The tangible attribute represents specific elements or parts of a building. This element can be constructive, constitutive, or decorative. Part, component, material, feature, or section of a building, which is constructive, constitutive, or decorative; adds value or functionality.
		Building	The tangible attribute represents a whole building, structure, construction, edifice, or remains that host(ed) human activities, storage, shelter or other purpose.
		Urban element	The tangible attribute represents elements, parts, components or aspects of/ in the urban landscape. This can be a construction, structure, or space, which is constructive, constitutive, or decorative.
		Natural element	The tangible attribute represents specific flora or fauna, like water elements of/in the historic urban landscape produced by nature. It can be natural or designed.
	Area	Ensemble	The tangible attribute represents a group of buildings or specific urban ensemble or configuration. The combination generates or represents specific history, coherence, variation, significance and has recognizable relations.
		Context/Setting	The tangible attribute represents the buildings or elements surrounding, supporting, or contextualizing the actual heritage. It is situating, adds understanding, often - though not necessarily - geographical proximity.
		Area	The tangible attribute represents a district in a wider (urban) landscape, or a specific combination of cultural and or natural elements.
	All	Landscape	The tangible attribute represents the integrated whole, the wider cultural landscape including (indicated or located) elements, areas or attributes with various levels of significance.
		Layering	The tangible attribute represents a landscape illustrative of the evolution or development of human society and settlement over time, a diversity of manifestations of the interaction between humankind and its natural environment.
	<i>Intangible</i>	Relation (asset-related)	Character
Relation (object-to-object)			The intangible attribute represents a relation with another connected element, location, place or environment. Often the attribute is related, or represented by, a tangible heritage asset.
Concept			The intangible attribute is the intended idea, norms, values, expression, style in arts or architecture and the development (phase or evolution) thereof. Often the attribute is related, or represented by, a tangible heritage asset.
Societal		Use	The intangible attribute represents a specific (typical, common, special) use or function of a place or environment.
		Knowledge	The intangible attribute represents (local) practices, traditions, knowledge, or customs of a community or group. These can be phenomena associated with a place or the understanding of the world by a group of people, which are transmitted and/or repeated and experienced and/or practiced.
		Association	The intangible attribute represents human associations with a place, element, location, or environment.
		Community	The intangible attribute represents a community or society itself (its members or specific individuals or groups) and/or their cultural identity or diversity.
Process		Planned	The intangible attribute is an action, change, or process that is intentional and planned, determined by strategies and policies (bureaucracy). The attribute is often a more short or medium term process.
		Not planned	The intangible attribute represents an action, change or process that is piecemeal, unintentional, spontaneous and natural, without intervention of policies or strategies. The attribute is often a long-term, slow process.

¹ (MC) master categories; ² (Sc) Subcategories.

Source: Veldpaus, 2015; Gutscoven, 2016

Methodology

Placed on policies analysis field, this research used an integrative approach between qualitative and quantitative methods, supported on techniques of content analysis, such as coding, thematic and qualitative-interpretative analysis. Aiming to understand how and which heritage issues have been referenced in local spatial planning, this research took as data source PDM.

According to RJGT99, PDM is composed by the Ordinance (Regulamento), the Master Plan Map (Planta de Ordenamento) and the Restrictions Map (Planta de Condicionantes), forming the category of Fundamental Elements (Elementos Fundamentais). Additionally, PDM might integrate as Supporting Elements, the proposal report (Relatório do PDM), the Diagnostic Studies (Estudos de Caracterização), the PDM Report (Relatório), the Operation Program (Programa de Execução), the Report of Public Discussion (Relatório de Ponderação da Discussão Pública) among others. As each municipality is free to add other type of data, supporting document typologies varies. Present report will be exclusively focused in ordinance document.¹⁵ Ordinance is the core part of PDM, been composed by the “statutory document” (texto do regulamento), where the rules for municipal land are described, and often by other supporting documents in annex (hereafter Ordinance Annexes – Anexos do Regulamento), which in the case of heritage take the form of inventories (lists) and/or cartographic documents.

This paper introduces the partial results and discussion from the analysis of two the Portuguese municipalities of Porto and Lisboa, which had their PDM revised in 2006 and 2012, belonging to the second generation of Portuguese PDM. Porto and Lisboa PDM are distinguished from the others as they both exclusively manage urban land, as the municipal territory matches with the totality of urban perimeter, being also the core of the two Portuguese metropolitan regions. Although not relevant for this paper analysis, should be also mentioned that both cities entail on their territory properties inscribed on the UNESCO World Heritage List - Historic Centre of Oporto, Luiz I Bridge and Monastery of Serra do Pilar (1996) and the Monastery of the Hieronymites and Tower of Belém in Lisbon (1983).

A first preliminary content analysis was undertaken to ordinance document, being it skimmed using a set of heritage-related keywords (HRK) (e.g. patri(monio), hist(orico)). This method enabled the isolation of statutory articles including Heritage Related Evidence (HRA) from other articles. With the evidence expressing attributes and/or categories of attributes identified, those were further coded using a coding-protocol adapted from Veldpaus (2015) taxonomy of attribute categories (Table 1) and later tested by Gutscoven (2016). During coding process, some attributes or attribute categories, despite being identified as related with heritage, revealed some ambiguity disabling its ascription to any defined attribute type, leading to the introduction of the category of “undefined”. When the level tangible/intangible (level 1) was unclear (e.g. “heritage”, “cultural heritage”, “cultural values”, “cultural and landscape values” “historic, natural and landscape heritage”, “cultural, natural and landscape heritage”), those were ascribed to “undefined” level 1; when level 1 is identified as tangible, they were ascribed to “undefined” level 2 (e.g. “immovable heritage”; “built heritage”, “natural and built heritage”). However, some changes had to be introduced in order to adapt it to case-study, either to the characteristics of case-study document (PDM) and its comprehensiveness,

¹⁵ The broader research from which this paper is adapted, were also analysed design components and annexes. Also the sample 18 PDM. which were investigated initially integrated on a broader universe of 81 PDM, corresponding to the all PDM issued between the publication of National Cultural Heritage Law (2001) till the into force of the new spatial planning framework, representing 29% of the 278 PDM of mainland Portugal. Two criteria were used to retrieve the sample of 18 PDM: (a) district capitals (11); and the municipalities which were object of analysis by former 2003 Raposo’s research to first generation PDM (8 out 33).

covering all built and natural resources located in municipal territory, as to the variety of interpretations and concepts to heritage, derived from LBPC2001. The adaptation resulted not only into adding new categories of analysis but also on the enrichment of existing ones (e.g. when properties are discriminated by use (religious, civil, etc.), following for what was defined by Bernardes (2014) those were integrated in Veldpaus attribute category of “intangible-social-use/function”. Therefore, attribute categories such as “natural element” had to be adapted, being only considered when associated to heritage issues/references (e.g. “cultural and natural heritage values”). In addition, protection zones, predicted by LBPC2001 for legally protected properties (listed or submitted to be listed) were considered as Veldpaus (2015) subcategory “Context” (Tangible>Area>Context), as the management is extended to the area and not restricted to the asset. The introduction of new categories, besides the “undefined” described before, were related with the ambiguous terms used by LBPC2001 influenced by international doctrinal documents, and replicated in PDM (e.g. monuments, building assembles and sites; immovable and movable heritage; archaeological, architectural heritage).

Attributes on Municipal Master Plans: Porto and Lisboa

Results are presented from general to specific and discussed on a perspective to understand which attribute categories are represented. Being articles with HRE isolated (preliminary analysis using heritage-related keywords), named “qualifying articles”, their content was further analysed using the attribute category typology described in attributes and methodology sections.

The nature of PDM ordinance statutory document obliged to the addition of a pre-level (level 0) of analysis entailing as variables the “attributes” (A) and “categories of attributes” (AC). As the ordinance document is intended to develop towards a more strategic nature and thus more comprehensive, categories of attributes are expected to be more frequent than references to specific attributes. This is undoubtedly reflected on Lisbon PDM (Figure 1), in which were found no evidence to specific attributes. Whereas, in Porto PDM despite the relevant dominance of categories of attributes, evidence for specific attributes were identified both exclusively (e.g. “urban identity of Porto”) and cumulative with categories.



Figure 1 – Level 0: – Level 0: Ratio of PDM where HRE are attributes, categories of attributes or both.

Level 1: two master categories of attributes

Being the application of attribute typology complete, the first level of analysis, between tangible and intangible attributes categories, revealed similar results for both PDM (Figure 2). As such, tangible categories prevail in both PDM, had been identified in more than half of

retrieved evidences. Even with less representativeness, intangible categories were also identified in about a quarter of HRE in both PDM. Not being a true category, but the absence of it, was added a third “hypothesis” for HRE which the nature is ambiguous (undefined), such as “heritage”, “cultural heritage”, “cultural values”, “cultural and landscape values” “historic, natural and landscape heritage”, “cultural, natural and landscape heritage”, "heritage value" or "heritage system". These were also identified in both PDM.

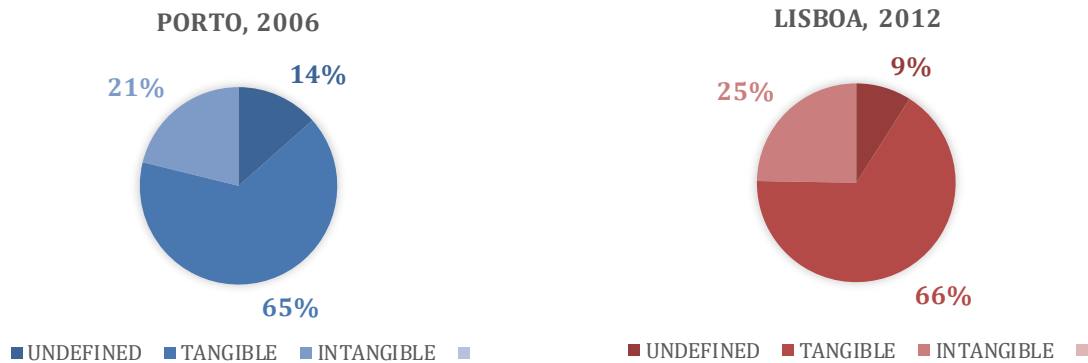


Figure 2 – Level 1: Tangible VS Intangible

Level 2: six attributes subcategories

In the second level, both master categories were divided: three subcategories to tangible category and three to intangible (Table 1). Again, a fourth “hypothesis” was added this time to tangible attribute subcategories, to code expressions which although indicating a material category the detailed nature is unclear, e.g. immovable, built, architectonic, archaeological, built elements/heritage/values, etc. Those ambiguous expressions were identified in both PDM (Figure 3).

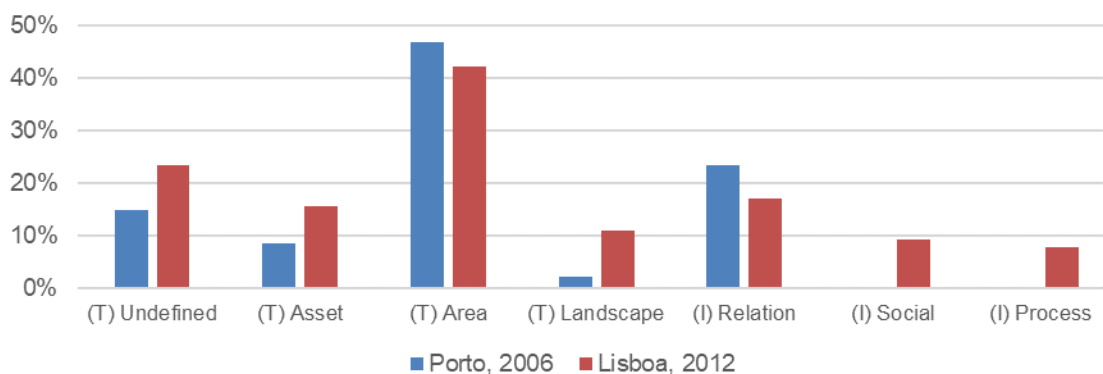


Figure 3 – Level 2: six attribute categories

Despite the strong prevalence of tangible attributes, as demonstrated previously, mainly due to “area” subcategory, a deeper analysis to attributes subcategories replaces representativeness ratios. As such, intangible subcategories appear as the second most referenced HRE in Porto PDM and third in Lisboa PDM (“relation”). Whereas this is the single

incursion of PDM Porto into intangible subcategories, Lisboa PDM shows a different dynamic, had been identified HRE revealing “social” and “process” related intangible categories.

Level 3: eighteen categories of attributes types

The last level of analysis broke previous six sub categories of attributes into eighteen sub categories types: on the side of tangible, four types to asset, three to area, two to landscape (all); and to intangible, three types to asset-related, four to societal and two to process (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

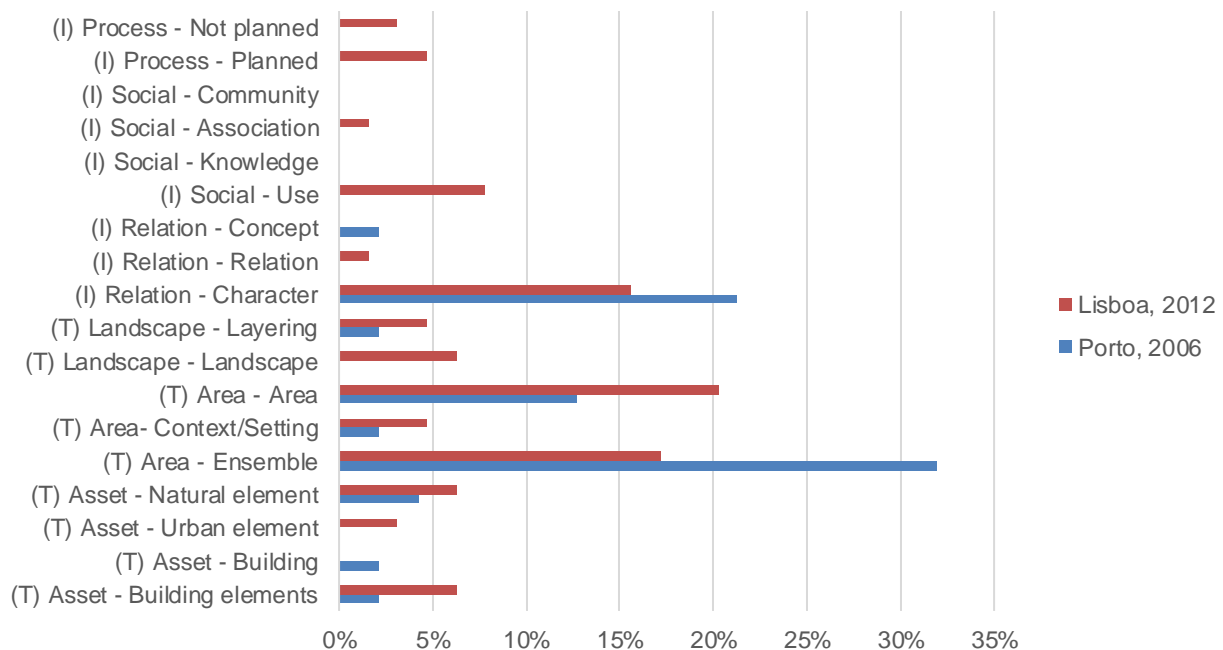


Figure 4 - Level 3: eighteen categories of attributes types

As in level 2, some of these level 3 subcategories types are not universal to all analysed PDM, being absence on both PDM, two intangible categories inserted in social subcategory: “knowledge” and “community”. However, two out the three sub-categories related with tangible-area. In Porto PDM the dominance of “ensemble” category might be related with the importance attributed to its historic centre, World Heritage property, while in Lisbon PDM is the “area” which prevails, and might be related with the weight addressed in PDM to defined protected areas (“malhas urbanas”) and the broad integration of heritage issues in municipal green structure (being the third most referenced subcategory for Porto PDM).

From now on there is no identification between both PDM. While, the second most referenced category type in Lisboa PDM remains a tangible subcategory area related (“ensemble”), for Porto PDM is an intangible one, and refers to the “character” of the place, meaning the image or atmosphere perceived from a certain tangible attribute (e.g. “city image”, “morphology”, “historic centre silhouette”, “visual access and reading of properties”, etc.). This intangible category type stands out among their equals, had been identified in more than 15% of HRE on both PDM, being the third most referenced subcategory for Lisboa.

As previously mentioned, subcategories process and societal related are absolutely absent from Porto PDM, as well as, one of each relational (object-object), all (landscape), and asset (urban element) subcategories. The same is identified in Lisboa PDM, for subcategories

societal related (community and knowledge), as well as for “conceptual” (relation) and “building” (asset).

Remaining subcategories were found residual in both PDM, representing less than 5% of the HRE identified.

Discussion

The content analysis applied to PDM statutory ordinance document (regulamento) confirmed the prevalence of categories of attributes over (specific) attributes. Thus, the ordinance document, as stated by RJIGT99 means to establish the general land use rules, being the resources mapped - identified and located - in supporting elements, as confirmed on the original research (Tarrafa, 2017). Whereas all tangible subcategories (level 2) are common to both PDM, more variety of intangible subcategories was found in Lisboa PDM. This however confirms the tangible-driven orientation disseminated by spatial planning policies and legislation, where references to intangible heritage remains latent. However, the identification of categories related with intangible attributes, though not universal, still have a conclusive weight (21%-25%). This might demonstrate that local planning, meaning PDM, is considering intangible relations derived from their material resources (e.g. morphology; city image; hill silhouette, etc.), going beyond of what is predicted by RJIGT99, and following the overarching understanding over heritage attributes disseminated by LBPC2001.

To deeper the analysis to two PDM also enable both to confirm or unveil dynamics revealed by the breadth original research for 18 PDM (Tarrafa, 2017). Following the results from original research, “area” remains the most represented subcategory (level 2) on both PDM. This shapes the zoning nature of PDM, i.e., resources and territory are managed as a fragments collection. In particular, heritage is translated in these plans by the identification of protection zones (described along with other restrictions areas), the location of historic areas (historic centres), or natural environments surrounding heritage assets. Heritage areas are still seen as fragments of the territory, that should be managed as isolated sectors, and not as something that is part of it and evolve with it. This is a consequence of long used zoning practices indicated as one of the causes of the conflicts between conservation and development. But, while the general trend maintains the focus on tangible subcategories, both Lisboa and Porto PDM stand out with the intangible “relation” attributes. The high score gathered for “character” intangible attribute (higher than “asset” types) indicates that local stakeholders are aware of the relevance of the preservation of the intangible attributes such as the “image of the city”, meaning the relations between tangible attributes placed at the same area (“character”). Although less scored, the identification of evidence of relations with other assets placed in a different space (“relation object-to-object”) or other mind set (“concept”), are also relevant, meaning that there is a recognition and valorisation of the subjective perspective of urban landscape.

Though represented only in Lisboa PDM, the categories types related with societal attributes, meaning what is more internationally known as “intangible heritage” (UNESCO, 2003), as the “shops with historic and artistic character” that retain the use from another age, as well as the preservation of a place because it is related with a festive event (“association”). The categories related with the management of the city (“process”) meaning the valorisation of planning processes, planned or not, are also residual, but again their identification constitutes already a step and a warning over the existence of these attributes, that should be considered in management processes.

The presence of a high ratio of “undefined” expressions on both PDM, clearly derived from legislation (also ambiguous) which may lead to “ambiguous” interventions. The unknown

is the first door to free interventions. The ambiguity of terms used to mention heritage was already identified by Raposo's survey (2003), namely referring to non-listed elements, e.g. "historic, architectonic, urban and environmental value", "notable building and archaeological sites", "relevant significance", "heritage value", "cultural spaces".

Final remarks

As a social construction, cultural heritage evolves and adapts accordingly to the perceptions of each community over a specific asset to which some value was ascribed. Asserted as territorial resources and key drivers for sustainable development, those assets are one of the objects of the strategy of spatial planning policies. Notwithstanding, this contemporary role of heritage is tied with the continuous expansion of the concept, from object to landscapes, tangible to intangible, as proposed by the HUL Recommendation. As complexity grows, urges also the need for more systematic approaches and tools to support stakeholders on decision making processes, such as the attributes taxonomy developed by Loes Veldpaus (2015) and improved by Eva Gustscoven (2016). It is the most complete and comprehensiveness list of attributes categories, so far developed. Here tangible (including natural elements) and intangible attributes are breakdown in several types (which can and should be extended), contributing on this way for more objective assessments.

Despite yet very entangled with the tangible perspective of planning policies, gathered outcomes also reveal the introduction of intangible attributes categories, towards of what is predicted by pioneer Portuguese heritage legislation (LBPC2001), such are the categories related with the visual relations of the place (relation>character) and with the specific significant use (societal>use). Therefore, results indicate that scrutinized PDM are more closed to the HUL definition than what was expected. They evolved beyond the traditional notions of "historic centre" or "ensemble", to understand the territory as a historic layering conveying multiples attributes and relations, from tangible to intangible attributes, natural and cultural.

Meanwhile, this research reveals also the urgency to extend this approach to other spatial planning tools - formal or informal - and compare the cultural significance in discourses of different levels of governance. Crossing the both dimensions of cultural significance, there is a growing need to explore the relations between tangible and intangible attributes and those with the values. Finally, further approaches should consider different researchers in order to increase the reliability level.

In a world where pressures over irreplaceable resources are unceasingly growing, interdisciplinary approaches stand out fundamental. The prospective nature of plans and in particular PDM make them key tools to manage our resources in order to ensure that future generations will benefit it. To achieve it is fundamental to invest on more all-inclusive approaches, based on clear frameworks that could be inform future monitoring indicators. It is time to change and enlarge the ancient perspective over heritage concept, towards a more landscape mindset, in which heritage is understand as a "live" and complex organism, meant to evolve and not to be frozen on a certain period of time. More than a resource to be consider, heritage is evolving to be addressed as a vector set forward by international documents as the New Urban Agenda, the SDGs and the latest 2011 Recommendation on the Historic Urban Landscape.

References

- Afonso, J. C. (2012), *Carta Municipal do Património e os Planos Diretores Municipais de 2ª Geração*. Seminário promovido pelo IPPAR e pela Ordem dos Arquitetos/Delegação do Distrito de Castelo Branco. Maio de 2005. In P. Carvalho, *Ordenamento e desenvolvimento territorial*. Coimbra.
- Aguiar, José (2010), “Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico”. In Custódio, J, Soromenho, M. & Cortesão, M. (Edits.), *100 anos de Património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010* (pp. 219-236). Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.
- Araoz, Gustavo F. (2011), “Preserving heritage places under a new paradigm”. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 1(1), 55-60.
- Babo, E. (1992), “A abordagem ao património nos PDM's”. *A Reabilitação Urbana. Comunicações e Conclusões do 5º Encontro Nacional de GTL's. Junho. Chaves* (pp. 74-89). Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte: Direção Regional do Ordenamento do Território: Divisão de Reabilitação e Áreas Críticas.
- Bernardes, João Pedro; Oliveira, Luís Filipe; Moreira, Ricardo (2014), *Património e Território - Relatório Final*. Faro: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais: Secretaria de Estado da Cultura.
- Brito Henriques, Eduardo (2006), “O património nas políticas territoriais”. *Actas do VI Congresso da Geografia Portuguesa Portugal: Territórios e Protagonistas*. (p. 11). Guimarães: Associação Portuguesa de Geógrafos e Universidade do Minho.
- Cabrita, Eduardo (2008), “Intervenção do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local”. In Ad Urbem, *Os Dez Anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo. Génesis e Evolução do sistema de Gestão Territorial 1998-2008* (pp. 11-12). Lisboa: Ad Urbem.
- Cidre, Elisabete M. (2015), “A discursive narrative on planning for urban heritage conservation in contemporary World Heritage Cities in Portugal”, *European Spatial Research and Policy*, 22(2), 37-56.
- Clarke, Nicholas; Kuipers, Marieke; Stroux, Sara (2019), “Embedding built heritage values in architectural design education”, *International Journal of Technology and Design Education*. August 2019:1-17. doi:10.1007/s10798-019-09534-4.
- CoE (1985), *Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe* (Granada Convention). Council of Europe Treaty Series.
- CoE (1995), *Convention for the Protection of the Archaeological Heritage of Europe* (Valletta Convention). Council of Europe Treaty Series.
- CoE. (2000), *European Landscape Convention*. Council of Europe Treaty Series.
- Drago, Branca Luísa (2014), *A 2ª geração de planos diretores municipais: continuidade ou mudança de paradigma de ordenamento do território? Vila Real de Santo António como caso*

de estudo. Dissertação para obtenção do grau de mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade de Lisboa.

English Heritage (1997), *Sustaining the Historic Environment*. London: English Heritage.

Getty, C. I. (2010), *Historic Urban Environment Conservation Challenges and Priorities for Action Experts Meeting. March 12–14, 2009. Historic*. Getty Conservation Institute. Obtido em 25 de 05 de 2016, de http://www.getty.edu/conservation/our_projects/field_projects/

Gonçalves, Adelino (2007), “Which urban plan for an urban heritage? An overview of recent portuguese practice on integrated conservation”, *City & Time*, 3(2). Retrieved from <http://www.ct.ceci-br.org>

Gonçalves, Adelino (2013), “A dimensão urban(ístic)a do património”. *Encontro Internacional Arquimemória 4: sobre preservação do património edificado*. Salvador.

Gonçalves, João; Marques, Teresa Sá (2012), “Revisão dos PDM: Processo de Planeamento ou Imperativo Legal”. *Avaliação das políticas de ordenamento do território e de urbanismo no espaço europeu e nos âmbitos nacional, regional e municipal* (pp. 169-182). Lisboa: Ad Urbem.

Gutscoven, Eva (2016), *Attributes of World Heritage cities, sustainability by management - A comparative study between the World Heritage cities of Amsterdam, Edinburgh and Querétaro. Thesis to obtain the degree of Master of Science in Conservation of Monuments and Sites*. Leuven: Belgium: KU Leuven.

ICOMOS (1999), *The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance (The Burra Charter)*. Burra: International Council on Monuments and Sites.

Jokilehto, Jukka (2006), “Considerations on authenticity and integrity in world heritage context”, *City & Time* 2, 1(1), 1-16.

Labadi, Sophia (2013), “Theoretical Perspectives on Outstanding Universal Value”, in Labadi, S. (Ed.). *UNESCO, Cultural heritage, and outstanding universal value*. Plymouth, United Kingdom: AltaMira Press, 11-25.

Landorf, Christine (2009), “Managing for sustainable tourism: a review of six cultural World Heritage Sites”. *Journal of Sustainable Tourism*, 17 (1), 53-70.

Marado, Catarina A.; Correia, Miguel (2009), “O Contexto do Património Arquitectónico: Um Projecto de Investigação”. *Discussion Papers N°2: Spatial and Organizational Dynamics* (pp. 84-92).

Mason, Randall (2002), “Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices”, in De la Torre, M. (Ed.), *Assessing the Values of Cultural Heritage*. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 5-30.

MEPAT (1999), *Estudos Analíticos dos PDM*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Nabais, José Casalta (2004), *Introdução ao Direito do Património Cultural*. Coimbra: Almedina.

Nadin, Vicent; Stead, Dominic (2008), “European spatial planning systems, social models and learning”. *disP - The Planning Review*, 44(172), 35-47. doi:10.1080/02513625.2008.10557001

O'Donnell, Patricia (2014), “The Role of Regulatory Systems”, in Bandarin F and Van Oers R (eds), *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage*. London: John Wiley & Sons, 269–281.

Pereira Roders, Ana (2007), *Re-Architecture: Lifespan rehabilitation of built heritage*. Eindhoven: Eindhoven University of Technology.

Raposo, Jorge (2003), “Planos Directores Municipais e Património: Inquérito aos PDM's de «1ª geração»”. *Al-madan*. IIª Série. N.º 12, 82-94.

Sanjbod, Hannaneh S.; Hermans, Luuk; Reijnders, Daniek; Veldpaus, Loes (2016), “Captain, where can we find the attributes?”, *The Historic Environment: Policy & Practice*, 7:2-3, 177-188, DOI: 10.1080/17567505.2016.1172786.

Sullivan, Sharon (2004), “Local Involvement and Traditional Practices in the World Heritage System”. In: *World Heritage Papers 13 – Linking Universal and Local Values: Managing a Sustainable Future for World Heritage*. Paris: World Heritage Centre, 49-57.

Tarrafa Silva, Ana (2017), *Historic Urban Landscape approach and spatial planning: Exploring the integration of heritage issues in local planning in Portugal*. Thesis to obtain the degree of Master of Science in Urban and Spatial Planning. Instituto Superior Técnico - Universidade de Lisboa. Lisboa: Portugal.

UNESCO (2005), *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. WHC. 05/2. UNESCO: Paris. Available at <https://whc.unesco.org/archive/opguide05-en.pdf>

UNESCO (2011b), *Preparing World Heritage Nominations*. Second Edition. UNESCO: Paris. Available at <https://whc.unesco.org/en/preparing-world-heritage-nominations/>

UNESCO. (2003), *Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

UNESCO. (2011a), *Recommendation on Historic Urban Landscapes*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

UN-HABITAT. (2016), *New Urban Agenda: Quito Declaration on Sustainable Cities and Human Settlements for All*. Quito: United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development (Habitat III).

Vecco, Marilena (2010), “A definition of cultural heritage: From the tangible to the intangible”. *Journal of Cultural Heritage*, 11, 321-324.

Veldpaus, Loes (2015), *Historic urban landscapes: framing the integration of urban and heritage planning in*. Eindhoven: TU/e.

Salvaguarda em desenvolvimento: a propósito do processo de classificação de Guimarães como Património da Humanidade

Ricardo Rodrigues,¹ Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

mail.rodrigues.arq@gmail.com

Resumo: Desenvolvimento e salvaguarda constituem posições potencialmente antagónicas quando aplicadas à cidade e ao património arquitetónico. No presente artigo recorremos a um caso de estudo que confirma uma posição diferente, de convergência entre desenvolvimento e salvaguarda. Com base em metodologias de intervenção de reabilitação arquitetónica diferenciadas caso a caso, aplicadas à escala urbana, a cidade de Guimarães assistiu ao desenvolvimento de um centro urbano de referência pela qualidade geral das intervenções realizadas bem como pela capacidade de gerir os recursos culturais preexistentes, onde a população residente ocupa um lugar central.

A partir da análise de mais de duas centenas de obras e de projetos realizados sobretudo entre 1983 e 2001, procuraremos extrapolar alguns dos princípios que nos parecem oportunos para o debate em apreço, tendo em vista a escala da cidade (urbanística) e a do edifício (arquitetónica).

Palavras-chave: Património arquitetónico, reabilitação urbana, centro histórico, cidade

Abstract: Development and conservation are potentially antagonistic positions when applied to the city and architectural heritage. In this paper we use a case study that confirms a different position, of convergence between development and conservation. Based on architectural rehabilitation methodologies differentiated case-by-case, applied to the urban scale, the city of Guimarães witnessed the development of a reference urban centre by the overall quality of the interventions carried out as well as the ability to manage the pre-existing cultural resources, where the resident population occupies a central place.

From the analysis of more than two hundred works and projects carried out mainly between 1983 and 2001, we try to extrapolate some of the principles that seem appropriate to the debate, considering simultaneously the scale of the city (urban) and that of the building (architectural).

Keywords: Architectural heritage, urban regeneration, historic centre, urban management

¹ Arquiteto, pós-graduado em Património Arquitetónico (2013/14) e doutorando pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, onde é membro do grupo de investigação PACT, do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo. Exerce atividade na Câmara de Guimarães, como arquiteto municipal, desde 2001 até à data. Até 2009 integrou a equipa responsável pela coordenação da reabilitação do centro de Guimarães (Património Cultural da Humanidade da UNESCO, 2001). É autor e coordenador de várias dezenas de projetos e obras, destacando-se os espaços públicos da Zona de Couros, o Plano Geral CampUrbis, entre muitos outros de tipos e escalas muito diversificados. Atualmente, entre outras atividades, coordenada a elaboração técnica do processo de candidatura da ampliação da área Património Mundial em Guimarães.

Introdução

“...the world is now divided into areas that change extremely quickly and areas that cannot change.”

(Koolhaas, 2014: 122-123)

São recorrentes os conflitos entre as propostas de salvaguarda e as propostas de desenvolvimento. Por um lado, a salvaguarda: o que não se pode mudar, os valores patrimoniais, históricos, culturais, que devem ser protegidos. Por outro, o desenvolvimento: a mudança, o crescimento, a expansão, a modernização. São complexos, e de diferentes ordens, os interesses inerentes a estes conflitos. Do ponto de vista da gestão da cidade e dos valores culturais associados ao património edificado não são muitos os casos, a nível nacional, que tenham conseguido desenvolver a *cidade nova* a partir da salvaguarda da *cidade existente*.

Em Guimarães, a salvaguarda foi, a vários níveis, um fator de desenvolvimento. O reconhecimento da UNESCO como Património Cultural da Humanidade em 2001, e a seleção de Guimarães como Capital Europeia da Cultura, em 2012, são dois dos marcos baseados na recuperação do centro histórico que atraíram para Guimarães um conjunto alargado de investimentos fundamentais à sua atual política de desenvolvimento.

No presente artigo abordamos o caso da recuperação do centro histórico de Guimarães procurando elencar alguns dos principais aspetos metodológicos da intervenção. Pretende-se sobretudo demonstrar a importância do contributo disciplinar da Arquitetura no âmbito da conservação arquitetónica e urbanística. E estas enquanto motor de desenvolvimento, de transformação culturalmente qualificada.

A partir da análise de mais de duas centenas de obras e de projetos realizados sobretudo entre 1983 e 2001, procuraremos extrapolar alguns dos princípios que nos parecem oportunos para o debate em apreço, considerando o problema da intervenção na cidade existente, do construir no construído, considerando simultaneamente a escala da cidade (urbanística) e a do edifício (arquitetónica).

O que salvaguardar, ou: sobre o começo



Figura 1 - Largo do Retiro, 1993. GTL/CMG.

Não me parece possível delimitar uma fase inicial a partir da qual tenha sido estabilizada uma forma de atuar em Guimarães. Como quase sempre acontece, só herdamos o que recebemos. E em Guimarães são conhecidos, de há muito, debates e activismos em prol da conservação patrimonial. Não obstante, não foi imune a operações de destruição, como ocorreu com as massivas atuações de demolição e radical transformação da vila alta, em pleno século XX, enquadrada na estratégia de monumentalização da “Colina Sagrada”, levada a cabo pela Direção-Geral dos Monumentos Nacionais no âmbito da preparação das comemorações dos oitocentos anos da Independência de Portugal.

Há sempre várias fases. Vários começos. Mesmo quando abordando apenas um arco temporal curto, de 1983 até à data. Alguns ganharam o estatuto de tentativa. Outros acabaram por consolidar um método após sucessivas depurações. Uns e outros importam para esclarecer *um certo olhar* sobre o problema da valorização patrimonial. Ou, de um modo mais rigoroso, sobre o problema de intervir no construído (incluindo imóveis e/ou áreas às quais não é atribuído um valor cultural consensual).

A questão que se colocou em 1983 em Guimarães foi a mesma de muitas outras cidades portuguesas: o problema da degradação do centro urbano, especialmente da área mais antiga. Às inúmeras limitações financeiras dos Municípios somava-se um património edificado privado degradado. O centro da cidade, coincidente com o “centro histórico”, tinha uma grande vitalidade conferida tanto pelos moradores e comerciantes que, de um modo geral, usavam os edifícios, como pelos restantes moradores da “cidade nova” que recorriam ao centro histórico para aparcar os seus automóveis, bem como para usar os diferentes serviços, designadamente municipais, localizados nesta área. Havia uma conotação negativa associada ao centro histórico, relacionada com a proliferação de atividades marginais, como a prostituição ou o tráfego de droga, e pelo facto de se tratar de um património edificado fortemente depreciado (também do ponto de vista comercial).



Figura 2 - Vista aérea sobre a Praça de Santiago, início da década de 80. CMG

O problema da habitação era, como em outras cidades nacionais, central. À escassez de oferta juntava-se a degradação generalizada do património habitacional. Na generalidade, os edifícios encontravam-se em avançado estado de degradação. As condições de higiene eram precárias: faltavam sanitários, redes de saneamento, ventilações ao que, muitas vezes, se somava a (sobre)ocupação dos edifícios.

Na generalidade dos casos, os moradores eram inquilinos de longa data com rendas muito baixas. Os baixos rendimentos imobiliários davam mais argumentos aos senhorios que não investiam na conservação e beneficiação dos edifícios. Os inquilinos, por razões de diferentes ordens, também raramente tomavam a iniciativa de manutenção dos imóveis. Este ciclo era comum a quase todos os edifícios habitacionais ocupados, pelo que será fácil imaginar a proliferação da decadência do edificado.

Não raras vezes, a degradação física dos edifícios agravava outros problemas inerentes às populações mais desfavorecidas, doenças, exclusão social, isolamento. Assim, o cenário geral era bastante preocupante e sem soluções à vista.

Em 1983, dois anos antes da criação dos Gabinetes Técnicos Locais, formou-se, por iniciativa municipal, um grupo de trabalho para o centro histórico de Guimarães. O “grupo” era inicialmente constituído por uma técnica municipal (Alexandra Gesta), mais tarde acompanhada por mais um arquiteto municipal. Foi contratado o arquiteto Fernando Távora para assessorar o “grupo”.

As linhas orientadoras deste grupo não se encontram explicitadas em qualquer documento de que tenhamos conhecimento. É pelo conjunto das ações e dos documentos produzidos ao longo de mais de duas décadas que podemos compreender a linha de trabalho.

Há muitos aspetos contraditórios por esclarecer. Por exemplo, sabe-se que Fernando Távora era favorável à elaboração de um Plano de Pormenor para o centro histórico. Isso mesmo propôs, com Alfredo Matos Ferreira, no âmbito do Plano Geral de Urbanização de Guimarães, um ano antes. No entanto, o Plano de Pormenor para o centro histórico nunca se concretizou. Não são sequer conhecidas iniciativas formais no sentido da sua elaboração.

Do ponto de vista metodológico, a não-realização do Plano não foi uma fatalidade. Pelo contrário, foi desejada, perante a necessidade de dar prioridade a outro tipo de atuações. No âmbito do trabalho do Gabinete Técnico Local, já em 1985, o grupo de trabalho reuniu por diversas ocasiões em Lisboa, junto da Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico, no sentido de negociar o adiamento da realização de um Plano de Salvaguarda. Era prática regular a imposição de elaboração de um Plano de Salvaguarda como primeiro passo de uma atuação no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana. Por isso, qualquer derivação teria de ser justificada e aprovada pela tutela.

A exceção concedida a Guimarães terá tido em consideração o trabalho que vinha já sendo realizado pelo grupo de trabalho no centro histórico, desde 1983. A realização de um Plano obrigaria a cancelar o plano de trabalhos que vinha sendo concretizado, através do apoio a pequenas intervenções construtivas, e canalizar todos os recursos para a elaboração de um Plano. Por outro lado, os técnicos municipais entendiam que o Plano não era o instrumento mais urgente e útil. Era fundamental manter o acompanhamento mais direto e próximo da população, da realidade, dos problemas, e procurar, para cada caso, encontrar uma solução convergente entre os interesses privados e os públicos.

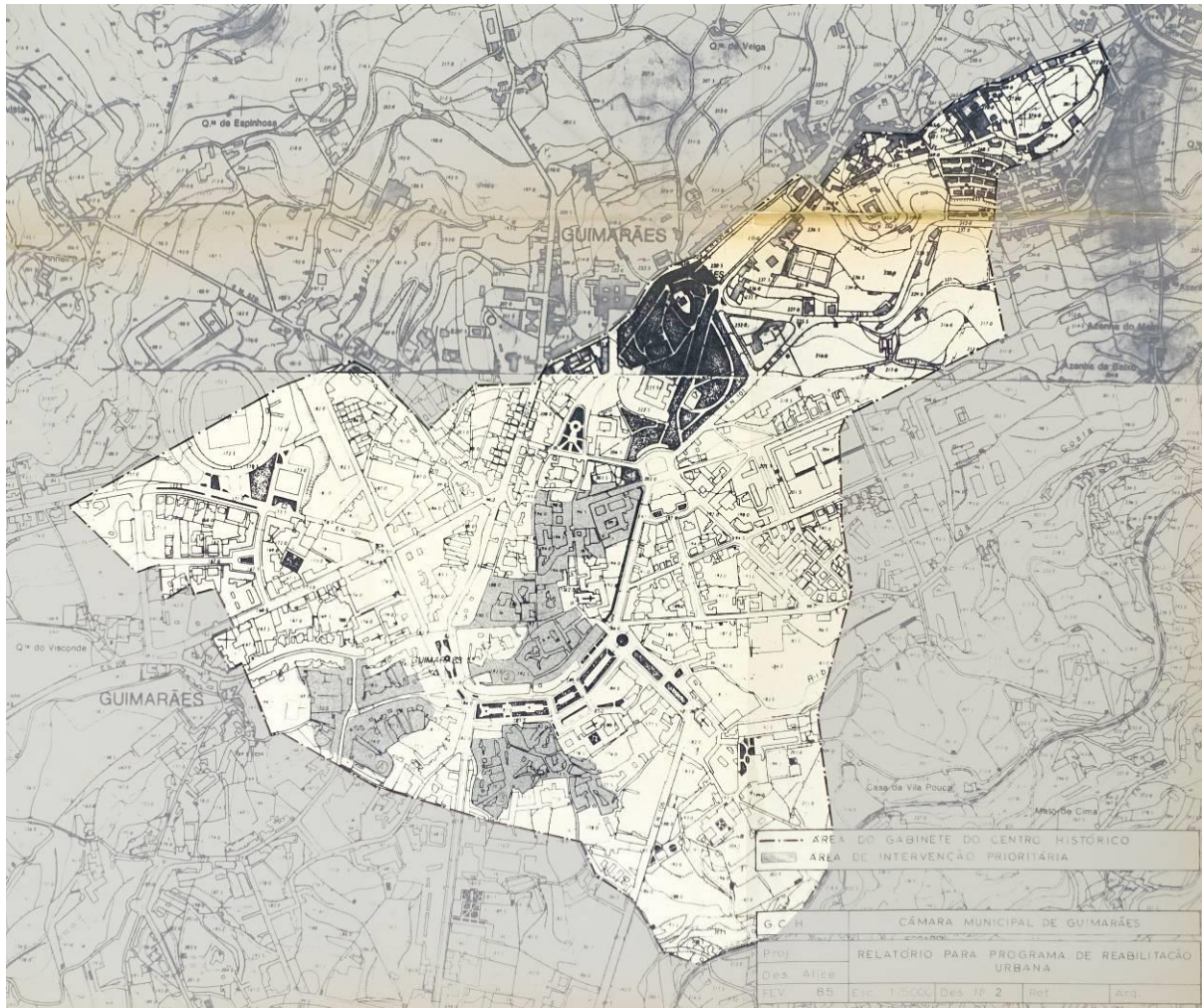


Figura 3 - Área proposta para a atuação do Gabinete do Centro Histórico (anterior ao GTL) e áreas de intervenção prioritária (Fev. 1985). GTL/CMG.

A proposta inicial para a delimitação da área de atuação do centro histórico apontava todo o centro urbano da cidade como área de gestão. Essa conceção aproxima-se do entendimento que se pode ter dos princípios do Plano Geral de Urbanização, onde se considera que todo o âmbito urbano deve ser considerado de elevado valor patrimonial e ter uma gestão concomitante. A área proposta pelo grupo de trabalho não viria, no entanto, a ser concretizada, a nível municipal, e o âmbito efetivo de ação direta da equipa do centro histórico ficou, na essência, remetido a uma pequena área dentro da área antiga da cidade.

É interessante verificar o interesse entre o adiamento de um Plano e, em aparente contradição, a vontade de ter uma área alargada de trabalho, integrando toda a cidade, muito para lá do centro histórico. Parece, no entanto, coerente com uma ideia que se lê repetidamente nas comunicações de trabalhos do GTL de Guimarães considerando que o trabalho na área antiga se referencia à cidade como um todo, sendo uma parte que contribui para materializar um modelo de cidade. Ou, numa leitura mais simplificada: o centro histórico é uma parte integrante da cidade que não deve ser pensada de uma forma isolada do sistema em que se integra.

Não obstante, do ponto de vista prático, e em termos urbanísticos, o centro histórico acabou por ser tratado marginalmente à restante política e atuação municipal. Dentro da área do centro

histórico, a atuação tem um critério. E fora da área do centro histórico, os critérios são completamente distintos. Aparentemente, poucas vezes os responsáveis por uma e outra área conseguiram concertar estratégias. Mais se deve lembrar que a operação no centro histórico tinha como objetivo adicional o de servir, do ponto de vista metodológico, de exemplo para outras áreas da cidade e do concelho. Algo que apenas pontualmente se tentou fazer, em anos mais recentes, e de uma forma muito limitada, no âmbito do MAPa²⁰¹².

Convirá esclarecer que, no início e até hoje, uma parte substancial do trabalho de gestão urbanística, de projeto e obra em edifícios recai em imóveis de valor patrimonial que não são facilmente qualificados como de pouco ou nenhum interesse arquitetónico. E este é um ponto de grande relevância neste trabalho, na medida em que não parece evidente a distinção, em termos metodológicos, entre as intervenções nos edifícios de maior interesse arquitetónico e os de menor. Porventura até pelo contrário, na medida em que se percebe um esforço adicional na tentativa de “melhorar” os edifícios menos qualificados. Naturalmente esta ideia, de melhoramento, é muito discutível. Mas essa é outra dificuldade com a qual lidamos ao intervir sobre o existente: a tomada de posição, o juízo de valor. Remete-nos para a questão que fundamentalmente nos interessa: como proceder? Como proceder face à necessidade de intervenção em edifícios sem um valor cultural reconhecido? Que critérios (de projeto)? Os trabalhos que começaram a ser realizados pelo grupo de trabalho para o centro histórico – e que continuaram durante mais de duas décadas – eram de pequena monta e quase sempre em contextos arquitetónicos como os já aludidos. De um modo geral, os trabalhos de acompanhamento de obra incidiam sobre recuperações de telhados, caixilharias, revestimentos, criação de sanitários, ventilações. Ou seja, trabalhos essenciais à salubridade, segurança e habitabilidade dos edifícios. Normalmente habitações.



Figura 4 - Exemplo de uma das dezenas de intervenções em habitações no centro histórico. Rua Egas Moniz 1, 3, 5 (1986-1987). GTL/CMG.

Com a adesão ao Programa de Reabilitação Urbana, a ação municipal ganhou escala e pertinência, designadamente porque passou à obra de reabilitação dos espaços públicos, não se descurando a recuperação de edifícios municipais e o acompanhamento aos privados.

O acompanhamento aos privados é, de todas as vertentes desenvolvidas pelo gabinete, a mais difícil de estudar na medida em que é de carácter não documentado, na sua esmagadora maioria. Conhecem-se muitas das obras e das interferências que os técnicos municipais tiveram, a partir dos testemunhos dos proprietários, dos técnicos. Mas não há registos, projetos, textos, fotografias. No entanto, foi, durante mais de duas décadas, um dos focos fundamentais da operação em Guimarães, conhecendo com profundidade a realidade e os seus intervenientes, desenvolvendo uma fiscalização informal de obras em curso e atuando através dos processos de licenciamento.

A criação do GTL coincidiu como final da reabilitação da casa 115, hoje conhecida como a Casa da Rua Nova. Um edifício adquirido pelo Município anos antes, que viria a ficar especialmente conhecido por ter sido atribuída a menção Europa Nostra 1985 à sua reabilitação.

Tratou-se da primeira obra de recuperação de um edifício adquirido pelo Município dada a sua elevada qualidade arquitetónica e o seu avançado estado de degradação. Estas ações, de avaliação e aquisição, foram realizadas anteriormente à operação de recuperação do centro histórico. No entanto a obra desenvolvia-se muito lentamente e acabou por ser remetida ao gabinete técnico, aquando da sua criação. A direção técnica da obra esteve a cargo do arquiteto Fernando Távora. Foi a primeira oportunidade para se comprovar a possibilidade de recuperar e construir usando as técnicas ditas “tradicionais” tendo em conta o conhecimento e a experiência da mão-de-obra local, dos operários que vinham trabalhando nesta intervenção. Os métodos e soluções usadas nesta obra constituíram-se como referência para intervenções em edifícios similares, certamente não apenas em Guimarães.

A localização da sede do Gabinete Técnico Local (GTL) na Rua Egas Moniz (Rua Nova) parece revelou-se muito importante, na medida em que descentralizou os serviços municipais, afastando a respetiva carga institucional e muito do que, especialmente à época, tal representava, designadamente em termos de associação a práticas de corrupção. Por outro lado, esta descentralização facilitou a aproximação entre a equipa e a população. E colocou a equipa no centro de uma das ruas mais problemáticas e “típicas” do centro histórico.



Figura 5 - Detalhes de trabalhos correntes de conservação. GTL/CMG.



Figura 6 - Ilha do Sabão, fotografias de levantamento prévio ao projecto e intervenção de reabilitação na habitação (2004). Ricardo Rodrigues/GTL/CMG.

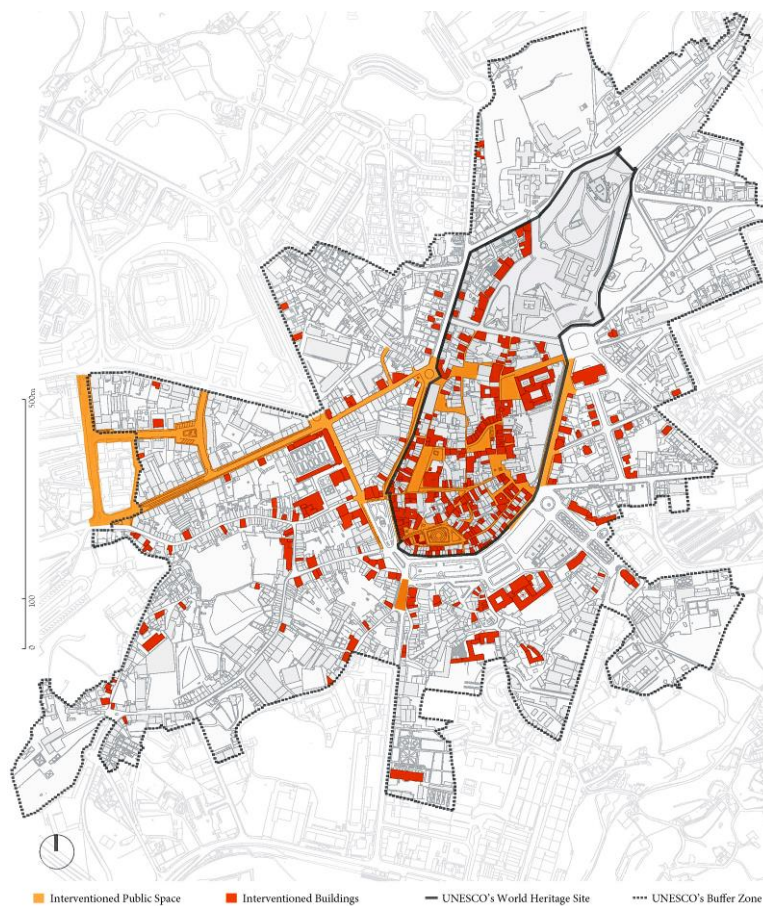


Figura 7 - Obras realizadas sob ação direta da equipa municipal responsável pelo centro histórico, entre 1983 e 2001 (2004).

Começo (2): Gabinete Técnico Local

A criação do Gabinete Técnico Local, no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana (PRU), aumentou a capacidade técnica da equipa, clarificou os objetivos, as atribuições e as respetivas expectativas. No essencial, tratou-se de um Gabinete Técnico Local com um corpo técnico e pressupostos similar aos demais GTLs que foram criados por todo o país.

A sua ação foi ganhando visibilidade através das pequenas obras nos edifícios e nas grandes intervenções nos espaços públicos, acompanhados por uma gestão urbanística que abarca desde o parecer sobre pedidos de ocupação da via pública, publicidade, mobiliário urbano; até às obras de construção, sejam de mera conservação, de alteração, de demolição ou de construção de raiz.

Após a criação do GTL foram poucos os casos de construções de raiz, sendo a maioria dos pedidos representada por obras de alteração e de conservação. O pedido de ocupação do espaço público, com esplanadas, por exemplo, era raro nas primeiras décadas de atuação. Pelo contrário, neste âmbito, a equipa teve uma ação direta na motivação de proprietários para valorizarem o uso do espaço público (que havia sido recuperado).

Como se pretende esclarecer, trata-se de um conjunto de ações de pequena escala. De carácter casuístico, à medida que surgem oportunidades. No entanto, é clara a constatação de que a ação municipal despoleta muitas das oportunidades. Por exemplo, a reabilitação dos espaços públicos é sempre seguida por um conjunto de iniciativas privadas no sentido da requalificação dos imóveis.

O acompanhamento próximo a todos os processos – intervenções no espaço público, licenciamento de obras particulares, acompanhamento de obras – permitiu adquirir um conhecimento muito aprofundado da realidade e, assim, ter-se-á facilitado o ajustamento da atuação perante as inevitáveis vicissitudes, bem como prever e motivar novas intervenções.

São conhecidos os processos de contágio. Desde logo pela já referida indução que a intervenção ao nível do espaço público provoca nos privados. Numa segunda fase, entre privados, seja pela vaidade entre vizinhos, seja pela necessidade de obras comuns. Lembremos que em muitos casos, as estruturas de madeira, de pavimentos e de telhados, e de alvenarias de granito, são comuns a vários proprietários. Nesse sentido, muitas vezes uma primeira obra despoletou outras intervenções no próprio edifício e nos edifícios contíguos.

Estes processos tiveram sempre um acompanhamento próximo por parte do gabinete municipal, o que potenciou, em regra, a relação de proximidade entre os técnicos e a população. São processos, em geral, morosos e pontuais. Durante anos, não era evidente, ao visitante menos atento, a transformação que vinha ocorrendo.

Não houve uma ação sistemática por áreas, ou por ruas. Para além da casuística dos requerimentos de obras, do dia-a-dia, são as intervenções nos espaços públicos que geram alguma concentração e simultaneidade de intervenções. Constitui exceção a esta regra a atuação temática, como ocorreu a propósito do PROCOM, motivando-se de uma forma sistemática a modernização dos espaços comerciais, em toda a área de intervenção.

As intervenções ao nível do espaço público foram objeto de um estudo prévio e de um programa de atuação tendo em vista as profundas alterações previstas para os espaços. Recorde-se que os espaços públicos eram ocupados pelos automóveis, em geral de utilizadores “externos” ao centro histórico. O Plano de Ação de Trânsito é um dos únicos documentos onde se consegue ver, na prática, a impossibilidade de transformar o centro histórico sem olhar à cidade envolvente. Pelo contrário: só compreendendo as relações e lógicas de todo o sistema

urbano foi possível introduzir medidas de alteração tendo em vista um novo usufruto dos espaços públicos na área antiga.



Figura 8 - Excerto do Plano de Ação de Trânsito (1984). CMG.

As alterações seguiram o Plano e foram paulatinamente aplicadas, permitindo avaliar as respetivas consequências e, caso fosse necessário, introduzir correções. O que não parece ter sido necessário. A lógica de circulação foi, no entanto, radicalmente alterada, deixando de ser possível aos automobilistas fazer longos percursos na área intramuros. Pelo contrário, através do corte de alguns dos acessos, de alterações nos sentidos de circulação, e da criação de áreas específicas para algumas necessidades específicas (como cargas e descargas), foi possível criar um novo sistema que funcionou sem alterações até há poucos anos.

Recentemente têm sido introduzidas alterações no sentido de condicionar, cada vez mais, o acesso de veículos ao centro histórico, num processo de pedonalização comum a muitos outros centros urbanos. Este processo não ocorre sem grandes conflitos com a população residente, pela dificuldade no acesso de ambulâncias, de veículos com as compras do dia-a-dia, entre outros aspetos que interferem no quotidiano dos moradores de uma forma invisível ao visitante, mas fundamental às necessidades de uma população que continua a ter uma elevada percentagem de idosos, com problemas de mobilidade.

Por outro lado, as alterações criaram condições para a instalação de novos serviços e novos usos, tanto ao nível dos edifícios como dos espaços públicos. Também aqui as mudanças foram por vezes conflituosas tendo em consideração que praticamente todos os largos e praças são circundados por habitações, a instalação progressiva de bares e restaurantes gerou novas dinâmicas, novos focos de poluição ambiental (ruído, cheiros, tubagens, etc.) que interfere negativamente na qualidade de vida dos moradores.

As intervenções de maior relevância ao nível do espaço público realizaram-se de acordo com projetos de Fernando Távora. Os primeiros dois na qualidade de assessor para o centro histórico, o que significou realizar os projetos no, e com, o gabinete técnico municipal, e os dois últimos foram executados numa altura em que Távora já não era assessor no Município.

A primeira intervenção realizada nos espaços públicos ocorreu no Largo “da Câmara”. Ainda que não sem polémica, o Município, muito limitado do ponto de vista orçamental, foi resolvendo como pôde a concretização da obra. Foram notórias as dificuldades de gestão do custo da obra, alegadamente decorrente do atraso do Governo no cumprimento dos planos de investimento aprovados. Esta nota ajuda a compreender o contexto e as limitações que, à época, se impunham. E a compreender porque se procurou um caminho inicial baseado em respostas atempadas aos problemas concretos urgentes, evitando alocar os técnicos à realização de um Plano de Salvaguarda que, na generalidade dos casos, acabava por não ter suporte financeiro nem viabilidade para ser posto em prática.



Figura 9 - (cima) Plano Geral de Urbanização – Edifícios Classificados e de Valor Cultural. Zonas de Proteção (1982). (baixo) Área de gestão do gabinete do centro histórico: área classificada como Património Cultural da Humanidade e respetiva zona de proteção. (2001). CMG

Gabinete Técnico Local: desenvolvimento

Em 1989 cessa a assessoria prestada por Fernando Távora ao gabinete do centro histórico. Após seis anos de colaboração próxima, o trabalho continua por parte da equipa municipal sem o apoio de Távora. Ainda assim, são da sua autoria as duas praças que foram intervencionadas no início da década de 90, o Largo João Franco e o Largo Condessa do Juncal, embora desenvolvidos no seu atelier.

A equipa municipal deu continuidade à metodologia que vinha sendo implementada, de intervenções nos espaços públicos, avaliação de edifícios a adquirir pelo Município e a respetiva introdução de novas funções urbanas; o acompanhamento técnico e financeiro aos privados, e a gestão urbanística quotidiana.

Não são notórias alterações aos critérios de intervenção implementados antes e depois da assessoria de Távora. É notória a continuidade global de critérios de intervenção que perpassa o tempo e os vários técnicos responsáveis pelas centenas de intervenções que tiveram apoio do gabinete.

Convirá recordar que as intervenções, salvo raras exceções como os dois Largos acima referidos, eram projetadas e acompanhadas em fase de obra pelos técnicos da equipa municipal. Deste modo os técnicos municipais puderam ter um trabalho continuamente multifacetado, dividindo-se entre a gestão de obras particulares, o projeto de espaços públicos e de edifícios municipais, e o projeto e acompanhamento de obras. Não parece haver, entre os vários arquitetos que colaboraram ao longo de mais de duas décadas de existência da equipa municipal, exceções a esta experiência transversal disciplinar.

Este aspeto parece-nos muito relevante na medida em que evidencia uma “escola” cuja matriz não se encontra ainda devidamente clarificada. Mas parece ser incontestável o facto de que há uma coerência, uma linha condutora, entre os diferentes projetos realizados pelos diferentes colaboradores ao longo do tempo. Não se pode relacionar essa coerência a uma proveniência comum dos técnicos, uma vez que há uma clara mistura geográfica, e os percursos académicos variam muito entre todos. Também as idades. Por isso, é uma dinâmica de grupo que foi desenvolvida ao longo do tempo e que parece ter tornado possível que cada novo membro conseguisse integrar coerentemente o seu contributo.

Há, no entanto, um aspeto metodológico intensamente alimentado em todo o processo de recuperação do centro histórico: o debate e a discussão. Recorde-se que foram realizadas, em vários momentos, sessões de debate público em torno da transformação dos espaços públicos. Um dos casos mais participados foi o da intervenção na Praça de Santiago. Foram previamente envolvidos os moradores na realização de uma pequena exposição. Este envolvimento facilitou o aprofundamento de laços e do conhecimento de cada um dos moradores e das suas casas. E, entre muitos outros aspetos, garantiu a sua participação num debate alargado a especialistas externos, como foi o caso, entre outros, de Álvaro Siza, Fernando Távora, Eduardo Souto de Moura, Gonçalo Byrne, bem como envolvendo as demais forças vivas da cidade e a população em geral. Ou seja, a discussão da transformação do espaço público era, por si, já um momento de mistura, de confluência de forças potencialmente divergentes e que raramente se encontravam.

Este aspeto parece-nos muito relevante porque constitui, uma vez mais, um momento de aplicação de um modelo de participação pública que difere muito de modelos aplicados mais recentemente, onde a população é chamada a conhecer um projeto, já formatado, e a pronunciar-se sobre o mesmo.

Pelo facto de ter assistido a estes debates, posso confirmar que eram muitíssimo participados, com salas absolutamente lotadas, e com acesos debates no final, onde pessoas de diferentes quadrantes da sociedade participavam.

Pode não ser possível apurar em que medida estes debates contribuíram para as decisões de projeto. Mas é certamente possível concluir que constituem momentos de discussão sobre o futuro da cidade, envolvendo processos democráticos e participativos, que interessam à reflexão sobre o desenvolvimento que se pretendia para a cidade. Nessa medida, foram um momento crucial na materialização da procura de uma ideia coletiva do modelo de cidade que se deseja.

Na verdade, estes momentos apenas são eventos em que essa descoberta coletiva se reúne num mesmo espaço e ao mesmo tempo. Porque é evidente ao longo do tempo a preocupação em conhecer os interesses da população residente, das suas motivações, e – só depois – a abordagem ao projeto, concomitante com a salvaguarda dos valores arquitetónicos, culturais, sociais e económicos tidos como relevantes e realizáveis.

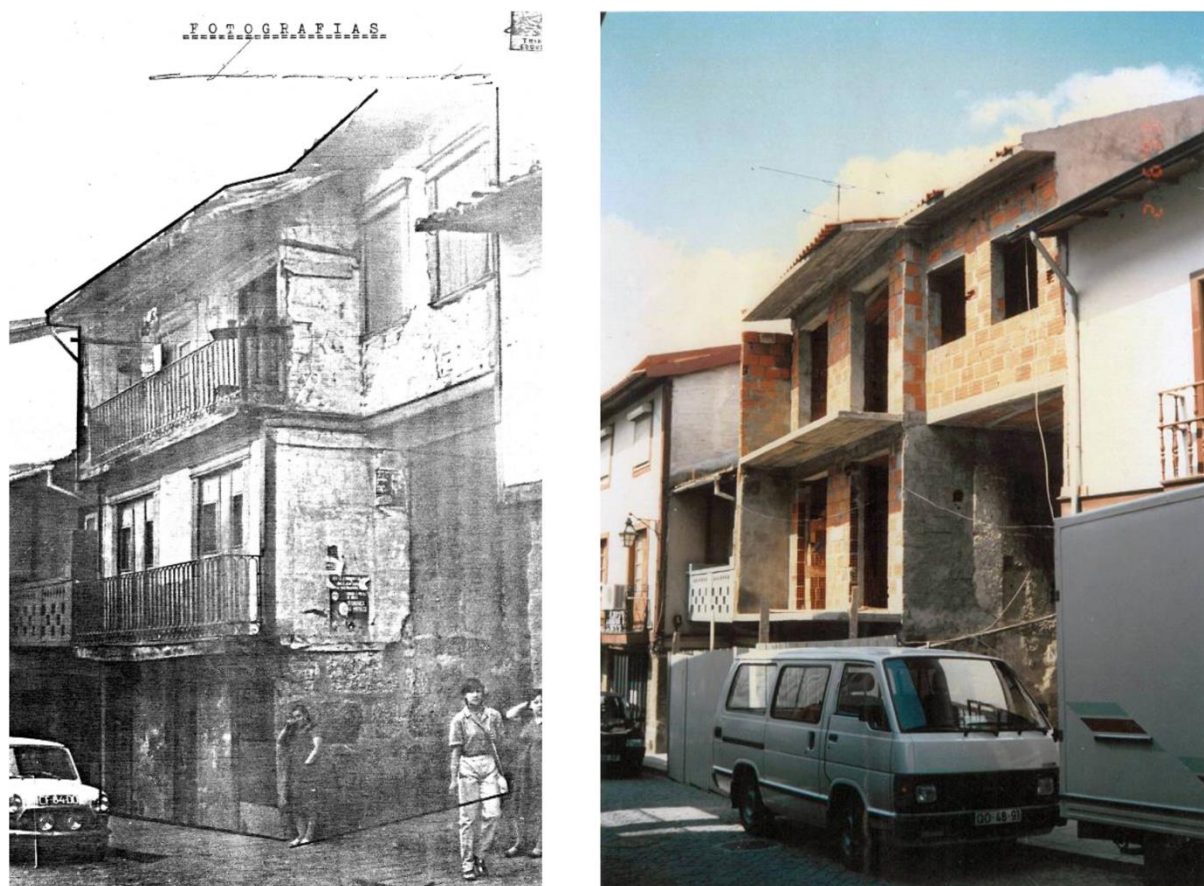


Figura 10 - Rua da Liberdade, 20. Antes e durante a obra (1995). Um dos recorrentes exemplos de obras de demolição e construção realizadas sem licença administrativa. GTL/CMG.

Regras. Breves notas

Quando analisamos as obras e os pedidos de licenciamento dos primeiros anos da operação surgem dois grupos de tendências: obras correntes de manutenção e obras de alterações profundas, mesmo quando se pretende “manter” a imagem do edifício.

As obras correntes de manutenção implicavam alterações diversas normalmente procurando atualizar e modernizar os edifícios. As caixilharias de madeira vinham paulatinamente a ser alteradas por caixilharias em alumínio, o fibrocimento substituíra as telhas de barro, alteravam-se fachadas. Por vezes, alteravam-se profundamente os edifícios, mantendo

“o seu aspeto”, mas, considerando-se trabalhos ordinários, insignificantes, avançavam clandestinamente.

Por outro lado, numa outra linha de atuação, destacam-se pedidos de obras de maior dimensão onde se propõe uma substituição integral por edifícios similares, “modernizados”. Por vezes, os pedidos surgiam já com as obras em curso, sendo já irreversíveis os atos praticados, de demolições, por exemplo.

Ambos os grupos sugerem uma ideia de continuidade, ideia esta diferente da que o gabinete acabou por promover, por um lado desaconselhando o uso de materiais, designadamente revestimentos, incoerentes ou incompatíveis com os suportes preexistentes; e por outro lado, fazer a apologia da conservação do “corpo e alma” dos edifícios, e não apenas do “corpo”.

Cada caso é um caso, tem especificidades e enquadramentos específicos. É notória a dificuldade em sistematizar regras de aplicação geral. E parece também evidente a dificuldade em argumentar a defesa da salvaguarda dos edifícios, em múltiplas ocasiões. Às dificuldades para encontrar soluções para os problemas construtivos e para as negociações com os privados, acresceria certamente a complexidade política desta gestão. Não raras vezes, tal como hoje, se refere à conservação como óbice ao desenvolvimento.

O papel de Fernando Távora nessa mediação pode ter sido muito relevante, dada a sua reputação técnica e académica e imparcialidade, enquanto assessor externo ao Município. Não são muitos os episódios registados, mas estão documentados conflitos em prol da defesa da salvaguarda de alguns edifícios, no âmbito de processos de licenciamento.

A prática continuada de projeto e gestão urbanística foi consolidando uma doutrina, mas apenas em 1993-94, no âmbito da redação do Plano Diretor Municipal, foi levada a cabo a redação de regras, de um regulamento, para o centro histórico, o Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico (RICUH). Data também deste período o primeiro inventário do património edificado, através da organização de recolha de dados e imagens, organizados em fichas de inventário para cada um dos edifícios.

Estas iniciativas coincidem com um período em que o gabinete tem uma nova liderança e, certamente por isso, uma nova metodologia de trabalho. Foi, no entanto, um período breve, uma vez que a anterior liderança técnica foi reposta poucos anos depois. E desde então (1995) não mais foram propostas alterações ou revisões ao RICUH. E as fichas de inventário apenas foram atualizadas (neste caso, refeitas) a propósito da classificação do centro histórico como Património da Humanidade.

Há uma certa unanimidade na estupefação perante o facto de se ter conduzido uma operação durante mais de vinte anos, sem um Plano de suporte. As próprias regras impostas pelo RICUH são, em parte, negligenciadas pelos próprios técnicos municipais, devido ao seu desajustamento face à realidade atual. Foram constituídas para uma área específica e, com o alargamento da área de gestão do gabinete do centro histórico, hoje são aplicadas numa área bastante mais alargada. Entre os aspetos negligenciados estão as restrições de cores, o que parece compreensível considerando, por exemplo, que nas paredes só pode ser aplicado o branco, o branco-sujo e o ocre e nos madeiramentos e elementos em ferro, só podem ser aplicados o castanho escuro, o castanho avermelhado, o vermelho “sangue-de-boi” e o verde “loureiro”.

Há, no entanto, aspetos que são apontados como permanentes e fundamentais, como por exemplo a possibilidade de ocupação do piso térreo por atividades do sector terciário, mas a restante área dos edifícios terá que ser destinada a habitação. Mesmo neste caso, apesar de ser apontado pelos técnicos como uma regra fundamental, na medida em que sustenta uma função fundamental a salvaguardar no centro da cidade – a habitação – têm sido admitidas várias exceções a esta regra e é hoje discutível a alteração ao texto, na medida em que dentro das

funções habitacionais pode estar incluída a vertente turística, nomeadamente no âmbito do alojamento local.

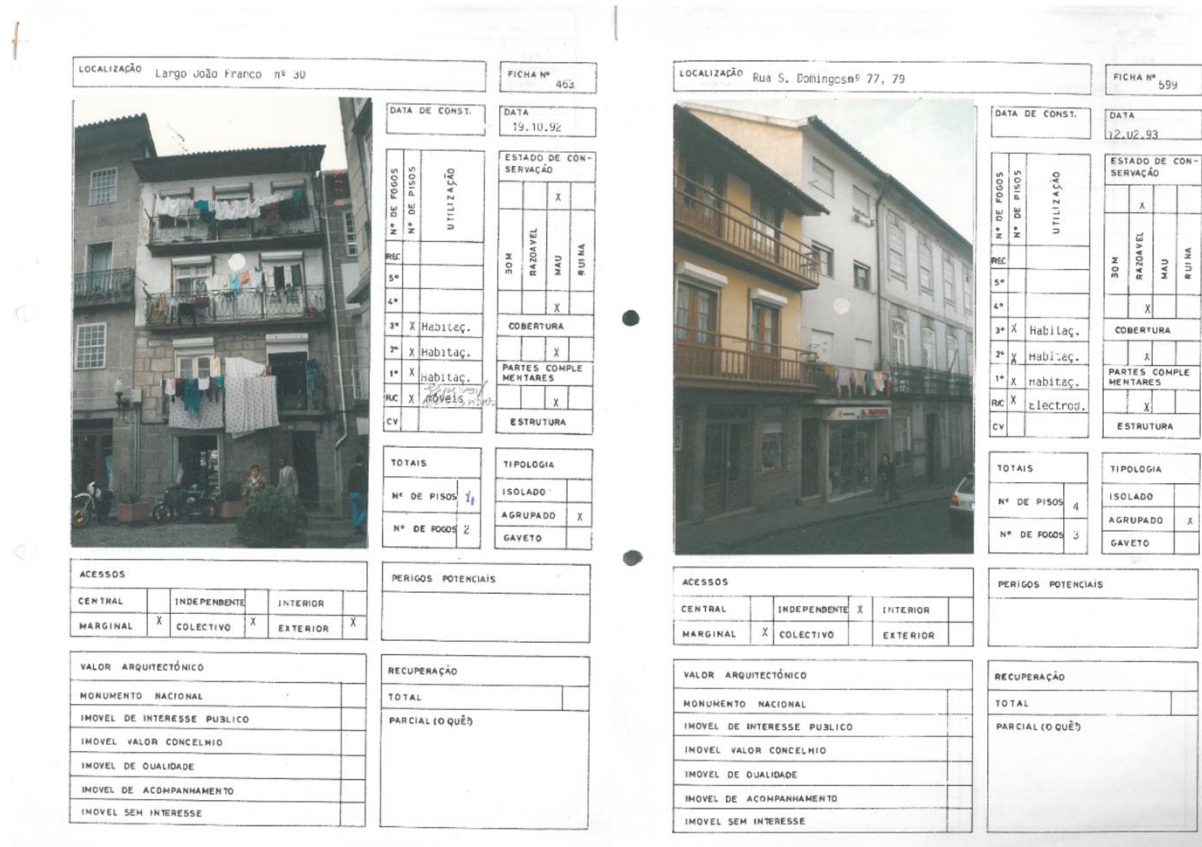


Figura 11 - Exemplos de fichas de inventário do património edificado (1993-1994). GTL/CMG.

Salvaguarda em desenvolvimento

Ao longo deste artigo temos explorado exemplos que servem para sublinhar a necessidade de uma permanente capacidade de adaptação às alterações que ocorrem na sociedade, na legislação, na economia, na política.

Pense-se, por exemplo, no caso de Guimarães, na Praça de Santiago, ou no Largo da Oliveira. Duas praças centrais do centro histórico. Há vinte e cinco anos, cada uma tinha uma a duas esplanadas e os respetivos estabelecimentos de hotelaria. Hoje, cada uma tem aproximadamente dez esplanadas, e os correspondentes estabelecimentos. São os mesmos espaços públicos de há vinte e cinco anos, os mesmos edifícios. Mas, de facto, tudo mudou. O que se salvaguarda hoje é o mesmo que se salvaguardava há vinte e cinco anos? Recorde-se que um dos pontos estruturantes da recuperação do centro histórico foi sempre o da vitalidade, da vida, que o centro histórico tinha (e tem). Sendo para isso apontada a função habitacional como um aspeto fundamental para a salvaguarda desta vitalidade.

Hoje, em Guimarães, começa a ser notória a alteração que se processa no centro histórico. Passou a ser interessante o investimento imobiliário no centro histórico. O que não se vendia, hoje vende-se por valores já considerados altos. E, neste movimento, a expectativa de retorno será correspondente. Será inevitável a saída dos inquilinos com menor capacidade financeira. Voltou a ser atrativo para os investidores a subdivisão da propriedade, agora denominadas de

“estúdios”, “lofts” e afins. Onde moravam os pobres, agora residem temporariamente jovens estudantes, pernoitam turistas.

No mesmo edifício onde assistimos, no passado recente, a soluções criativas levadas a cabo pelo gabinete municipal para conseguir pôr fim à degradação construtiva e manter os inquilinos, com eventual atualização de rendas, designadamente através das operações ao abrigo do RECRIA; hoje podemos encontrar uma nova realidade: novos inquilinos, novas rendas, novos “standards” de conforto, alegadamente.

Do ponto de vista da salvaguarda patrimonial, o princípio da reversibilidade é assegurado por intermédio das estruturas ligeiras revestidas a gesso cartonado. No essencial, os sistemas construtivos são mantidos, incluindo caixas de escadas, tabiques em taipa de fasquio e de rodízio. Quem constrói hoje são empresas “especializadas” e os empreiteiros da “velha guarda” estão claramente a perder terreno. Constrói-se com mais segurança, com padrões de qualidade certificados. Os materiais e técnicas tradicionais perdem também terreno face às expectativas de conforto térmico e acústico que os novos investidores exigem. O trabalho de recuperação hoje é apetecível para todos, incluindo para os arquitetos, mesmo nos edifícios considerados de menor valor cultural.

Quando analisamos as primeiras décadas da operação, verifica-se que a esmagadora maioria dos projetos e obras eram dirigidas pelos técnicos municipais, mesmo nos edifícios privados. Este suporte técnico constituiu um apoio fundamental aos privados que, na generalidade, não tinham meios para contratar técnicos especializados. Nesse sentido, a operação consolidou um serviço público de Arquitetura à disposição dos interessados. Um incentivo ao investimento, que era bastante incipiente.

A realidade atual é distinta e poderá ser discutível a pertinência da manutenção dos incentivos à reabilitação do centro histórico, como a isenção de IMI, a isenção de pagamentos de taxas e licenças. Se faziam sentido quando não era atrativo o investimento nas áreas antigas, farão ainda sentido?

Hoje parece claro que salvaguarda é desenvolvimento. É desenvolvimento económico, turístico, cultural. É um fator diferenciador e de atratividade, a múltiplos níveis. Não obstante, não deixa de ser curioso notar que nas áreas periféricas em desenvolvimento, em crescimento, os exemplos de salvaguarda patrimonial não parecem servir. Continua a ser norma a construção nova como fator de desenvolvimento. O princípio da salvaguarda patrimonial aplica-se (quando se aplica) apenas a contextos de elevado valor histórico-artístico, e muito do património de valor “corrente” vai sendo destruído e irremediavelmente perdido.

Ao avaliarmos caso a caso a intervenção de Guimarães, verificamos que uma parte significativa dos edifícios tem um valor estético, tecnológico, cultural, eventualmente negligenciável. Em muitas das cidades próximas a Guimarães foram já substituídos ou irremediavelmente alterados edifícios e conjuntos similares, facto que pode ser visto hoje como uma oportunidade desperdiçada. No caso de Guimarães, hoje, é claro o valor do conjunto, mais do que aquele que cada um dos edifícios possui individualmente. Mas essa constatação só foi facilitada após anos e anos de recuperação de muitos dos aludidos edifícios *sem* valor patrimonial, ou arquitetónico.

Metodologias de envolvimento da população foram também decisivas neste desenvolvimento, sobretudo porque se percebe que se tratou de uma atuação que foi ao encontro de múltiplos desejos, e não a partir de conceções abstratas e universais sobre atuações em áreas de interesse patrimonial.

Essa é uma lição que parece fundamental para o desenvolvimento do nosso território e não apenas para as áreas a salvaguardar. Afinal, o que não merece ser salvaguardado que desenvolvimento deve ter? Nos casos analisados, tornou-se evidente que, como regra, os edifícios que foram substituídos por edifícios novos, ou mesmo os que tiveram profundas

transformações, não só não aportaram mais-valias evidentes para a cidade, como retiraram valores que seriam hoje claramente destacados. Ainda assim, o que foi mantido, e o modo como foi mantido, constituiu testemunho suficiente para ser elevado à categoria de Património Cultural da Humanidade. Desde então, será evidente a necessidade de salvaguardar e preservar este estatuto. Mas será importante aprofundar os motivos e critérios que motivaram a salvaguarda muito antes de sequer se imaginar a possibilidade de se candidatar à UNESCO. Independentemente das classificações patrimoniais, seria importante compreender a importância que o contributo disciplinar da Arquitetura, juntamente com outras áreas disciplinares, pode ter na reversão de áreas depreciadas, convertendo-as em áreas de elevado valor patrimonial e, sobretudo, em áreas onde apeteça estar, passear ou viver.



Figura 12 - Vista aérea sobre o Largo da Oliveira e Praça de Santiago (2004). Paulo Pacheco/CMG.

Referências bibliográficas

Aguiar, José (1996), “Conservação do Património Urbano em Portugal. Contributos para um debate sobre património local em Guimarães”, in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Barata Fernandes, Francisco (1992), “Pianificazione urbana e progetto di recupero in Portogallo”, in *La cultura della Città*. Faenza: Edizioni C.E.L.I..

Câmara Municipal de Guimarães (1985), *Programa de Reabilitação Urbana*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães (policopiado).

Gesta, Alexandra (1986), *Comunicação ao I.º Encontro Nacional de Gabinetes Técnicos Locais*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro (policopiado).

Gesta, Alexandra (1986), “Gabinete Técnico Local de Guimarães: uma experiência original”, *Cadernos Municipais*, 37, 11-18.

Gesta, Alexandra (1987), *Relatório de estágio 1980-1987*. Porto: Escola Superior de Belas Artes do Porto (policopiado).

Gesta, Alexandra; Rodrigues, Ricardo (2004), *Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Koolhaas, Rem (2014), “It’s a cliché that everyone is living in the city. We’re thinking in new ways about the country side”, *Dezeen Book of Interviews*, 122-123.

Pinho, Ana (2009), *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana – Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*, tese de doutoramento em Planeamento Urbanístico apresentada à Universidade Técnica de Lisboa.

Portas, Nuno (1998), “A intervenção municipal na cidade histórica. O caso de Guimarães”, *Comunicações apresentadas em Toulouse e Rabat* (policopiado).

Rodrigues, Ricardo (2016), “Centro Histórico de Guimarães: ¿varias obras, un mismo proyecto?”, in “*Arquitectura tradicional: essència o forma*”, *Actas do XXXVIIIè CURSET – Jornades Internacionals sobre la Intervenció en el Patrimoni Arquitectònic*. Barcelona: AADIPA - Col·legi d’Arquitectes de Catalunya.

Rodrigues, Ricardo (2017), “On the ordinary. Designing and managing the transformation of the historic city of Guimarães”, in *Paveldo brydès - The Heritage Traces*. Vilnius: Savastis.

Stussi, Robert; Casimiro, Vítor; Coelho, José (1984), *Acção de Trânsito*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães (policopiado).

Távora, Fernando (2004), “Reabilitações Urbanas e Casa da Rua Nova”, in *Portugal 1990 / 2004. Portogallo 1990/2004*. Lisboa: La Triennale de Milano.

Távora, Fernando; Matos Ferreira, Alfredo (1982), *Plano Geral de Urbanização*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães (policopiado).

Trigueiros, Luiz (1993), *Fernando Távora*. Lisboa: Blau.

UNESCO (2001), *Advisory body evaluation, n.º 1031*. Accessed on 01.10.2019, at <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1031.pdf>.

Legislação

Decreto-Lei n.º 445, Diário da República, I Série, n.º 213, de 12 de Setembro de 1974, pp.1062–1067. Suspensão da atualização das rendas.

Despacho, Diário do Governo, I Série, n.º 182 de 6 de Agosto de 1974, pp.873–874. Serviço de Apoio Ambulatório Local.

Decreto-Lei n.º 794, Diário da República, I Série, n.º 259, de 5 de Novembro de 1976, pp.2517–2524. Nova Lei dos Solos (e criação das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística).

Decreto Regulamentar n.º 24, Diário da República, I Série, n.º 117, de 22 de Maio de 1979, pp.996–997. Centro histórico de Guimarães e imediações da Rua de D. João I: demarcação de área crítica de recuperação e reconversão urbanística.

Decreto-Lei n.º 449, Diário da República, I Série, n.º 295, de 26 de Dezembro de 1983, pp.4113–4116. Programa de apoio à reabilitação de imóveis de habitação (PRID).

Despacho no 4/SEHU/85, Diário da República, II Série, n.º 29, de 4 de Fevereiro de 1985, pp.1158–1159. Programa de Reabilitação Urbana.

Lei n.º 13, Diário da República, I Série, n.º 153, de 6 de Julho de 1985, pp.1865–1874. Património Cultural Português. Lei n.º 46, Diário da República, I Série, n.º 217, de 20 de Setembro de 1985, pp.3042–3050. Lei das Rendas.

Despacho 1/88, Diário da República, II Série, n.º 16 de 20 de Janeiro de 1988, pp.493–494. Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD).

Despacho 23/90, Diário da República, II Série, n.º 269 de 21 de Novembro de 1990, pp.12699–12700. Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/94, Diário da República, I Série–B, n.º 237, de 13 de Outubro de 1994, pp.6200–6223. Plano Diretor Municipal de Guimarães.

Decreto-Lei n.º 307, Diário da República, I Série, n.º 206 de 23 de Outubro de 2009, pp.7956–7975. Regime jurídico da reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana.

Património e(m) desenvolvimento. Metodologias colaborativas na operacionalização de estratégias para a reabilitação urbana: o caso de Condeixa-a-Nova

Marcelle Pascoal,² Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra

mshpascoal@gmail.com

Resumo: Ao pensarmos em salvaguarda, percebemos que, mesmo após as mudanças de paradigma quanto aos conceitos de património, a sua associação aos “centros históricos” resulta em políticas que contribuem para novos quadros de desagregação urbana. Ademais, o desinteresse e a pressuposta falta de capacidade da população em envolver-se na sua gestão, ainda se mantêm mesmo em tempos onde os processos de gestão democrática assumem um protagonismo crescente nas políticas urbanas e produzem impactos significativos na reabilitação de contextos em declínio. Quando a cidade se torna objeto da salvaguarda, como promover a integração do património e o envolvimento da sociedade na construção de seu desenvolvimento? Esse artigo objetiva enunciar princípios para a integração do património nas políticas de desenvolvimento urbano e expor como a participação cívica constitui um ativo para a concretização desse objetivo. Utilizando o município de Condeixa-a-Nova como caso de estudo, discute-se como é que a integração de metodologias colaborativas pode contribuir para a operacionalização de estratégias de reabilitação urbana.

Palavras-chave: Reabilitação urbana integrada, património, metodologias colaborativas, desenvolvimento urbano, Condeixa-a-Nova

Abstract: When we talk about heritage safeguarding, we realize that even after the paradigm shifts in the concepts of heritage, their association with “historic centers” results in policies that contribute to new frames of urban degeneration. Moreover, the presumed lack of interest and capacity of the population to be involved in its management remain even in times when democratic management processes are taking an increasing role in urban policies and have significant impacts on the rehabilitation of declining contexts. When the city becomes the object of safeguard, how to promote the integration of heritage and the involvement of society in the construction of its development? This article aims to evidence some principles for the integration of heritage into urban development policies and to expose how civic participation is an asset for achieving this goal. Using the municipality of Condeixa-a-Nova as a case study, it is discussed how the integration of collaborative methodologies can contribute to the operationalization of urban rehabilitation strategies.

Keywords: Integrated urban rehabilitation, heritage, collaborative methodologies, urban development, Condeixa-a-Nova

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ), em 2016. Com experiência profissional em reabilitação de edifícios, atualmente é mestrande em Reabilitação Urbana Integrada na Universidade de Coimbra.

Património e(m) desenvolvimento

A percepção sobre as várias noções de património clarifica o modo como as sociedades construíram a sua identidade e relação com a temporalidade (Choay, 1992:205). Estas noções surgem quando são atribuídos valores aos bens produzidos pelo homem, no decorrer do tempo e no espaço, e contêm em si múltiplos significados e valores – tantos quantos a sociedade lhe atribua ao longo da sua existência. A partir da relação também estabelecida com o ambiente construído, é possível perceber que o processo de evolução dos conceitos sobre património resultou, e ainda resulta, nas diversas transformações que a paisagem urbana tem sustentado ao longo dos séculos.

Atualmente, o entendimento da cidade como bem cultural no âmbito da Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica (UNESCO, 2011a), fundamenta-se na ampliação dos valores atribuídos ao património e configura uma das mudanças de paradigma quanto ao entendimento sobre seus conceitos. Antes associado à noção de herança, em seguida à de monumento histórico e ampliado posteriormente aos conjuntos arquitetónicos antigos e, logo, como bem cultural, o objeto da salvaguarda passa agora a abranger as cidades na sua totalidade. Os valores antes associados aos aspetos estéticos e históricos vinculados ao objeto arquitetónico, distendem-se às diversas camadas tangíveis e intangíveis presentes nos espaços urbanos. Entretanto, quando as cidades se tornam o objeto da salvaguarda, cabe então questionar: o que se deve salvaguardar?

Como resposta aos desequilíbrios existentes nos espaços urbanos, os organismos internacionais têm vinculado as cidades inúmeras orientações para políticas públicas que visam a melhoria da qualidade de vida da população mundial e o desenvolvimento sustentável dos seus quadros ambientais, económicos, sociais e culturais. Devido à nova conceção da cultura como uma das bases para o desenvolvimento sustentável (Hangzhou Declaration, 2013), a importância da integração do património cultural nas políticas de desenvolvimento tem sido percebida ao longo das últimas décadas e manifesta-se num conjunto de ações definidas através dos objetivos da Agenda 2030 (ONU, 2015).

Entretanto, as intervenções decorrentes do processo de patrimonialização dos “centros históricos” têm conferido ao património – e, conseqüentemente, às cidades – um carácter alegórico (Choay, 1992) e interferem diretamente nos instrumentos de gestão territorial e, sobretudo, na programação e implementação das políticas públicas locais.

Nomeadamente, estas áreas urbanas antigas, alvo de diversos níveis de intervenções que procuram legitimar um certo discurso sobre a vida urbana (Leite; Peixoto, 2009:94), passaram a agregar um conjunto de características relacionadas com a falta de coesão urbana, devido ao facto de as políticas de gestão do património as terem tratado, durante décadas, como um objeto excecional do contexto da cidade (Gonçalves, 2018:26). Isso resultou em políticas de “congelamento” que, ao invés de garantir a conservação de seus elementos identitários, acabaram por segregar esses bens patrimonializados como objetos invioláveis e excecionais e culminou na sua obsolescência face às exigências contemporâneas referentes ao uso dos espaços urbanos e habitabilidade do seu edificado.

Nesse contexto, a reabilitação urbana é a política pública que visa a reversão desses quadros de desagregação urbana, através do reforço da coesão de seus âmbitos sociais, económicos e territoriais.

Entretanto, outra mudança de paradigma, cujo processo teve início nos anos 60, ainda manifesta efeitos e marca fortemente os princípios nos quais as políticas urbanas e de gestão do património encerram em suas intervenções. Além de testemunho do passado que deve ser

transmitido para gerações futuras, o património também passou a existir como um ativo económico e objeto de consumo baseado na cultura (Choay, 1992: 211). Ao adquirirem o valor económico atribuído ao património, as cidades passaram a existir como um cenário de intervenções que visam a construção de imagens e discursos voltados para a indústria do turismo. Dessa forma, as políticas dirigidas para a reabilitação urbana têm contemplado, em grande parte, ações que são planeadas para o turista e, conseqüentemente, secundarizam as necessidades da comunidade local.

Como um dos maiores impactos dessas políticas, podemos ver que a utilização dos bens patrimonializados nas políticas de desenvolvimento tem resultado em políticas de reabilitação urbana cujo conceito é limitado a ações voltadas para os aspetos físicos e imagéticos das cidades, e concentram-se, sobretudo, na reabilitação de áreas urbanas correspondentes aos núcleos históricos e identitários das cidades. Assim, essas políticas promovem ações distantes dos objetivos socialmente relevantes e acabam por satisfazer principalmente interesses económicos relacionados com a indústria imobiliária e de consumo cultural. E, como a imagem constitui o principal ativo no que diz respeito a atratividade turística, a sua construção e a construção dos seus discursos, são assim moldados e tomam lugar na maior parte dos processos de reabilitação urbana.

Como consequência, esses processos podem levar à descaracterização da cultura local e resultam em novos quadros de desagregação urbana, muitas vezes mais profundos dos que se pretendiam reverter (Leite; Peixoto, 2009:101). Essa descaracterização acontece devido à perda do senso de identidade e pertença das comunidades para com os lugares onde vivem, pois, grande parte das intervenções são resultantes de um processo de atribuição de valores que não é realizado pela comunidade local e não condiz, por isso, com os seus valores.

Em vista disto, e, apesar da grande relevância atribuída aos valores do património cultural e ao contributo da sociedade na construção de estratégias e políticas para o desenvolvimento urbano, na prática, a cidade é cada vez menos planeada por e para quem a vivencia quotidianamente. Esse processo produz efeitos prejudiciais para a integração dos bens culturais. Entretanto, para quem é preciso reabilitar quando a dimensão do objeto da salvaguarda é “urbana”?

O conceito de património, ao ser apreendido em seus múltiplos significados como um discurso que constitui e que reflete, ao mesmo tempo, os processos de construção dos valores culturais e sociais vinculados ao território (Smith, 2006: 13), demonstra que a sua dimensão urbana não diz respeito apenas ao espaço físico das cidades, mas também às diversas camadas tangíveis e intangíveis presentes nos espaços urbanos, nomeadamente aos seus contextos sociais, culturais e económicos. Deste modo, implica ainda que os próprios valores e seus processos de construção são património e que devem ser considerados enquanto tal na elaboração de políticas urbanas. Mas não no sentido de os preservar ou “engessar”, como associamos normalmente aos aspetos materiais do património, mas de garantir a manutenção de seus processos de construção a todo o tempo. Assim, tão importante quanto os valores que lhes são atribuídos, o processo de construção desses valores é igualmente objeto de salvaguarda e constitui parte do desenvolvimento urbano. Portanto, quando a cidade é património, como é que as pessoas podem ser envolvidas na construção do seu desenvolvimento e como promovê-lo, sem que se eliminem valores que devem ser mantidos?

O envolvimento para a integração do património

A participação cidadã na implementação de políticas urbanas tornou-se uma estratégia de importância considerável em contextos que necessitam de intervenções para a reabilitação urbana. Destinada a assegurar o equilíbrio socioeconómico e o crescimento político-cultural

das cidades, possibilita o planeamento de políticas urbanas que priorizam a melhoria da qualidade de vida e promove benefícios expressivos ao ser utilizada como uma ferramenta na construção de políticas e programas que respondam efetivamente às necessidades locais (Bandarin; Oers, 2015). Pelo menos desde 1975, ao defender-se o princípio da conservação integrada do património cultural na Carta Europeia do Património Arquitetónico e na Declaração de Amesterdão, a participação social nas políticas de gestão do património e de ordenamento do território, é entendida como um fator fundamental para reforçar a identificação das pessoas com o seu património. Mais recentemente, mas também no âmbito de recomendações internacionais, como a Nova Agenda Urbana – Habitat III (ONU, 2016) e a própria Agenda 2030 (ONU, 2015), defende-se que o envolvimento das comunidades atua na valorização dos aspetos tangíveis e intangíveis presentes nos espaços urbanos e de suas expressões e práticas culturais, fortalecendo assim o sentido de pertença através dos valores associados ao território.

No contexto onde foram desenvolvidos diversos estudos acerca de teorias sobre planeamento urbano, realizados nas últimas décadas, surgem na década de 1980 as chamadas teorias do planeamento colaborativo – *collaborative planning theory* (CPT) – elaboradas por autores que se basearam na teoria da comunicação de Jurgen Habermas, como meio para contrapor os modelos racionalistas nos quais as teorias de planeamento existentes eram ancoradas (Goodspeed, 2016). Entretanto, ainda que não sejam um novo paradigma nas teorias de planeamento, os atuais estudos exploram como os novos planeadores devem engajar-se em ações estratégicas alinhadas com os valores das CPT (Fischler, 2014). A partir destes estudos foram desenvolvidos novos conceitos baseados nas teorias de planeamento colaborativo tradicionais, como o *consensus building* e *communicative action*, segundo as investigações de Judith Innes (2015) e Patsy Healey (1997), entre outros.

Além disso, em numerosos casos empíricos, é possível perceber que a utilização de metodologias de processos colaborativos resulta em contextos cuja reabilitação é alcançada de uma forma integrada. Esses casos revelam como os processos participativos podem ser direcionados aos diversos âmbitos de intervenção que caracterizam a reabilitação urbana, por compreenderem os quadros sociais, económicos e físicos dos espaços urbanos, além de integrar o património como elemento central para a atribuição de valores culturais. Podem ser apreendidos a partir de políticas *top-down*, onde os gestores são os responsáveis pela promoção de mecanismos que promovam a inclusão da população na tomada de decisões em diversos níveis, e a partir de iniciativas *bottom-up*, onde iniciativas locais contribuem para uma mobilização relativa a aspetos relevantes do contexto local, sendo mesmo, em alguns contextos, incentivadas e apoiadas pelos gestores locais.

Nesse sentido, a participação pode ser promovida através de programas voltados, por exemplo, para a coesão social e para o incentivo à cultura e ao turismo, assim como para a gestão urbana e do património, desempenhadas pela Administração pública ou por associações locais. Além disso, também pode ser incentivada de forma inovadora através de novos mecanismos, como, por exemplo, o uso de instrumentos não-financeiros, que podem promover a participação em ações de cidadania e propiciar a dinamização dos espaços urbanos. Em iniciativas como estas, é possível perceber como os processos de partilha e envolvimento da população configuram um dos principais meios para que uma política de reabilitação atenda aos diversos âmbitos e dimensões dos seus contextos de intervenção.

Tabela 1 - Exemplos de princípios metodológicos participativos para a integração do património.

BOTTIOM-UP	<p>PROJETOS DE INCENTIVO A CULTURA E TURISMO</p>		<p>Projeto Re-tracing the Past, Irlanda</p> <p>Com base numa metodologia desenvolvida pelo museu, as suas exposições são transformadas em processos de interação entre o público e os objetos que estão a ser expostos, que constituem elementos de valor patrimonial dos lugares. Esta interação acontece de forma ininterrupta, visto que promove uma nova experiência a cada visita. Dessa forma, instiga a constantes visitas e reflexões sobre o património.</p>
	<p>PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL</p>		<p>Homeless Heritage Project, Newcastle</p> <p>Projeto que utilizou metodologias colaborativas para engajar moradores de rua e documentar as suas perspetivas sobre a cidade. Objetivou mostrar como a reflexão e o conhecimento sobre o património pode ser benéfico para o registo de perspetivas de diversos atores sociais, contribuir para investigações académicas e ser utilizado também como ferramenta para a coesão social.</p>
	<p>PROJETOS DE ASSOCIAÇÕES LOCAIS</p>		<p>Lab Cívico Santiago, Aveiro</p> <p>Um laboratório cívico com o propósito de promover o envolvimento da comunidade local, para a discussão e decisão sobre questões locais. Promove oportunidades para o processo de atribuição de valores associados aos espaços urbanos.</p>
TOP-DOWN	<p>PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO URBANA</p>		<p>Programa Bip/Zip, Lisboa</p> <p>Programa desenvolvido pela Câmara Municipal de Lisboa que promove a apresentação de propostas voltadas para necessidades relacionadas com a reabilitação de áreas urbanas que apresentam indicadores de desagregação. Foram executadas diversas propostas no âmbito da valorização e integração do património, além de promoverem eventos que desenvolvem o senso de pertença da comunidade.</p>
	<p>PARTICIPAÇÃO EM POLÍTICAS URBANAS</p>		<p>Plataforma Gestão Urbana Sp, São Paulo,</p> <p>Ferramenta que promove a participação com diversos mecanismos relacionados com o ordenamento do território e assume a gestão do património como parte da gestão urbana.</p>
	<p>INSTRUMENTOS NÃO FINANCEIROS</p>		<p>Programa City Points Cascais, Lisboa</p> <p>Programa que utiliza instrumentos para incentivo à participação em ações de cidadania e oferece em troca pontos que podem ser utilizados em áreas de mesmo âmbito, como em bilhetes de entrada para atividades culturais, em aquisição de passes de transportes, produtos de comerciantes locais, entre outros.</p>

Os valores de Condeixa-a-Nova

A fim de problematizar a integração do património nas estratégias de reabilitação urbana e a participação cívica como meio para a concretização de seus objetivos, o Município de Condeixa-a-Nova é um caso de estudo pertinente, visto que no seu contexto a reabilitação urbana é considerada parte corrente da gestão urbana e a participação é reconhecida como um dos recursos da sua operacionalização.

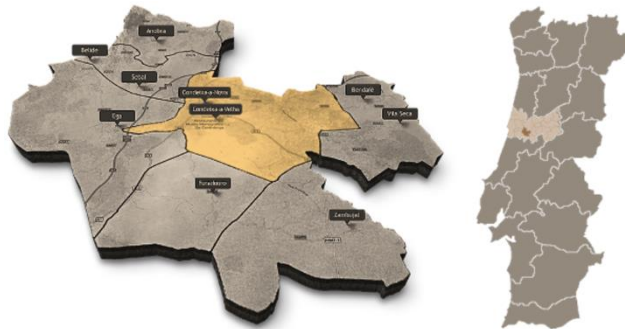


Figura 2 - Localização do concelho de Condeixa-a-Nova e das respetivas freguesias.
Marcelle Pascoal, 2019.

O concelho de Condeixa-a-Nova está localizado na região centro de Portugal e faz parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC). É composto por sete freguesias e o seu território corresponde a cerca de 3% da área do distrito. Contrariamente à maioria dos concelhos da CIM-RC, não teve perda de população e, na verdade, teve algum aumento, concentrado na freguesia sede do concelho, também chamada Condeixa-a-Nova. Isso acontece, pois, lá se concentram os principais equipamentos e serviços públicos, o comércio e áreas residenciais. Além disso, a proximidade a Coimbra e a sua posição privilegiada quanto à proximidade a importantes eixos rodoviários do país atuam como fatores que contribuem para esse quadro de demografia crescente.

Condeixa é também um concelho marcadamente rural que, nas últimas 3 décadas, passou por transformações a nível social e territorial que culminaram na sua afirmação como um território urbano. As diversas centralidades existentes em seu território conferem-lhe uma identidade de carácter polinucleado, o que tem sido reconhecido como uma força ao nível do desenvolvimento territorial.

Como grande parte dos municípios portugueses, Condeixa enfrenta os desafios relacionados com a superação dos fenómenos da desagregação urbana, referentes à obsolescência das áreas urbanas mais antigas e à degradação do seu edificado. Da mesma forma, também busca a sua afirmação no contexto nacional em termos económicos e turísticos. Nesse sentido, a principal imagem associada ao concelho é vinculada ao arqueossítio de Conímbriga, que concentra grande parte da visibilidade turística local.

Contudo, o património de Condeixa é muito mais amplo e engloba tanto outros bens do património edificado, como bens e valores do património natural e imaterial. De facto, existem diversos costumes e expressões culturais que remetem às inúmeras identidades existentes no seu território, além das diretamente relacionadas com a ocupação romana. Entretanto, essas identidades não fazem parte dos principais meios de divulgação do município. O próprio guia turístico do concelho dedica grande parte dos seus conteúdos a Conímbriga e ao relato histórico dos costumes e modos de vida da época da ocupação romana, pouco se dedicando a outros patrimónios correntes.

Deste modo, um dos principais desafios do município no que diz respeito à integração do património, reside na construção e disseminação de um conjunto de atributos que atraia o fluxo turístico para o centro de Condeixa. Para isso, é necessária uma série de intervenções para a dinamização dos espaços urbanos e das atividades da população residente, assim como a sua integração e articulação a nível territorial. Nesse contexto, o município tem utilizado políticas de reabilitação urbana como parte da gestão de ordenamento do território e como meio para a salvaguarda em desenvolvimento de seu património.

A principal estratégia apresentada no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), “(re)centrar Condeixa” (CMC, 2016), almeja a afirmação de Condeixa-a-Nova como referência regional a partir de seus elementos identitários. Essa estratégia não pretende extinguir o carácter polinucleado do território municipal, mas sim atuar como elemento unificador das diversas centralidades – correspondentes às atuais Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) – e reforçar a sua conexão e o desenvolvimento dos seus diversos caracteres vocacionais. Existe no município um histórico de programas participativos resultantes de iniciativas da Câmara Municipal que tiveram impacto na época em que foram implementados, mas que ao longo do tempo não tiveram uma continuidade expressiva.

O primeiro foi desenvolvido no âmbito da Agenda 21 local (CMC, 2009), que utilizou processos participativos como base metodológica para os diagnósticos que foram utilizados na definição das estratégias de desenvolvimento local. Entretanto, apesar do reconhecimento de que há “...uma forte vertente de mobilização coletiva e de participação da comunidade local...” (CMC, 2009:19), é de senso comum por parte dos gestores que é preciso criar políticas *place-based* para aprimorar as formas de participação e estabelecer a criação de relações de proximidade (Moreira, 2017:48-49). Entretanto, ainda falta ao município a aptidão para conduzir esse potencial em práticas que produzam resultados efetivos.

Metodologia para a operacionalização da reabilitação urbana

Sobre as questões relacionadas com a gestão do património, cabe considerar que ainda que tenham sido desde sempre confiadas à Administração pública, ainda se mantém o desinteresse e a pressuposta falta de capacidade da população em envolver-se para com essas matérias, mesmo em tempos onde os processos de gestão democrática assumem um protagonismo crescente nas políticas urbanas e produzem impactos significativos na reabilitação de contextos em declínio.

Face às diversas forças e atrativos que o município de Condeixa-a-Nova possui, tem lugar questionar: o que falta para que os processos de reabilitação tenham êxito e para que os seus espaços urbanos se tornem dinâmicos e atraiam pessoas? O envolvimento da comunidade pode constituir um dos motores para a operacionalização da reabilitação urbana, através de sua participação na construção das imagens e discursos vinculados ao território de Condeixa-a-Nova. Assim, cabe-lhes criar mecanismos que possibilitem o diálogo e a operacionalização do envolvimento da população em ações concretas.



Figura 3 - Eventos, monumentos e espaços públicos de Condeixa-a-Nova: a) Largo Artur Barreto e Câmara Municipal; b) Igreja Matriz; c) Ruínas de Conimbriga; d) Castellum de Alcibideque; e) Recriação histórica nas ruínas de Conimbriga; f) Praça da República.

Como contributo para esta argumentação, é feito um ensaio de três estratégias de participação cívica, de acordo com os três eixos estratégicos da ARU Condeixa-a-Nova e sua respetiva ORU – eixos que constituem a valorização do edificado, a requalificação dos espaços públicos e a valorização da frente ribeirinha – com o objetivo de enfatizar como a integração do património nas políticas de reabilitação urbana faz parte das ações para o desenvolvimento urbano. *Todos os caminhos levam a Condeixa, Ocupar a Ribeirinha e (Re)Construir cidade* são estas estratégias, e são baseadas na definição dos objetivos almejados, dos resultados esperados, dos atores a envolver e das atividades a desenvolver.

Pressupõe-se que os processos devem partir do arbítrio da Câmara, responsável pela sua orientação e moderação, para integrar os diversos atores, tais como os moradores, comércio e associações locais, escolas e instituições vinculadas ou não a universidades. As atividades em causa são desenvolvidas tanto ao nível do diagnóstico e do projeto, como da execução e de monitorização das ações.





Todos os caminhos levam a Condeixa

Esta estratégia tem por objetivo principal a valorização do espaço público através da criação e requalificação de percursos pedonais. Além disso, também objetiva o reforço da conexão entre as centralidades junto a Conímbriga, além de abranger também o ordenamento da circulação e estacionamento automóvel. Como resultados esperados, pretende-se envolver a população na identificação desses percursos ao longo do território, como também na criação de soluções para que o reforço dessa conexão seja realmente possível. Além disso, pretende-se fomentar uma reapropriação programada do espaço público, orientada de acordo com objetivos pré-estabelecidos, que constam na Tabela 2.

Os resultados esperados desta estratégia inspiram-se no urbanismo tático, conceito normalmente associado a movimentos *bottom-up*, a intervenções de baixo custo e ao planeamento empírico, que proporcionam o envolvimento de diversos atores em diferentes fases das atividades. Estas, sendo programadas pela Câmara, constituem um benefício transversal e podem materializar-se, por exemplo, em cursos de capacitação para a análise das

potencialidades, na recolha de dados através de questionários sobre como são feitos esses percursos, workshops para o mapeamento desses percursos, assim como audiências e seções de discussão sobre as propostas.

Tabela 2 - Estratégia *Todos os caminhos levam a Condeixa*

TODOS OS CAMINHOS LEVAM A CONDEIXA			
OBJETIVOS <ul style="list-style-type: none"> • Valorização do espaço público através da criação de percursos pedonais; • Reforço do policentrismo e da conexão a Conímbriga; • Ordenamento da circulação e estacionamento automóvel; 			
RESULTADOS <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento da população na construção e requalificação dos percursos; • Reflexão e discussão sobre entraves e potencialidades para o reforço das centralidades; • Reapropriação programada do espaço público e orientada a objetivos pré-estabelecidos. 			
ATORES <ul style="list-style-type: none"> • Moradores e associações; • Câmara e seus agentes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas locais; • Universidades; • Instituições e parceiros locais; 		
ATIVIDADES <ul style="list-style-type: none"> • Cursos de capacitação para a análise das potencialidades; • Recolha de dados através de questionários; • Workshops para o mapeamento dos percursos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Audiências públicas e seções de discussão sobre as propostas; • Oficinas para execução das estratégias programadas; 		
Urbanismo tático – projetos diversos			
			
Intervenção em Águeda, Portugal	Intervenção em São Paulo, Brasil	Intervenção em São Paulo, Brasil	Intervenção em São Paulo, Brasil

Ocupar a Ribeirinha

A segunda estratégica tem o objetivo de promover a valorização da ribeira de Bruscos e dos espaços públicos adjacentes. Espera-se também suscitar a sensibilização da importância da água como elemento originador de património existente no território, assim como a sua valorização. Os resultados esperados são diversos indicadores de reforço da coesão social, como o envolvimento da população na identificação dos cursos d'água e dos trechos passíveis de ocupação, a discussão sobre formas de apropriação dos espaços e da execução desses meios de apropriação. Como atividades, podem ser feitas seções de sensibilização sobre a importância da água como património, workshops para o mapeamento dos trechos a serem apropriados e oficinas para a execução de mobiliários e equipamentos urbanos.

Para ilustrar os resultados esperados, é apresentado como exemplo o projeto chamado “eu quero nadar no Capibaribe”, localizado na cidade de Recife, em Brasil, que constituiu uma intervenção programada pela Administração pública para a criação de novas formas de apropriação e utilização do Rio Capibaribe. Para tal, além da promoção de processos participativos, do mesmo modo foi estimulado o envolvimento com instituições locais para o planeamento e construção desses mobiliários, além da promoção de atividades e mobilização do comércio local como apoio às atividades.

Tabela 3 - Estratégia Ocupar a Ribeirinha









OCUPAR A RIBEIRINHA			
OBJETIVOS <ul style="list-style-type: none"> • Valorização da ribeira de Bruscos e dos espaços públicos adjacentes; • Sensibilização quanto a existência da água como gerador de patrimónios existentes no território; 			
RESULTADOS <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento da população na identificação dos cursos d'água; • Identificação dos principais trechos passíveis de ocupação; • Reflexão e discussão sobre as formas de apropriação dos espaços; • Participação na execução dos meios de apropriação; 			
ATORES <ul style="list-style-type: none"> • Moradores e associações; • Câmara e seus agentes; • Escolas locais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Universidades; • Instituições e parceiros locais; • Comércio local; 		
ATIVIDADES <ul style="list-style-type: none"> • Seções de sensibilização e educação patrimonial; • Workshops para identificação e mapeamento dos trechos a serem apropriados; 	<ul style="list-style-type: none"> • Workshops para discussão e desenvolvimento de propostas de ocupação; • Oficinas para execução de mobiliários e equipamentos urbanos 		
Projeto Eu quero nadar no Capibaribe – Recife, Brasil			
			
Mobiliário flutuante	Mobiliário flutuante	Promoção de eventos	Organização de eventos

Tabela 4 - Estratégia (Re)construir Cidade

(RE)CONSTRUIR CIDADE			
OBJETIVOS <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a valorização do âmbito imaterial do património edificado; 			
RESULTADOS <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a educação patrimonial e gerar redes de conhecimento e experimentação sobre o espaço urbano. • Criar atividades que estimulem o conhecimento sobre o espaço construído e a formação de valores vinculados ao território; 			
ATORES <ul style="list-style-type: none"> • Moradores e associações; • Câmara e seus agentes; 		<ul style="list-style-type: none"> • Universidades; • Instituições e parceiros locais; • Escolas locais; 	
ATIVIDADES <ul style="list-style-type: none"> • Seções de sensibilização e educação patrimonial; • Oficinas de estudos de caracterização do edificado e sobre os ofícios tradicionais; 		<ul style="list-style-type: none"> • Workshops para a produção dos modelos a nível de caracterização do ambiente construído; 	
Buinho Creative Hub – Beja, Portugal			
			
Prototipagem	Oficinas de modelos	Montagem de maquetes	Atividades educativas

(Re)Construir cidade

A terceira e última estratégia consiste na valorização dos aspetos imateriais do património edificado. Como resultados pretende-se fomentar a educação patrimonial e gerar redes de conhecimento e experimentação do espaço urbano, assim como criar atividades que estimulem o conhecimento sobre o espaço construído e a formação de valores vinculados ao território. Como atividades, poderão ser feitas seções de sensibilização e educação patrimonial, oficinas de estudos de caracterização do edificado e sobre os ofícios tradicionais, workshops para a produção dos modelos e atividades escolares e universitárias relacionadas com a caracterização do ambiente construído.

O projeto desenvolvido pelo programa Beja Educa, em Alentejo, Portugal, foi utilizado como referência para exemplificar os resultados esperados para esta última estratégia. O projeto desenvolvido pelo município de Beja, no âmbito do programa Patrimónios do Sul em parceria com a associação Buinho Creative Hub, teve por objetivo criar através de ferramentas do FabLab, atividades de sensibilização e conhecimento sobre o seu património, a fim de integrar crianças e seus responsáveis a atividades junto aos estudos desenvolvidas pela universidade.

Considerações finais

Este artigo tem por objetivo enunciar princípios para a integração do património nas políticas de desenvolvimento urbano e defender como a participação cívica constitui um ativo para a concretização desse objetivo. O ensaio de estratégias inclusivas visa provocar reflexões sobre os métodos utilizados para a promoção do envolvimento, assim como sobre os meios de integração do património e da valorização das forças locais como valia, não cabendo indicar soluções particulares para o contexto de Condeixa-a-Nova.

Existem diversos métodos para promover o envolvimento e os princípios presentes em metodologias colaborativas configuram um ativo para a utilização do património como parte das estratégias voltadas para o desenvolvimento urbano. Assim, argumenta-se que, apesar de as políticas de gestão urbana e do património cultural terem sido tratadas desde sua origem de forma desintegrada e segundo políticas *top-down*, o reconhecimento da dimensão social presente nos espaços urbanos e no património reafirma a necessidade de ambas serem planeadas de forma integrada e inclusiva.

Essa integração será possível apenas num contexto onde a participação seja programada de forma integrada pelas políticas locais e como parte das principais estratégias direcionadas aos objetivos de desenvolvimento urbano. Dessa forma, na programação das políticas, as ações devem ser planeadas considerando-se o envolvimento de diversos atores, pois é preciso que estes atribuam e partilhem os valores que estão associados aos bens que se deve salvaguardar. Para isso, as metodologias colaborativas devem ser incentivadas, planeadas e integradas ao processo de gestão do património e de reabilitação urbana, além de serem orientadas ao contexto da construção de valores a partir do património e do ambiente construído.

Referências Bibliográficas

Arnstein, Sherry (1969), “A Ladder of Citizen Participation”, *Journal of the American Institute of Planners*, 35: 4, 216-224. Versão eletrónica, consultada a 15.03.2019, em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01944366908977225/>

Bandarin, Francesco; Oers, Ron van (2015), *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage*. Oxford UK: Wiley Blackwell.

Calmeiro, Margarida; Gonçalves, Adelino (2016), “A Participação, a Inclusão, a Coesão e a Reabilitação do (Ser) Urbano”. *Revista Adictologia*, 7(3), 48-53. Versão eletrónica, consultada a 12.03.2019, em <http://hdl.handle.net/10316/37122/>

Câmara Municipal de Condeixa (CMC) (2009). *Plano de Acção da Agenda 21 Local*. Condeixa-a-Nova: Sociedade Portuguesa de Inovação, S.A. Consultada a 29.04.2019 em <http://www.agenda21condeixa.com/menu/documentacao/Diagnostico-Sustentabilidade-A21L.pdf>

Câmara Municipal de Condeixa (CMC) (2016). *Plano de Acção de Regeneração Urbana. Município de Condeixa-a-Nova*. Condeixa-a-Nova: CMC.

Câmara Municipal Lisboa (2018), *Programa BIP-ZIP*. Página consultada a 21.05.18 em <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2018/>

Choay, Françoise. (1992), *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação. Liberdade: UNESP, 2001.

Choay, Françoise. (2009), *As Questões do Património. Antologia para um Combate*. Edições 70, Lisboa.

Ciolfi et al. (2008), “Including Visitor Contributions in Cultural Heritage Installations: Designing for Participation”. *Museum Management and Curatorship*, 23(4), 353-365. Consultado 12.03.2019 em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09647770802517399/>

Creighton, James (2005), *The Public Participation Handbook: Making Better Decisions Through Citizen Involvement*. San Francisco: Jossey-Bass. Versão eletrónica, consultada a 15.03.2019, em <https://books.google.pt/books?id=QVixwZ1vQilC&lpq=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false/>

Fischler, Raphael (2014), “Reviving critical planning theory: Dealing with pressure, neo-liberalism, and responsibility in communicative planning”, *Planning Theory*, 13(3), 324–325. Consultado a 18.04.2019, em <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1473095214521584/>

Gonçalves, Adelino (2018), *Património Urban(ístic)o e Desenvolvimento: uma década de estudos sobre a dimensão urbana do património*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Versão eletrónica, consultada a 19.04.2019 em https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/patrimonio_urban%C3%ADstico_e_desenvolvimento_uma_d%C3%A9cada_de_estudos_sobre_dimens%C3%A3o_urbana_do

Goodspeed, Robert (2016), “The Death and Life of Collaborative Planning Theory”, *Urban Planning*, 1(4), 1-5. Consultado a 12.03.2019 em <http://cogitatiopress.com/ojs/index.php/urbanplanning/article/view/715>

Innes, Judith; Booher, David, (2015), “A turning point for planning theory? Overcoming dividing discourses”. *Planning Theory*, 14(2), 195–213. Versão eletrônica, consultada a 04.03.2019, em <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1473095213519356/>

LabCívico Santiago (2019), *Laboratório Cívico Santiago*. Página consultada a 21.05.18 em <https://labcivicosantiago.wordpress.com/>

Leite, Rogério; Peixoto, Paulo (2009), “Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto”. *Cadernos metrópole*. 21(1), 93-104. Versão eletrônica, consultada a 24.11.2018 em <http://ken.pucsp.br/metropole/article/view/5957>

Moreira, Ana (2017), *Operacionalizar a reabilitação urbana: o caso de Condeixa-a-Nova*. Dissertação de Mestrado em Reabilitação de Edifícios, Departamento de Engenharia Civil, FTUC. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Kiddey, Rachael *et al.* (2018), “From the ground up: cultural heritage practices as tools for empowerment in the Homeless Heritage project”, *International Journal of Heritage Studies*, 24(7), 694-708. Consultado a 04.03.2019, em <https://doi.org/10.1080/13527258.2016.1274669>

ONU (2016), *Habitat III - The New Urban Agenda*. Consultado a 17.10.18 em <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>

ONU (2015), *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Consultado a 17.10.18 em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>

Prefeitura de São Paulo (2015), *Revisão Participativa dos Instrumentos de Planejamento e Gestão da Cidade de São Paulo*. Prefeitura Municipal de São Paulo. Volume I. Versão eletrônica, consultada a 10.12.2018, em https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/Cartilha_12x16.pdf/

Rossa, Walter (2015), “Urbanismo ou o Discurso da Cidade”. In: Rossa, W., Calafate Ribeiro, M. (Org.) (2015) *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 477-519.

Salgado, Manuel (2014). “Call this democracy? Education and empowerment through participatory city budgeting”. *Journal of Urban Regeneration and Renewal*, 8(2), 199–209. Consultado a 17.10.2018 em <https://www.ingentaconnect.com/content/hsp/jurr/2015/00000008/00000002/art00011>

Schively, Carissa (2007), “A Quantitative Analysis of Consensus Building in Local Environmental Review”. *Journal of Planning Education and Research*, 27(1), 82–98. Consultado a 22.04.2019, em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0739456X07305794/>

Smith, Laurajane (2006), *Uses of heritage*. London: Routledge.

UNESCO (2011), *New Life for Historic Cities. The historic urban landscape approach explained*. Consultado a 25.09.18 em <https://whc.unesco.org/document/123570/>

UNESCO (2011a), *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Consultado a 25.09.18 em <https://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-638-98.pdf/>

A operacionalização da salvaguarda com instrumentos não financeiros

Miguel Conduto,¹ Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra

miguel.conduto@icloud.com

Resumo: A salvaguarda do património cultural edificado e a reabilitação urbana podem representar uma oportunidade para fazer face a situações de desfavorecimento, social, económico e habitacional das populações, promovendo dinâmicas de valorização sociocultural dos contextos de intervenção.

Este artigo formula a hipótese de concretização da salvaguarda patrimonial através de Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana, sem recurso a financiamento público (direto), assumindo-se o planeamento das operações de reabilitação urbana e dos instrumentos escolhidos pela entidade gestora para a sua execução, como determinantes para o cumprimento do objetivo da valorização dos conjuntos urbanos antigos das cidades, como património urbanístico vivido e integrado.

Palavras-chave: Reabilitação urbana, património, área de reabilitação urbana, instrumentos não financeiros

Abstract: Both integrated conservation of the built cultural heritage and urban rehabilitation, represent an opportunity to face the social, economic and housing disadvantages of the populations, promoting dynamics of socio-cultural valorisation of the intervention contexts.

This article argues that the valorisation of the urban heritage of historical centres can be done through the Detailed Urban Rehabilitation Plans, without depending on direct public funding. For this reason, it considers that the planning of urban rehabilitation operations and the instruments chosen by the entity managed for their execution are decisive for the valorisation of old urban complexes, as a living and integrated urban heritage.

Keywords: Urban rehabilitation, heritage, urban rehabilitation area, non-financial instruments

¹ Licenciado em Administração Regional e Autárquica pela Universidade Independente, é atualmente mestrando em Reabilitação Urbana Integrada na Universidade de Coimbra. Desde 2001 desempenhou diversas funções administrativas na Câmara Municipal de Lagoa, nomeadamente na Secretaria de Obras da Divisão de Obras e Urbanismo, na Divisão de Estudos e Projeto, nos Gabinetes de apoio ao Presidente da Câmara Municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal e na Divisão de Planeamento Estratégico, enquanto Técnico Superior de Administração Regional e Autárquica. Desde 2018 é Dirigente Intermédio de 4º grau da unidade orgânica flexível Áreas de Reabilitação Urbana e Mobilidade da Câmara Municipal de Lagoa.

Introdução

O património arquitetónico e urbanístico assume um papel preponderante na identidade dos indivíduos e das comunidades. Todos temos consciência histórica, isto é, memória, reconhecendo que aquilo que somos hoje devemos ao nosso passado, às gerações que nos transmitiram o mundo em que atualmente vivemos, àqueles de quem o herdamos. Essas são as heranças e memórias que queremos deixar às gerações futuras e a salvaguarda desse património é, então, uma construção social assente nos valores atribuídos aos bens culturais.

No caso do espaço urbano, trata-se de uma construção que se dirige ao património arquitetónico e urbanístico em termos gerais, e não apenas ao património classificado. Os edifícios que compõem as zonas históricas, ainda que não tenham um valor arquitetónico especial, podem e devem ser objeto de uma salvaguarda que os perspetive como elementos de continuidade urbana, dado que podem reunir características que contribuam positivamente para a unidade orgânica da cidade.

Atuando no espírito da Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica (UNESCO, 2011), a salvaguarda patrimonial acontece com o envolvimento da população num processo que se pretende participativo, com o objetivo de criar desenvolvimento e valorização socioeconómica e cultural das zonas a intervir, sem depender necessariamente do recurso a financiamento público de forma direta e, sobretudo, exclusiva.

Nesse âmbito, no contexto das atuais políticas de reabilitação urbana nacionais, a figura do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana (PPRU) pode assumir-se como o instrumento de gestão territorial mais eficiente para garantir a operacionalização da salvaguarda em desenvolvimento em cidades, vilas e/ou aldeias históricas. Do ponto de vista administrativo, tal é assim por ter a sua regulamentação base no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial² e por se tratar de um Plano de Pormenor com uma modalidade específica de conteúdo material a finalidades particulares de intervenção, também ser regulamentado pelo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana³ (RJRU). O PPRU encontra a sua deferência enquanto instrumento de gestão territorial adequado à operacionalização da salvaguarda patrimonial nos n.ºs 2 e 3 do artigo 21º do RJRU, na sua atual redação.⁴

2. Sempre que a área de intervenção do plano de pormenor de reabilitação urbana contenha ou coincida com património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação, e respetivas zonas de proteção, que determine, nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, a elaboração de um plano de pormenor de salvaguarda do património cultural, cabe ao plano de pormenor de reabilitação urbana a prossecução dos seus objetivos e fins de proteção, dispensando a elaboração daquele.
3. Nos casos previstos no número anterior e na parte que respeita ao património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção, o plano de pormenor de reabilitação urbana obedece ainda ao disposto no n.º 1 e 3 do artigo 53.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.”

O PPRU, que tem uma vigência máxima de 15 anos após aprovação, é desenvolvido no âmbito de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) e estabelece a estratégia integrada de atuação, regras de uso e ocupação de solo e dos edifícios necessárias à promoção, orientação e modernização do tecido urbano e desejada revitalização económica, social e cultural das áreas de intervenção.

² Decreto-Lei n.º 80/2015, DR n.º 93 Série I (14/05/2015), pp. 2469-512.

³ Decreto-Lei n.º 307/2009, DR n.º 206 Série I (23/10/2009), pp. 7956-75.

⁴ Lei n.º 32/2012, DR n.º 157 Série I (18/08/2012), pp. 4452-83.

O adequado planeamento da execução de uma ORU é fator de sucesso do desenvolvimento da mesma, devendo concorrer para isso os instrumentos de execução utilizados. O RJRU preconiza uma série de instrumentos de execução que estão à disposição das entidades gestoras da reabilitação urbana e devem ser utilizados de acordo com os objetivos delineados. Ora para os objetivos deste artigo, importa considerar a utilização dos seguintes instrumentos de execução:

- Determinação do Estado de Conservação;
- Obrigação de Reabilitar;
- Realização de obras coercivas;
- Empreitada única;
- Concessão da Reabilitação Urbana.

Além destes instrumentos, também importam os seguintes incentivos:

- Redução/Isenção de Taxas Municipais;
- Redução/Isenção de Impostos Municipais;
- Agravamento de Impostos Municipais;
- Incentivos à fixação de população;
- Incentivos à manutenção de imóveis de interesse ou de acompanhamento.

O PPRU deve de contemplar a execução:

- Do **levantamento do edificado existente** (levantamento de todos os prédios com identificação pormenorizada da edificação);
- A **qualificação do edificado e dos condicionamentos à intervenção** (identificação e qualificação dos edifícios de acordo com o valor arquitetónico: Edifício Notável; Imóvel de Acompanhamento; Imóvel Dissonante;
- E a **delimitação de unidades de execução**.

Determinação do Estado de Conservação

O estado de conservação de um imóvel é determinado através de vistoria a realizar nos termos no Novo Regime do Arrendamento Urbano⁵ (NRAU), podendo esta vistoria acontecer a pedido do proprietário ou por decisão da entidade gestora da reabilitação urbana. Esta vistoria, além da verificação do estado de conservação do imóvel, identifica eventuais situações de insalubridade. Como resultado desta vistoria, e sempre que sejam atribuídos aos edifícios os níveis de conservação 1 (péssimo) ou 2 (mau),⁶ a entidade gestora pode impor ao proprietário a obrigação de reabilitar o prédio ou frações em causa. Pode ainda, para os restantes níveis de conservação, sugerir a implementação de um plano de manutenção dos imóveis com vista à sua perfeita conservação.

Obrigação de reabilitar

A realização de obras de conservação é um dever dos proprietários dos edifícios e/ou frações. Dever esse que se encontra regulado em diversos diplomas legais, nomeadamente no Regime Jurídico Urbanização e Edificação⁷ (RJUE) e no RJRU.

⁵ Aprovado pela Lei n.º 6/2006, DR n.º 41 Série I A (27/02/2006), pp. 1158–87.

⁶ Níveis de conservação determinados pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, DR n.º 252 I Série, 2º Suplemento (31/12/2012), pp. 7424-(255)–7424-(258).

⁷ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, DR n.º 252 Série I A (16/12/1999), pp. 8912–42.

Ora, segundo o primeiro, o proprietário deve, pelo menos a cada oito anos, proceder à realização de obras de conservação (artigo 89º) e, independentemente desse prazo, realizar as obras necessárias à manutenção da segurança, salubridade e arranjo estético, não podendo em caso algum, provocar ou agravar situações de falta de segurança ou de salubridade existentes. (artigo 89-A). Cabe assim, aos proprietários, titulares de outros direitos, ônus e encargos sobre os edifícios, o dever de reabilitar quando verificadas situações de má conservação dos prédios e frações sua propriedade.

Para o efeito do cumprimento do previsto no RJRU, a entidade gestora da reabilitação urbana pode determinar as obras a realizar e o prazo para execução das mesmas e, em caso de não cumprimento dessa determinação, pode haver lugar à posse administrativa do imóvel para a realização imediata das obras (artigo 55º).

Realização de obras coercivas

Na sequência da posse administrativa, a entidade gestora pode proceder à execução imediata das obras determinadas, dentro do prazo determinado para que o proprietário as fizesse, aplicando o disposto nos artigos 107º, 108º e 108º-A do RJUE, e no artigo 55º RJRU. As despesas resultantes da realização das obras por parte da entidade gestora são da responsabilidade do proprietário, que deverá restituir à administração os valores despendidos. Caso tal não aconteça, poderá esta recorrer ao arrendamento ou à venda força, dentro dos limites legais, como forma de reaver as quantias despendidas. Nos termos do ponto 3 do artigo 55º do RJRU e atendendo aos interesses públicos e privados existentes e, na estrita medida do necessário, adequado e proporcional, pode ainda a entidade gestora recorrer aos regimes da expropriação e da venda forçada, nos termos do previsto nos artigos 61º e 62º desse diploma, no caso de se estar em presença de uma operação de reabilitação urbana sistemática.

Empreitada única

Para o cumprimento dos objetivos de um PPRU, a entidade gestora pode promover a realização de uma ou várias empreitadas únicas, para uma ou várias unidades de execução. Assumindo o papel de representante dos proprietários, cabe à entidade gestora da reabilitação urbana o lançamento e gestão da empreitada, nos termos do Código de Contratos Públicos⁸ (CCP), e a eventual oposição dos proprietários obriga à contratualização das obrigações que estes têm de assumir para a realização das obras projetadas no âmbito da reabilitação dos edifícios dos quais são proprietários.

Concessão da reabilitação urbana

No caso de uma ORU sistemática, a entidade gestora pode recorrer à figura da concessão da reabilitação urbana, regulada nos termos do artigo 42º do RJRU. A concessão acontece no âmbito das unidades de intervenção ou de execução e a sua concretização encontra-se regulada pelo CCP, consistindo num contrato entre a entidade gestora e um privado, para o desenvolvimento da ORU. A retribuição do concessionário pode acontecer através do arrendamento dos prédios e/ou frações reabilitados, assim como da concessão do espaço público e de estacionamento.

⁸ Decreto-Lei n.º 18/2008, DR n.º 20 Série I (29/01/2008), pp. 753 – 852.

Redução/Isenção de Taxas Municipais

O artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais⁹ (EBF), prevê a redução de metade das taxas devidas pela avaliação do estado de conservação dos imóveis objeto de reabilitação e além da redução de taxas prevista no EBF, os municípios podem isentar ou reduzir as taxas relativas às operações urbanísticas realizadas dentro de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), podendo, dentro destas, discriminar positivamente as obras que promovam a proteção do existente ou que sejam realizadas em imóveis e conjuntos urbanísticos classificados ou com interesse. Essa redução ou isenção das taxas pode incidir, nomeadamente, nas taxas de licenciamento e de admissão de comunicação prévia, taxas de ocupação de espaço público para realização de obras, taxas devidas às vistorias e obtenção de certidões, taxas devidas pela obtenção da autorização de utilização para edifícios destinados a habitação. Independentemente do tipo de taxas, a efetivação das isenções ou reduções, depende da sua aprovação pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.¹⁰

Redução/Isenção de Impostos Municipais

O EBF prevê a possibilidade de concessão de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT), para os imóveis e frações que, após realização de obras, subam dois níveis no nível de conservação. Além da atribuição das isenções previstas nos artigos 45º e 71º do EBF, os municípios podem conceder redução parcial ou isenção do IMI no ano da conclusão de pequenas obras de manutenção ou de conservação que não impliquem subida do nível de conservação dos edifícios ou frações nos termos previstos pelo EBF. Essa redução ou isenção (anual) do imposto poderá ser concedida para obras de escassa relevância urbanística,¹¹ como reparações de telhados ou pinturas. Os municípios podem ainda conceder uma isenção do valor do IMI aos prédios que, tendo sido reabilitados fora do regime da reabilitação urbana, tenham obtido uma classificação no estado de conservação de 4 (bom) e 5 (excelente), na sequência de vistoria requerida pelo proprietário, nos termos do NRAU.

Agravamento de Impostos Municipais

Contrariamente à concessão de redução/isenção de impostos a prédios quando reabilitados, os proprietários que não o façam podem ver agravados os impostos municipais, nomeadamente o IMI de prédios e frações devolutos ou em ruínas. Este agravamento pode processar-se através da majoração anual, de até 30% aplicável aos prédios e frações devolutas à mais de um ano,¹² ou aos prédios em ruínas e degradados que não cumpram a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nomeadamente aqueles que já foram alvo de vistoria para verificação das condições do estado de conservação e tenham obtido a classificação de 1 (péssimo) ou 2 (mau), mas não tenham sido intervencionados.¹³

⁹ Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação dada pela Lei n.º 114/2017, DR n.º 249 Série I (29/12/2017), pp. 6768 – 7010, que aprova o Orçamento de Estado para 2018.

¹⁰ Conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, DR n.º 176 Série I (12/09/2013), pp. 5688–24.

¹¹ Como disposto na alínea a) do artigo 6.º do RJUE.

¹² Conforme disposto no n.º 6 do artigo 112º do Decreto-Lei n.º 287/2003, DR n.º 262 Série I A (12/11/2003), pp. 7568–647.

¹³ Conforme disposto no n.º 8 do artigo 112º do Decreto-Lei n.º 287/2003, DR n.º 262 Série I A (12/11/2003), pp. 7568–647 - na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 67/2019, de 21/05

Incentivos à fixação de população

Como medida de combate à desertificação das áreas de reabilitação urbana, os municípios podem criar diversos incentivos à fixação de população, nomeadamente através da minoração de 30% da taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto de IMI para os prédios objeto de reabilitação urbana, destinados a habitação própria ou arrendamento, além do definido no EBF ou cumulativamente ao benefício obtido através deste incentivo.¹⁴

Com efeito cumulativo, os municípios podem conceder uma minoração de 20% do IMI a prédios destinados a habitação própria permanente em regime de arrendamento¹⁵ e pode ainda ser concedido desconto no IRS, através da devolução de parte do imposto cobrado aos habitantes numa percentagem que pode ir até 5% do imposto,¹⁶ como medida aplicável à totalidade do município e não só às áreas de reabilitação urbana.

Por fim, ainda com o objetivo de promover a fixação de população, os municípios podem conceder isenção/redução das taxas de ocupação de via pública e publicidade para estabelecimentos comerciais localizados dentro das áreas de reabilitação urbana, assim como podem apoiar a instalação de empresas não poluentes ou ligadas aos clusters locais e regionais, em áreas de reabilitação urbana.

Incentivos à manutenção de imóveis de interesse e de acompanhamento

Os prédios classificados como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público ou Imóvel de Interesse Municipal estão isentos do pagamento de IMI, nos termos do artigo 44º do EBF. Mas, nos termos do Código de IMI e IMT, os municípios podem ainda conceder aos imóveis classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural não abrangidos pela isenção do EBF, a redução de 50% do valor do imposto de IMI,¹⁷ quando os edifícios estiverem reabilitados e acessíveis ao público nos termos do regime de proteção e valorização do património cultural.¹⁸

Além deste sistema de incentivos à conservação e manutenção dos imóveis de interesse e de acompanhamento, os municípios podem criar regimes de transferência de direitos de edificabilidade (TDE) que permitam financiar as obras de reabilitação dos edifícios, criado nos termos do disposto nos termos da Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBPPSOTU).¹⁹

O mecanismo de TDE é preconizado pela LBPPSOTU e pode constituir a compensação a que se refere a alínea d) do artigo 20 da Lei n.º 107/2001, que estabelece

“O direito a uma indemnização sempre que do ato de classificação resultar uma proibição ou uma restrição grave à utilização habitualmente dada ao bem.”

Esta indemnização constitui a possibilidade do proprietário de um imóvel ser compensado pelo facto de não poder exercer o direito de intervir no prédio para exercer o seu uso de forma

¹⁴ Conforme disposto no n.º 6 do artigo 112º do Decreto-Lei n.º 287/2003, DR n.º 262 Série I A (12/11/2003), pp. 7568–647, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 67/2019, de 21/05

¹⁵ Conforme disposto no n.º 7 do artigo 112º do Decreto-Lei n.º 287/2003, DR n.º 262 Série I A (12/11/2003), pp. 7568–647, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 67/2019, de 21/05

¹⁶ Conforme disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei n.º 73/2003, DR n.º 169 Série I (2013/09/03), pp. 5499–519, na redação dada pela Lei n.º 71/2018 de 31/12.

¹⁷ Conforme disposto no n.º 12 do artigo 112º do Decreto-Lei n.º 287/2003, DR n.º 262 Série I A (12/11/2003), pp. 7568–647, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 67/2019, de 21/05

¹⁸ Lei n.º 107/2001, DR n.º 209 I Série A (08/09/2001), pp. 5808–29.

¹⁹ Nos termos do n.º 3 do artigo 21º da Lei n.º 31/2014, DR n.º 104 Série I (30/05/2014), pp. 2988–3003.

plena e materializa-se na possibilidade da “comercialização” do potencial direito de edificabilidade do prédio, sujeito a servidão administrativa, que condicione a sua reabilitação ou regeneração, até ao coeficiente definido para a área onde o mesmo está localizado.

Sujeita a registo predial, a TDE é um mecanismo que ocorre entre dois ou mais prédios. Por um lado, o prédio que origina o direito de edificabilidade (prédio cedente) e por outro, o prédio(s) que irá(ão) ser recetor(es) desses direitos (prédio recetor). Este direito é finito e esgota-se quando consumida toda a capacidade de edificabilidade do prédio cedente.

O(s) prédio(s) recetor(es), passam a poder exceder os coeficientes de edificação previstos para a área em que se inserem, através da junção destes aos índices construtivos adquiridos através da transferência de direitos de edificabilidade.

A TDE terá obrigatoriamente de estar prevista e regulada pelo PDM, nomeadamente no que diz respeito aos prédios cedentes, aos coeficientes de transferência e à identificação/delimitação das zonas onde será admissível a existência de prédios recetores.

Poderá, desta forma, a TDE assumir-se como um instrumento de financiamento das obras de conservação, ordinária e extraordinária, dos prédios identificados pelo município, sem implicar financiamento público. O sucesso da aplicação deste mecanismo está diretamente ligado à adequada definição dos coeficientes de edificação (comercializáveis), bem como das áreas onde será admissível a aplicação da mesma.

Referências bibliográficas

Alves, Cláudia (2016), *Reabilitação Urbana: uma prática (de)corrente. O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e a sua aplicação - da instrumentação à intervenção*. Doutoramento em Arquitetura, Universidade da Beira Interior Covilhã: [s. n.].

Bandarin, Francesco; Oers, Ron van (2012), *The Historic Urban Landscape. Managing heritage in an urban century*. Chichester, West Sussex, UK; Hoboken, NJ: Wiley Blackwell.

CEDOUA/FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA (2010), *O Novo Regime da Reabilitação Urbana*. Coimbra: Edições Almedina.

Gonçalves, Adelino (2018), *Património Urban(ístic)o e Desenvolvimento: uma década de estudos sobre a dimensão urbana do património*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Versão eletrónica, consultada a 19.05.2019 em https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/patrimonio_urban%C3%ADstico_e_desenvolvimento_uma_d%C3%A9cada_de_estudos_sobre_dimens%C3%A3o_urbana_do

Oliveira, Fernanda Paula et al. (2011), *Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. Integra o Comentário à Proposta de Lei n.º 24/XII*. Coimbra: Almedina.

UNESCO (2011), *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana*. Consultado a 25.09.2019 em https://www.unescoportugal.mne.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf

Legislação

Decreto-Lei n.º 555/99, DR n.º 252 Série I A (16/12/1999), pp. 8912-42 – Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.

Lei n.º 107/2001, DR n.º 209 Série I (08/09/2001), pp. 5808-29 – Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

Decreto-Lei n.º 287/2003, DR n.º 262 Série I (12/11/2003), pp. 7568-647 – No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 26/2003, de 30 de Julho, aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, altera o Código do Imposto do Selo, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais e os Códigos do IRS e do IRC e revoga o Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola, o Código da Contribuição Autárquica e o Código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações.

Lei n.º 6/2006, DR n.º 41 Série I A (27/02/2006), pp. 1558-87 – Aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), que estabelece um regime especial de actualização das rendas antigas, e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Registo Predial

Lei n.º 32/2012, DR n.º 157 Série I (18/08/2012), pp. 4452-83 – Proceda à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e à 54.ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana

Decreto-Lei n.º 266-B/2012, DR n.º 252 Série I (31/12/2012), pp. 7424-(255) – 7424-(258) – Estabelece o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado, e que revoga os Decretos-Leis n.ºs 156/2006, de 8 de agosto, e 161/2006, de 8 de agosto.

Lei n.º 73/2013, DR n.º 169 Série I (03/09/2013), pp. 5499-519 – Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Lei n.º 75/2013, DR n.º 176 Série I (12/09/2013), pp. 5688-724 – Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estabelecimento das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competência do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime do associativismo autárquico.

Lei n.º 31/2014, DR n.º 104 Série I (30/05/2014), pp. 2988-3003 – Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

Decreto-Lei n.º 136/2014, DR n.º 173 Série I (09/09/2014), pp. 4809-60 – Proceda à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.

Decreto-Lei n.º 80/2015, DR n.º 93 Série I (14/05/2015), pp. 2469-512 – Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

Lei n.º 114/2017, DR n.º 249 Série I (29/12/2017), pp. 6768-7010 – Orçamento do Estado para 2018.

Decreto-Lei n.º 111-B/2017, DR n.º 168 Série I, 2.º Suplemento (31/08/2017), pp. 5250-(1894) – 5250-(2052) – Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.os 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

Lei n.º 13/2019, DR n.º 30 Série I (12/02/2019), pp. 1173-81 – Medidas destinadas a corrigir situações de desequilíbrio entre arrendatários e senhorios, a reforçar a segurança e a estabilidade do arrendamento urbano e a proteger arrendatários em situação de especial fragilidade.

Decreto-Lei n.º 66/2019, DR n.º 97 Série I (21/05/2019), pp. 2526-30 – Altera as regras aplicáveis à intimação para a execução de obras de manutenção, reabilitação ou demolição e sua execução coerciva.

Territorialização e património prospetivo. O Sistema Carbonífero do Douro e o seu enquadramento patrimonial

Daniela Alves Ribeiro,¹ Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

dribeiro@arq.up.pt

Resumo: A energia constitui-se na sociedade como a representação mais evidente da relação entre tecnologia, economia e cultura, formalizando-se em transformações territoriais subjugadas à lógica da sua produção, transporte, consumo. Da produção de energia a partir do que foi o único combustível português – o carvão mineral – emerge o Sistema Carbonífero do Douro, estendendo-se desde as estruturas de apoio social na proximidade dos pontos de extração até aos sistemas (infra)estruturais do, e no, Porto. Perante este sistema sociotécnico, cuja relação com o território se assume determinante no seu entendimento como património, pretende-se indagar acerca da integração da condição patrimonial nas políticas de transformação territorial. Procura-se perceber como as «invariantes» que determinam este Sistema são entendidas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão territorial, concluindo acerca do desfazamento entre o reconhecimento patrimonial e a sua valorização como tal; também acerca da dificuldade de entendimento de um património prospetivo.

Palavras-chave: Sistema Carbonífero do Douro, Territorialização, Invariantes, Planeamento Territorial, Enquadramento patrimonial

Abstract: In society, energy is the most evident representation of the relation between technology, economics and culture, formalizing itself in territorial transformations subjugated to the logic of its production, transportation and consumption. Energy production based on what was the only Portuguese fuel – mineral coal — gave rise to the Carboniferous System of the Douro, extending from the social support structures close to the places it was mined until the (infra)structure systems of, and in, Porto. Given this System, the relation of it with the territory takes on particular importance in its understanding as heritage. It seeks to reach conclusions about the integration of its heritage condition within territorial transformation policies. To do so, it seeks to understand how «invariants» which determine this System are understood within the scope of the planning instruments and territorial management in force, making conclusions regarding the mismatch between the recognition of heritage and its enhancement of such, as well as the difficulty of creating a prospective heritage understanding.

Keywords: Carboniferous System of the Douro, Territorialization, Invariants, Planning and territorial management, Heritage framework

¹ Daniela Alves Ribeiro (1986) é arquiteta (FAUP, 2010) com especialização em Património Arquitetónico (FAUP, 2013). Inicia o percurso profissional na administração pública onde participa na execução de documentos estratégicos de âmbito territorial. Após participação em alguns projetos de investigação, é doutoranda em Arquitetura (FAUP) e bolsista da FCT. Património prospetivo e valorização da paisagem têm vindo a determinar a sua investigação.

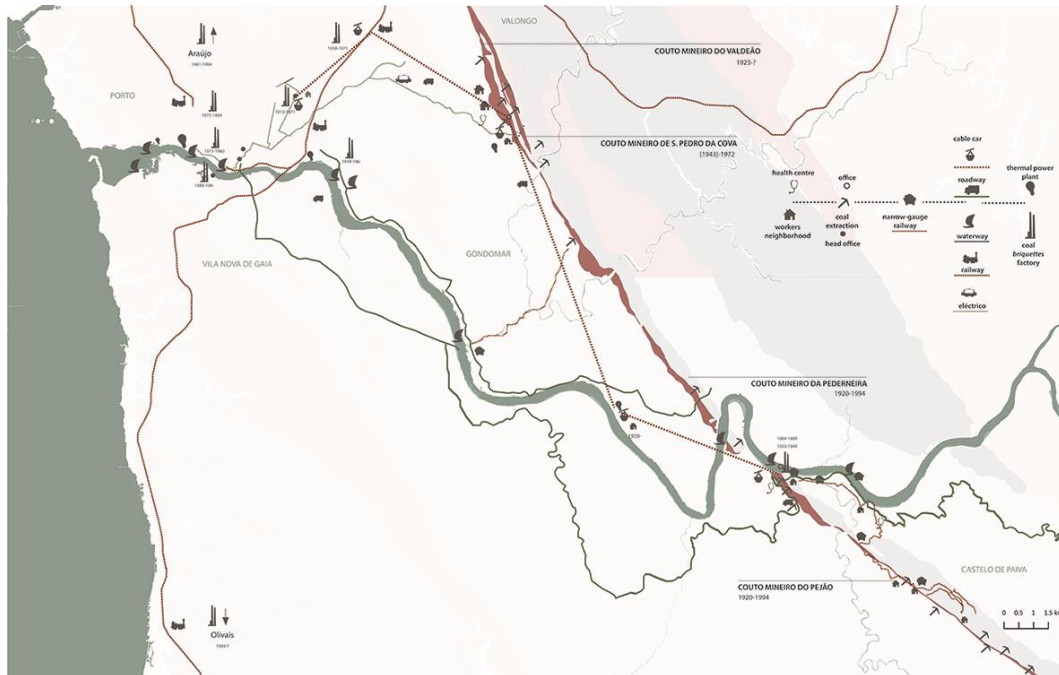


Figura 4 - Sistema Carbonífero do Douro. Produzido pela autora.

Sistema Carbonífero do Douro, «paisagem antropogeográfica»²

A energia constitui-se na sociedade como a representação mais evidente da relação entre tecnologia, economia e cultura, formalizando-se em transformações territoriais subjugadas à lógica da sua produção, transporte, consumo (Ivancic, 2010). Da produção de energia a partir do que foi o único combustível português³ – o carvão mineral – emerge o Sistema Carbonífero do Douro (1795-1994) (Alves Ribeiro, 2015), estendendo-se desde as estruturas de apoio social na proximidade dos pontos de extração até aos sistemas (infra)estruturais do, e no, Porto.

Associado à vontade nacional do País refletir as transformações económicas e sociais introduzidas pela Revolução Industrial, a necessidade efetiva de autonomia energética conduziu a que, durante décadas, o protecionismo aos combustíveis nacionais viabilizasse as explorações carboníferas da Bacia Carbonífera do Douro (Lemos de Sousa, 1973), base deste Sistema.

Estrutura-se uma «paisagem tecnológica» (Macedo, 2012), decorrente da linha de produção de energia a partir do carvão, também ela de produção de território, determinando -o em função de uma lógica comum, territorializando (Magnaghi, 2017) cada um dos processos

² O texto que apresentado constitui-se uma adaptação do artigo Ribeiro, Daniela Alves (2019). “Douro Carboniferous System: Integration of the Built Environment Heritage Aspect within the Territorial Planning Framework”, *Heritage*, 2 (1), 104-120; <https://doi.org/10.3390/heritage2010008>, tendo sido desenvolvido no âmbito da investigação de doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (BD- SFRH/BD/118409/2016), através do Programa Operacional Capital Humano, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES, sob orientações dos Professores Doutora Madalena Pinto da Silva e Doutor Lino Tavares Dias.

³ Referimo-nos à Metrópole portuguesa, não integrando o território do Ultramar.

participantes nesta transformação do carvão, e que vai ganhando impacto na morfologia do território, fundamentalmente a partir da década de 1930.

A «paisagem antropogeográfica» (Gregotti, 2008)⁴ ganha, pois, relevância para o entendimento do legado decorrente da construção do território determinada pela produção de energia a partir do carvão: contrariamente à fábrica, este legado decorre da relação que a indústria estabelece com o lugar, então determinada pela racionalidade imposta pelos ciclos produtivos.

É na territorialização (Magnaghi, 2017) deste sistema produtivo e das relações que encerra – comerciais, hierárquicas – e que assumem componentes ambientais, de edificado, antrópicas – que assenta o património mineiro e por isso muitas vezes desconsiderado perante a ausência de valor arquitetónico de cada um dos objetos que o formulam enquanto sistema.

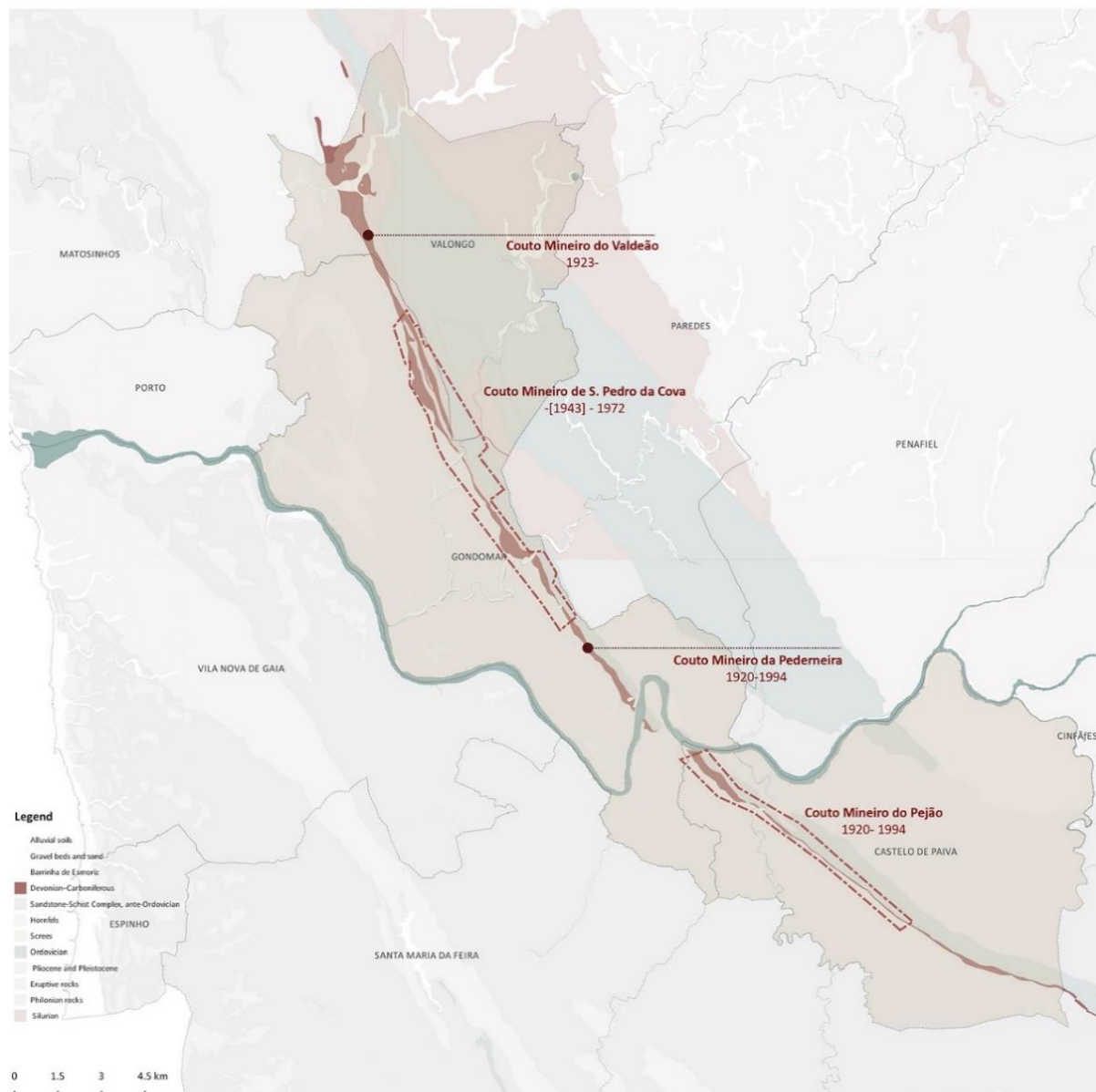


Figura 5 - Bacia Carbonífera do Douro: demarcação dos Coutos Mineiros. Produzido pela autora.

⁴ Gregotti remete o termo antropogeográfico para a indicação de um ambiente modificado pela obra ou presença do Homem, fundando-o sobre a influência recíproca entre as ações da natureza e do ambiente físico e a sociedade.

À condição patrimonial subjacente à existência contemporânea (Rossa, 2012) e capaz de representar «valores e necessidades que estabelecem vínculos entre o presente e o passado, dando coerência a um mundo em constante transformação» (Choay, 1965: 9), associa-se o entendimento da paisagem enquanto resultado da história sobre o lugar, ainda que nem sempre inteligível devido à sobreposição temporal e espacial que caracteriza as sedimentações – de edificações, mas também de elementos naturais, topográficos, geológicos, projetos e deliberações políticas, tecnológicas, culturais – que a constituem (Corboz, 2004).

Esta leitura dos processos de transformação do território, ao longo de um determinado período temporal, permite identificar «invariantes» (Maggio, 2014),⁵ permanências, sedimentos materiais e lógicos, capazes de conduzir não à preservação de cada uma das estruturas físicas participantes no Sistema, mas de um conjunto de relações representativas destes processos de transformação e portanto determinantes na sua estrutura identitária (Rossa *et al.*, 2001).

Supportando este entendimento a conservação e reprodução da identidade territorial (Magnaghi, 2017), aproximamo-nos de um enquadramento do património como entidade vivente, em evolução e conseqüentemente complexa, a valorizar pelo seu significado de referencial e potencial transformador.

A deslocalização das fontes energéticas decorrente do contexto político-económico já não nacional, mas europeu e subjacente ao mercado global, veio desmantelar este sistema produtivo deixando em suspenso o território estruturado pela atividade carbonífera.

Particularmente deprimidos perante o abandono a que foram votados, os fragmentos resultantes deste desmantelamento foram submetidos a novas lógicas de transformação, pouco ou nada articuladas com as «invariantes» que lhes conferem o valor identitário e de enraizamento que a população lhes atribui.

No entanto, o valor de património quando subordinado à transformação da paisagem é já entendido institucionalmente como vetor estratégico no ordenamento do território, internacional (Ministers responsible for Spatial Planning and Territorial Development, 2011) e nacionalmente (Carmo, 2018), ainda que reconhecida a debilidade da sua concretização (Brito Henriques, 2004).

Na Bacia Carbonífera do Douro, esta visão estratégica formaliza-se nos instrumentos de planeamento territorial municipais (PMOT)⁶ e no plano especial de ordenamento da albufeira de Crestuma-Lever (POACL) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 187/2007); também através de Operações de Reabilitação Urbana (ORU) programando intervenções integradas com vista à reabilitação urbana de áreas particularmente degradadas (Lei n.º 32/2012), ainda que se efetivando subjugada a uma quase exclusiva intervenção dos particulares sobre o parque habitacional.

Estamos perante um território no qual as peculiaridades culturais inerentes às regras, em grande parte invisíveis, que suportam a sua construção são particularmente relevantes para o seu reconhecimento patrimonial, remetendo-nos, pois para o referido conceito de «invariantes», aplicado já desde 1995 aos instrumentos de gestão territorial italianos (*Legge regionale* n.º 5/1995). Sob o seu entendimento como suporte da transformação, estas «invariantes estruturais» vêm responder à necessidade de transpor as relações, os processos, que suportam as transformações territoriais para o ordenamento territorial. Incorporando uma visão prospetiva assente em transformações respeitadas do território e da sua história (Maggio,

⁵ Em arquitetura o termo “invariante” é introduzido por Fernando Chueca Goitia (1947), configurando-o a partir do entendimento que a matemática lhe atribui enquanto expressão indutora de uma transformação, relacionando, portanto, os coeficientes ou parâmetros de uma função primitiva com os da transformada.

⁶ Plano Diretor Municipal, PDM, de Castelo de Paiva, 1995, e PDM de Gondomar, 2018.

2014: 169), este conceito aproxima-nos então de um ordenamento assente do entendimento da paisagem.

Introduzida e consolidada a salvaguarda patrimonial nos instrumentos de gestão territorial⁷ procurar-se-á perspetivar a ponderação das «invariantes estruturais» no âmbito dos vigentes e concluir acerca da efetiva integração da condição patrimonial nas políticas de transformação territorial.



Figura 6 - Evolução do assentamento carbonífero de S. Pedro da Cova. Produzido pela autora.

⁷ A par da figura jurídica do PDM, desde 1982 (Brito Henriques, 2004).

Estruturas carboníferas, um enquadramento legal

Dos núcleos que integram o Sistema Carbonífero, procurou-se identificar os fragmentos mais representativos do legado mineiro, tendo em conta as diferentes estruturas de gestão territorial a que estão subjugados e os critérios delineados pela UNESCO para a atribuição de Valor Universal Excepcional,⁸ selecionando-se dois, S. Pedro da Cova, Gondomar, e Germunde, Castelo de Paiva.

Ambos correspondem a núcleos centrais, do Couto Mineiro de S. Pedro da Cova e do Pejão, integrando «acessórios dos trabalhos mineiros» (Decreto n.º 18713/1930) que foram constituindo assentamentos urbanos, suportados na autonomia administrativa, funcional e económica própria dos Coutos Mineiros. Trata-se dos núcleos onde é passível reconhecer-se um modelo de urbanização – importado – através do qual se procurava, por um lado, otimizar os processos produtivos, por outro, dar resposta aos problemas introduzidos por um rápido processo de industrialização.

O núcleo de S. Pedro da Cova é abrangido pelo PDM de Gondomar e integra a Área de Reabilitação Urbana (ARU) S. Pedro da Cova e Fânzeres (CMGondomar, 2018); Gemunde é abrangido pelo POACL e pelo PDM de Castelo de Paiva, não integrando nenhuma das ARU delimitadas para o Concelho (C. M. Castelo de Paiva, 2017).

No âmbito dos PMOT, o núcleo de S. Pedro da Cova inclui uma área de “Solo Rural: Espaços culturais” (Aviso n.º 3337/2018), onde se integra o Cavalete de S. Vicente, “Monumento de Interesse Público” (Portaria n.º 221/2010), e respetiva zona especial de proteção. Juntamente com o núcleo da Central Termoelétrica da Tapada do Outeiro, também ele integrante do Sistema Carbonífero do Douro, apresentam-se como os únicos “Espaços Culturais” do Concelho, admitindo-se “a instalação de equipamentos de utilização coletiva (...) que incentivem a sua visitação e uso coletivo enquanto espaços identitários da atividade mineira do concelho” (Aviso n.º 3337/2018: 7580).

No que diz respeito aos PDM de Castelo de Paiva vigente, publicado no ano seguinte ao encerramento das Minas do Pejão, não é identificada qualquer salvaguarda de âmbito patrimonial e/ou cultural no que diz respeito às permanências decorrentes da atividade mineira, entendendo-se o núcleo de Germunde como “Espaços Urbanos e Urbanizáveis”, parte “consolidadas”, parte “de expansão urbana” (Resolução do Concelho de Ministros n.º 68/95).

A salvaguarda vigente passa a vigorar apenas em 2007, com o POACL, incidente sobre a frente ribeirinha de Castelo de Paiva e parcialmente Gondomar, altura em que Germunde, à semelhança da referida Central Termoelétrica, passam a “Áreas de proteção e valorização de recursos e valores específicos: Zona de Proteção, Área de Especial Interesse Cultural”, constituindo-se como “objeto de um projeto integrado de recuperação do espaço, sendo permitidas as obras de edificação que visem a reconversão do espaço em unidades museológicas” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 187/2007: 9031).

Regressando a 1995, reconhece-se que, mais do que qualquer salvaguarda patrimonial, a questão mineira é considerada pelas alterações provocadas no subsolo, identificando-se dentro das “áreas de concessão mineira carbonífera” as “áreas de subsidência mineira” (Resolução do Concelho de Ministros n.º 68/95). Em S. Pedro da Cova, 46 anos após o encerramento das

⁸ São eles: (1) o papel nuclear que tiveram no SCD, não só pelas estruturas produtivas que abarcavam, mas também pela estrutura urbana que constituíram (criterion ii, iii); (2) a concentração de estruturas representativas de um determinado período e forma de construir, decorrente de uma resposta tecnológica à estrutura produtiva (criterion iv); (3) o reconhecimento da população quando confrontada com a identificação patrimonial e a sua caracterização documental (authenticity); (4) a manutenção até aos dias de hoje da maior parte das estruturas constituintes do núcleo capazes de o organizar estruturar como tal (integrity) (United Nations educational, scientific and cultural organization, 2017).

minas esta questão geomorfológica apresenta uma vertente ambiental, identificando-se a área relativa à demarcação do Couto Mineiro de S. Pedro da Cova como “Recursos Geológicos-Áreas em recuperação” (Aviso n.º 3337/2018).

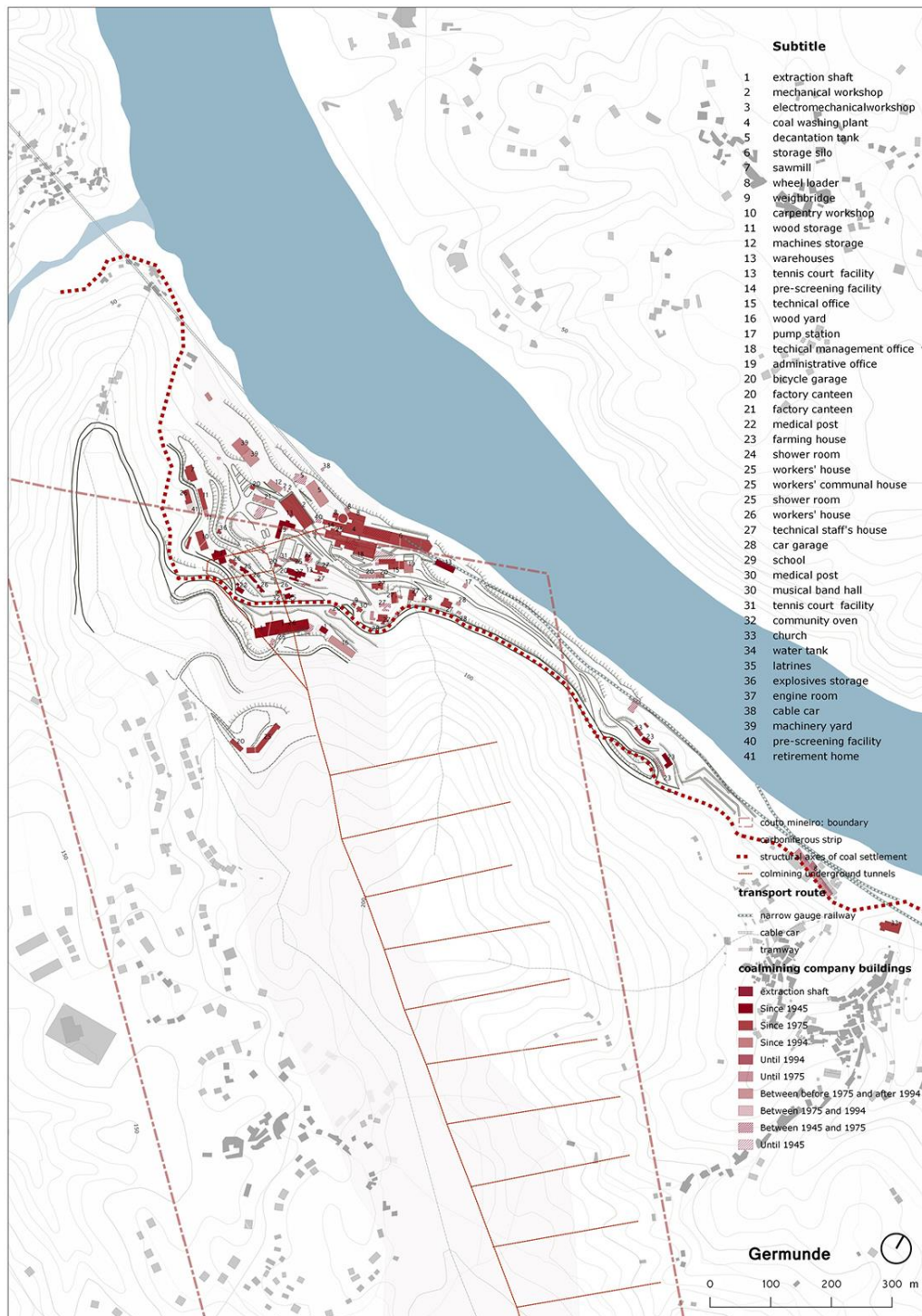


Figura 7 - Instrumentos de gestão territorial atuantes sobre o assentamento carbonífero de S. Pedro da Cova. A Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) demarcada não inclui as lógicas inerentes ao assentamento carbonífero. Produzido pela autora.

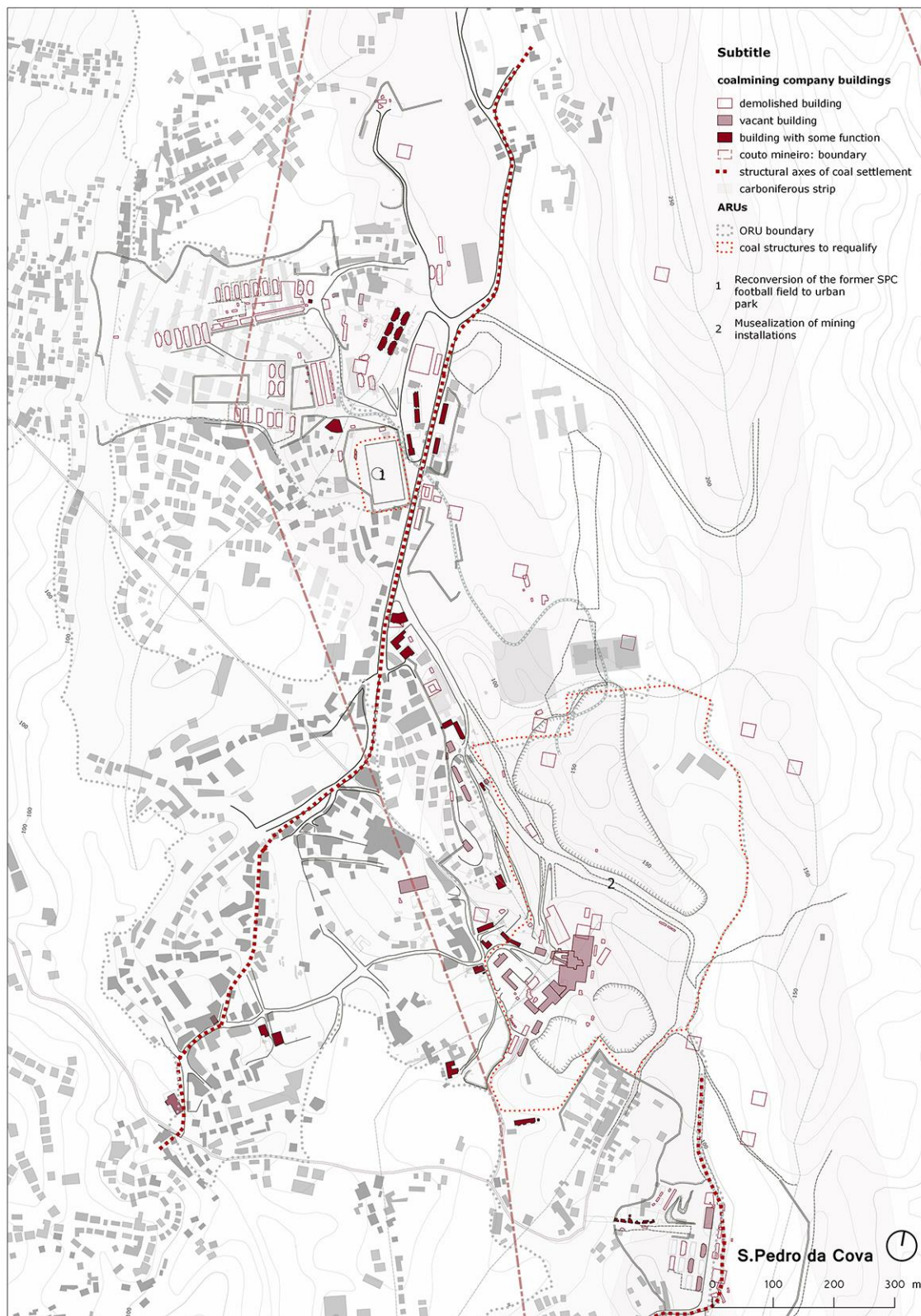


Figura 8 - ARU de S. Pedro da Cova e Fânzeres e respetivas propostas de reabilitação. Produzido pela autora.

Com a introdução do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana é incentivada a reabilitação dos “tecidos urbanos degradados ou em degradação”, procurando-se, simultaneamente “garantir a proteção e promover a valorização do património cultural” e “afirmar os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana” (Lei n.º 32/2012: 4462). Neste contexto são definidas as ARU de S. Pedro da Cova-Fânzeres (C. M. Gondomar, 2018) – que abrange parcialmente o núcleo de S. Pedro da Cova integrado no Sistema Carbonífero e a de Pedorido (C. M. Castelo de Paiva, 2017) que se justapõe ao núcleo de Germunde, sem o integrar.

No âmbito da ORU associada à ARU que integra o núcleo de S. Pedro da Cova prevê-se a “Musealização das Instalações Mineiras de S. Pedro da Cova”, criando assim um “polo de atração cultural e turística” (C. M. Gondomar, 2018: 15) a articular com um outro a criar, na Central Termoelétrica da Tapada do Outeiro e com a Central Termoelétrica de Massarelos, também integrada no Sistema Carbonífero. Também a reconversão do antigo Estádio de Futebol da Companhia das Minas de S. Pedro da Cova para parque urbano.

Fora desta ARU, fica uma série de estruturas integrantes do núcleo urbano determinado pela atividade carbonífera, nomeadamente equipamentos determinantes para o entendimento das dinâmicas inerentes aos assentamentos carboníferos (Centro de Saúde, Posto Médico, Depósito de Água), bem como os respetivos eixos estruturantes.

No caso da ARU de Pedorido (C. M. Castelo de Paiva, 2017), não se verifica a integração do núcleo urbano estruturado pela atividade carbonífera na sua delimitação, incluindo apenas algumas estruturas edificadas pela Empresa Carbonífera do Douro no núcleo pré-existente de Pedorido (Igreja, ponte de caminho-de-ferro, antigo interface caminho-de-ferro-barco, campo de futebol), ainda que sem fazer qualquer referência à estrutura carbonífera e sem perspetiva de intervenção que não no espaço público da frente ribeirinha.

Salvaguardas para um enquadramento patrimonial (?)

Da sistematização dos instrumentos de planeamento e gestão do território vigentes, no que aos núcleos mais representativos do Sistema Carbonífero diz respeito, verificamos que:

- São reconhecidas as estruturas carboníferas dentro de um entendimento patrimonial, seja por classificação enquanto “Monumento de Interesse Público”, no caso do Cavalete de S. Vicente e zona envolvente (S. Pedro da Cova), seja enquanto “Área de Especial Interesse Cultural” (POACL) no caso do núcleo de Germunde;
- A dimensão cultural do território assume-se a partir de abordagens distintas (e não suportadas numa matriz comum), ganhando relevância nos instrumentos de gestão territorial mais recentes. Simultaneamente, a aposta no património como fator de diferenciação e competitividade territorial (Lei n.º 32/2012) afirma-se pela definição de ARU, como o exemplificam as ARU para- ou na proximidade dos- núcleos abordados.
- Os fragmentos do Sistema Carbonífero não são apreendidos dentro da lógica de conjunto, mas antes a partir de um entendimento parcelar, determinada pelo valor individual de cada uma das estruturas físicas inerentes a este Sistema. A ideia de paisagem enquanto resultado da história sobre o território perde força no contexto do ordenamento do território, equacionando-se a questão patrimonial de forma desarticulada face às lógicas que o estruturaram como tal.

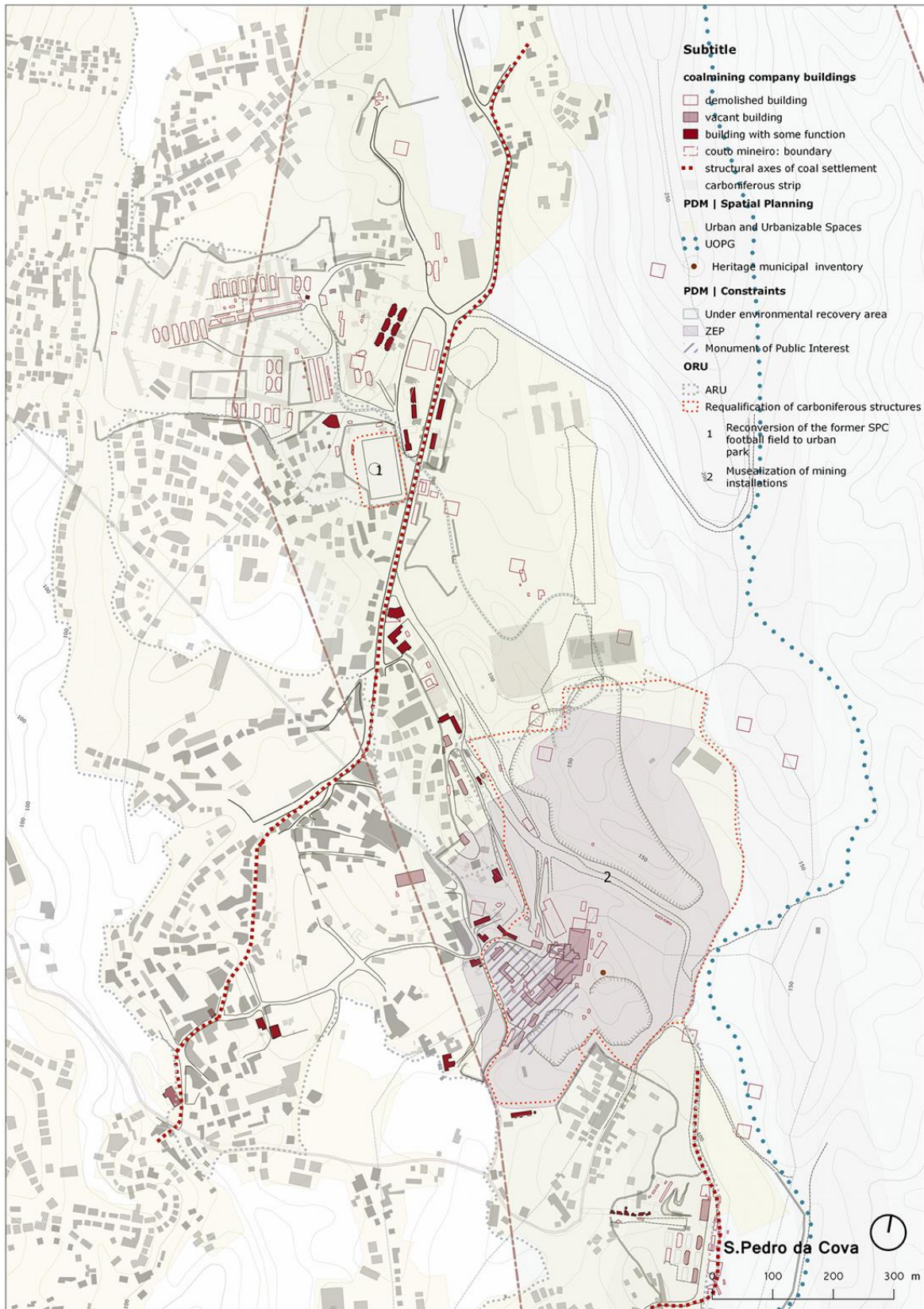


Figura 9 - Instrumentos de gestão territorial e de reabilitação urbana vigentes atuantes sobre o assentamento carbonífero de S. Pedro da Cova: PDM de Gondomar e ARU de S. Pedro da Cova e Fânzeres. Produzido pela autora

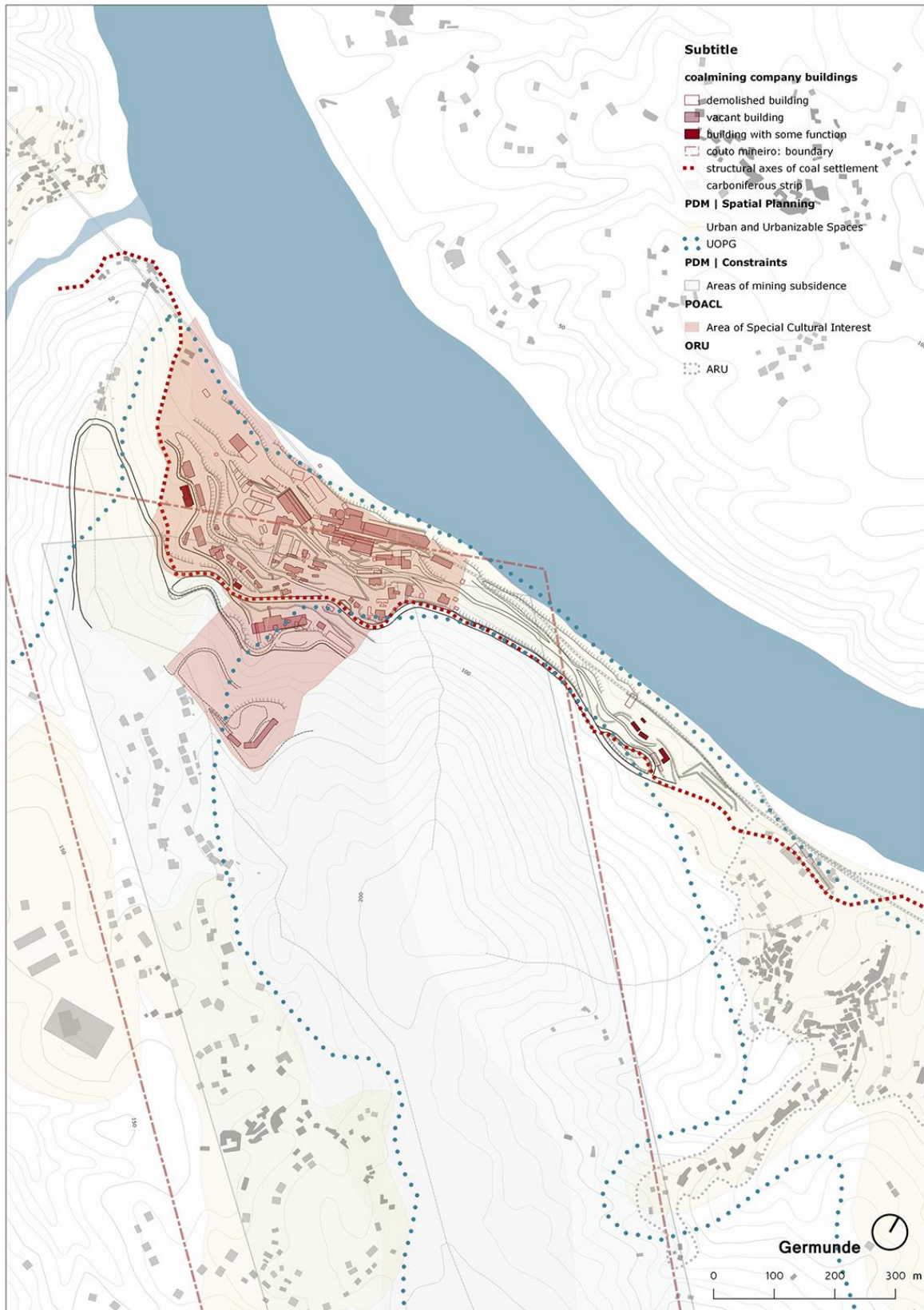


Figura 10 -Instrumentos de gestão territorial e de reabilitação urbana vigentes atuantes sobre o assentamento carbonífero de Germunde: PDM de Castelo de Paiva, POACL e ARU de Pedorido. Produzido pela autora.

O menosprezo das lógicas de construção da paisagem é também evidenciado pela delimitação das ARU e pela programação das Áreas de Especial Interesse Cultural enquanto unidades museológicas. Esta estratégia de intervenção afasta-se da ideia de conjunto: em S. Pedro da Cova perde-se a leitura do assentamento urbano determinado pela atividade carbonífera, não se considerando os espaços que não os do trabalho; em Germunde, contrariando-se as diretrizes do TICCIH (Vanderhülst, 1990) para o entendimento do património industrial, isola-se o assentamento urbano decorrente da Exploração, quebrando a sua leitura como parte integrante de um sistema produtivo de abrangência territorial.

- As «invariantes» que determinaram o território e o papel identitário que a população lhes atribuí são integradas nos instrumentos de planeamento e gestão territorial de forma passiva, sendo-lhes atribuindo um papel pouco consequente no desenvolvimento endógeno, ainda que vinculativo. Referimo-nos às estruturas edificadas, mas também às lógicas de conectividade e articulação de diferentes centralidades e que determinaram o Sistema Carbonífero do Douro.

Um entendimento das regras de transformação imanentes à identidade de cada lugar enquanto potenciadoras da transformação seria uma resposta válida à perspetivada reabilitação urbana (Lei n.º 32/2012), extravasando a intervenção no edificado e promovendo uma reapropriação individual e coletiva do lugar;

- A autonomia que permitira aos referidos núcleos desenvolvesse-se enquanto centralidade, concentrada em torno de funções-chave e aglutinante das estruturas que garantiam resposta ao quotidiano de quem os habitava dá lugar a núcleos hierarquizados e desarticulados dentro da estrutura municipal, pouco consequentes para o garante de qualidade de vida;

- A prioridade atribuída aos tecidos urbanos a reabilitar é particularmente influenciada pelos instrumentos de financiamento. No quadro de financiamento 2020, privilegiam-se ARU relativas a Frentes Ribeirinhas, Áreas Industriais Abandonadas e Centros Históricos (através do IFFRU) (Estrutura de Gestão do IFFRU 2020, 2017). Daqui, a delimitação das ARU referidas, pouco articuladas com as lógicas de estruturação dos assentamentos urbanos e o risco de daqui a poucos anos se ter uma série de estruturas/equipamentos “fantasma”, sem promover qualquer reabilitação efetiva do tecido urbano em que se integram;

- Não se contemplam unidades operativas capazes de abarcar as lógicas de construção/transformação do território de forma unitária e sistémica, cingindo-se a uma visão municipal. Enquanto unidade para programar a transformação do território deveria subjugar-se a uma lógica de planeamento determinada pela da sua construção, subjacente ao entendimento da paisagem inerente ao Sistema Carbonífero. Ainda que prevista no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015), o âmbito intermunicipal a que deveria ser pensada a transformação territorial não é ainda considerado.

Considerações finais

Perante território particularmente determinados por uma lógica de construção uma, neste caso decorrente de uma atividade económica já extinta, a questão do património assume uma dimensão territorial e que nos leva a pensar na sua intervenção a partir do entendimento de “paisagem antropogeográfica”. Consequentemente, o entendimento de património deixa de fazer sentido se entendido de forma objetual, desarticulada do seu entendimento como parte integrante de um Sistema.

Transpondo esta questão para os instrumentos que determinam o planeamento e gestão do território, impõe-se uma alteração de paradigma relativamente à intervenção no/a partir do património: de uma conservação, vinculativa de determinados bens a intervir, passamos

para uma conservação e valorização dos aspetos estruturais do território, procurando-se assim imputar ao património um papel ativo no desenvolvimento – social, económico, cultural,- do tecido que integram.

No caso particular das estruturas carboníferas da BCD, os instrumentos de planeamento e gestão do território vigentes revelam-se pouco conscientes das lógicas subjacentes à sua construção, constituindo-se de intervenções desarticuladas e pontuais, não conducentes ao seu desenvolvimento, agora subjugado a novos paradigmas de mobilidade, tecnológicos, económicos.

Pensar numa estratégia de valorização do legado mineiro implica a reorganização do espaço físico – e social - a partir de estratégias capazes de o integrar nas dinâmicas atuais, de forma a reconstruir um sistema habitável, passível de ampliar o valor que aqueles que em seu torno se estruturaram lhe atribuem.

Esta perspetiva de transformação fundada no reconhecimento e valorização da identidade dos lugares, pensada como recurso endógeno e só depois exógeno, deverá promover o desenvolvimento da sociedade local.

Como ferramenta, processos de planeamento de gestão territorial inclusivos que extravasem a gestão municipal, capazes de (re)produzir atos territorializantes que potenciem o, e se suportem no património, estimulando uma valorização da paisagem concomitante de um desenvolvimento local.

Referências bibliográficas

Alves Ribeiro, Daniela (2015), “Territories of energy production and landscape heritage. The Coal Basin of Douro”, *Joelho, Revista de Cultura Arquitectónica*, 6, 162-70.

Aviso n.º 3337/2018 de 28 de Fevereiro, Plano Diretor Municipal de Gondomar. Diário da República n.º 157/2012 - I Série. Governo de Portugal. Lisboa.

Brito Henriques, Eduardo (2004), "O património nas políticas territoriais", in *V Congresso da Geografia Portuguesa. Portugal: Territórios e Protagonistas*. Guimarães: Associação Portuguesa de Geógrafos e Universidade do Minho. Versão eletrónica, consultada a 12.11.2018, em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/_pdf/E5_14Out_Eduardo%20Brito%20Henriques.pdf.

Câmara Municipal de Castelo de Paiva (2017), *Programa Estratégico de Reabilitação Urbana*. Castelo de Paiva: Município de Castelo de Paiva.

Câmara Municipal de Gondomar (2018), *Operação de Reabilitação Urbana de S. Pedro da Cova e Fânzeres*. Gondomar: Município de Gondomar.

Carmo, Fernanda do (coord.) (2018), *PNPOT: alteração. Uma Agenda para o Território (Programa de Ação)*. Lisboa: Direção Geral do Território.

Alves Ribeiro, Daniela (2015), “Territories of energy production and landscape heritage. The Coal Basin of Douro”, *Joelho, Revista de Cultura Arquitectónica*, 6, 162-70.

Choay, Françoise (1965), *L'urbanisme : Utopies et réalités. Une anthologie*. Paris : Éditions du Seuil.

Corboz, Andre (2004). “El territorio como palimpsesto”, in Ángel Martín Ramos (ed.) *LO Urbano en 20 autores contemporáneos*, Barcelona: SL Edicions de la Universitat Politècnica de Catalunya, 25-34 [orig.1983].

Decreto n.º 18713/1930 de 11 de Julho. Diário do Governo n.º 177 -I Série. Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Ministério do Comércio e Comunicações. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de Maio, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Diário da República n.º 93/2015 – I Série. Governo de Portugal. Lisboa.

Development, Ministers responsible for Spatial Planning and Territorial (2011), *Territorial Agenda of the European Union 2020. Toward an inclusive, Smart and Sustainable Europe of Diverse Regions. Agreed at the Informal Ministerial Meeting of Ministers responsible for Spatial Planning and Territorial Development*. Gödöllő: eu2011.hu.

Estrutura de Gestão do IFRRU 2020, Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (ed.) (2017), *Programa de Ação IFRRU 2020*. Lisboa.

Goitia, Fernando Chueca (1947), *Invariantes castizos de la arquitectura española*. Madrid: Editorial Dossat, S.A..

Gregotti, Vittorio (2008), *Il territorio dell'architettura*. Milão: Feltrinelli [orig. 1966].

Ivancic, Aleksandar (2010), *Energyscapes*. Barcelona: Gustavo Gili.

Legge regionale n.º 5/1995 de 16 gennaio, Norme per il governo del territorio. B.U. Toscana, n.º 6/1995. Regione Toscana, Giunta regionale. Florença.

Lei n.º 32/2012 de 14 de Agosto, Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. Diário da República n.º 157/2012 - I Série. Governo de Portugal. Lisboa.

Lemos de Sousa, João (1973). *Contribuição para o conhecimento da Bacia Carbonífera do Douro*, Dissertação de Doutoramento em Geologia, Universidade do Porto.

Macedo, Marta (2012), *Projetar e Construir a Nação. Engenheiros, Ciência e território em Portugal no século XIX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Maggio, Marvi (2014), *Invarianti strutturali nel governo del territorio*. Florença: Firenze University Press.

Magnaghi, Alberto (2017), *Il progetto locale. Verso la coscienza di luogo*. Turim: Bollati Boringhieri editore.

Portaria n.º 221/2010 de 12 de Março, Classificação do Cavalete de S. Vicente como Monumento de Interesse Público. Diário da República n.º 55/2010- II Série. Ministério da Cultura. Lisboa.

Resolução do Concelho de Ministros n.º 68/95 de 17 de Julho, Plano Diretor Municipal de Castelo de Paiva. Diário da República n.º 163/95 - I Série- B. Governo de Portugal. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 187/2007 de 21 de Dezembro, Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever. Diário da República n.º 246/2007- I Série. Governo de Portugal. Lisboa.

Rossa, Walter; Reis Leite, Antonieta; Coelho, Isadora; Simões, Nuno; Barão, Pedro (2001), "Recensando as Invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico", in *Actas do V Colóquio Luso-brasileiro de História da Arte*. Faro: Universidade do Algarve. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais: Universidade do Algarve. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Arqueologia e Património, 61-80.

Rossa, Walter (2012). *Património urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela*, Sumário pormenorizado da lição apresentado para provas de agregação, Universidade de Coimbra.

United Nations educational, scientific and cultural organization. Intergovernmental committee for the protection of the world cultural and natural heritage (2017), *The Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: UNESCO World Heritage Centre.

Investigar para salvaguardar o património molinológico do Ave

Rogério Bruno Matos,¹ Investigador no CEAU-FAUP grupo PACT

rmatos@arq.up.pt

Resumo: Neste artigo iremos abordar sucintamente as diferentes fases que compõem a metodologia de investigação utilizada na análise e compreensão do objeto de estudo - as "Azenhas do Ave". Estas fases metodológicas encontram-se ordenadas da seguinte forma: 1. Reconhecimento do Território - obstáculos encontrados no processo de levantamento e inventariação; 2. Pesquisa Histórica - levantamento arquivístico e documental; 3. Análise Territorial das "Azenhas do Ave" - a relação entre Azenhas e Território, isto é, o seu impacto paisagístico e a sua influência na definição de uma estrutura viária municipal e intermunicipal; 4. Estado Atual de Conservação - o risco de perda irreversível de um conjunto único; 5. Desenho Arquitetónico como Ferramenta de Análise, Interpretação e Reconstituição; 6. Estudo e Reconstituição da Tecnologia Tradicional; 7. Conclusões.

Palavras-chave: Património molinológico, azenhas, moinhos, açudes

Abstract: In this paper we will briefly discuss the different phases that compose the methodology research used in the analysis and understanding of the object of study - the "Azenhas do Ave" ["Ave Watermills"]. These methodological phases are arranged as follows: 1. Territory Recognition - obstacles encountered in the process of surveying and inventorying; 2. Historical Research - archival and documentary survey; 3. Territorial Analysis of "Ave Watermills" - the relationship between Watermills and Territory, which is, its landscape impact and its influence on the definition of a municipal and intermunicipal road structure; 4. Current State of Conservation - the risk of irreversible loss of a single set; 5. Architectural Design as Analysis Tool, Interpretation and Reconstitution; 6. Study and Reconstitution of Traditional Technology; 7. Conclusions.

Kew words: Milling heritage, watermill, mills, dams

Introdução

O processo de salvaguarda do património inicia-se, muitas das vezes, com o estudo sobre um determinado objeto patrimonial. O estudo que desenvolvemos sobre um conjunto de azenhas implantadas ao longo do rio Ave representa um processo de "*salvaguarda em desenvolvimento*" desde 2008. A partir do reconhecimento de um conjunto de azenhas, moinhos e açudes maioritariamente em ruínas, devolutos e em vias de desaparecerem nasceu um projeto de investigação que originou em 2011 a dissertação de Mestrado em Metodologias de Intervenção

¹ Rogério Bruno Guimarães Matos, Arquiteto, Mestre e Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico. Doutorando na FAUP com bolsa FCT entre 2013-2017. Desde 2012 é colaborador no CEAU-FAUP no grupo PACT onde desenvolve investigação sobre reabilitação do património molinológico.

no Património.² Em 2013 o estudo foi continuado no âmbito do PDA - Programa de Doutoramento em Arquitetura, encontrando-se atualmente em fase de conclusão sob o título "Azenhas e açudes do *baixo Ave* - Contributo para a salvaguarda, preservação e valorização do património molinológico".

Reconhecer, pesquisar e analisar foram os primeiros passos da metodologia de investigação que permitiu expandir o estudo para a reflexão sobre o futuro deste património - novos programas, usos e funções³- que finalmente se materializou num ensaio prático de reabilitação do Moinho de São Marçal⁴ implantado no rio Pelhe, um dos afluentes do rio Ave.

Ao transmitir a metodologia de investigação das *Azenhas do Ave* estamos simultaneamente a demonstrar os valores patrimoniais de um conjunto de azenhas que não se remetem apenas aos aspetos arquitetónicos e etnográficos revelando uma influência territorial que extravasa os limites do edifício. A leitura do conjunto formado pelas 84 azenhas, identificadas ao longo dos 44 quilómetros do rio, permitiram perceber um sistema territorial com um largo espectro de influência local, municipal e regional. No seu conjunto este património é uma construção territorial com quilómetros de extensão, que transforma o rio Ave em pequenas cascatas artificiais, para explorarem de forma equilibrada a energia da água, necessária no exercício de diversas atividades pré-industriais. Além disso, desempenharam um importante papel na definição dos traçados viários entre freguesias, municípios, rotas religiosas e comerciais estabelecendo elos de ligação entre margens opostas a partir do núcleo molinológico que regra geral dispunham de locais de travessia a vau ou em barcas de passagem exploradas pelos moleiros.

Com os levantamentos topográficos e métricos das azenhas, alguns casos em ruínas, devolutos ou transformados noutros usos, foi possível realizar uma análise arquitetónica dos edifícios nos seus aspetos construtivos, estruturais e morfológicos⁵, bem como, realizar desenhos de reconstituição arquitetónica a partir da interpretação da ruína, das informações

² Matos, Rogério Bruno Guimarães (2011), Contributo para a Salvaguarda do Património Arquitectónico - Azenhas & Açudes no Vale do Ave, paisagem e memória. Dissertação de Mestrado, Barata Fernandes, Francisco José (Orientador). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Deste estudo de mestrado resultou a exposição itinerante e a publicação intitulada Património à prova de água - Apontamento para a salvaguarda das azenhas e açudes nas margens do rio Ave. Vila Nova de Famalicão/Trofa promovida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Consultado a 14.09.2019, em https://www.vilanovadefamaliao.org/_patrimonio_a_prova_de_agua.

³ Sobre a temática dos novos programas, usos e funções do património molinológico consultar os seguintes artigos: Matos, Bruno (2017), "Azenhas, moinhos e açudes no Vale do Ave | História, cultura, património e inovação: Parte I – Introdução", Vila Nova. Consultado a 14.09.2019, em <https://vilanovaonline.pt/2017/10/22/azehnas-moinhos-acudes-no-vale-do-ave-historia-cultura-patrimonio-inovacao-i-parte-introducao/>. Matos, Rogério Bruno Guimarães (2016), "O 'caso de estudo' da Azenha de Chaves em Vila Nova de Famalicão versus o 'estudo de caso' da Azenha de Hackfort na Holanda", Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, IV série (8/9), 409-425. Matos, Bruno; Barata, Francisco (2015), "'Reuse' of molinologic heritage", ReUSO 2015 - III Congreso Internacional sobre Documentación, Conservación y Reutilización del Patrimonio Arquitectónico, 1192-1199. Consultado a 14 de setembro de 2019, disponível em file:///C:/Users/R.Bruno/Downloads/COMUNICACION_REUSO_2015_2_.pdf.

⁴ O Moinho de São Marçal localiza-se na margem esquerda do rio Pelhe na Freguesia de Esmeriz no Município de Vila Nova de Famalicão. Encontra-se atualmente em obras de reabilitação promovidas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão - Departamento do Património Cultural e pela União de Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos. O projeto intitulado Reabilitação do Moinho de São Marçal e Requalificação do Espaço Público Envolvente representa um ensaio prático de intervenção no património molinológico desenvolvido no CEAU-FAUP, grupo PACT e integra a Tese de Doutoramento em curso intitulada Azenhas e açudes do baixo Ave - Contributo para a salvaguarda, preservação e valorização do património molinológico. Sobre o assunto consultar: Matos, Bruno (2019), "Projecto e obra para a Reabilitação do Moinho de São Marçal no rio Pelhe, Esmeriz, Vila Nova de Famalicão", Vila Nova. Consultado a 14.09.2019, em <https://vilanovaonline.pt/2019/01/06/patrimonio-projeto-e-obra-para-a-reabilitacao-do-moinho-de-sao-marcal-no-rio-pelhe-esmeriz-vila-nova-de-famaliao/>

⁵ Sobre os aspetos construtivos, estruturais e morfológicos das Azenhas do Ave consultar o seguinte artigo: Matos, R. Bruno; Barata Fernandes, Francisco (2016), "Azenhas do Ave - História, Território e Arquitectura Aquática-fluvial", 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira: Culturas Partilhadas, 1, Livro de Actas, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 345-357. Consultado a 14 de setembro de 2019, disponível em: https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral/pub_view?pi_pub_base_id=181881&pi_pub_r1_id=46681

recolhidas com os proprietários e moleiros e com o conhecimento do funcionamento dos engenhos. O conhecimento da tecnologia tradicional, nomeadamente a funcionalidade dos diversos tipos de engenhos de moagem e as suas variantes tecnológicas revelaram-se fundamentais para recolhermos as pistas necessárias para as hipóteses de reconstituição arquitetónica apresentadas.

1. O Rio Ave

O rio Ave localiza-se entre dois importantes núcleos urbanos - a cidade do Porto a Sul e a Cidade de Braga a Norte. O rio nasce na Serra da Cabreira e percorre aproximadamente 100Kms até desaguar no Oceano Atlântico. Banha os Municípios de Vieira do Minho (onde nasce), Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Trofa e Vila do Conde (onde desagua).



Figura 11 - Enquadramento geográfico do curso total do rio Ave sobre Cartografia Militar 1:25000; Autor: R. Bruno Matos.

2. Reconhecimento do território

O primeiro passo do estudo foi o reconhecimento das preexistências ao longo do Médio Ave numa área de 42Kms de rio que englobou quatro concelhos - Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Trofa e Vila do Conde. Deste modo foi necessário percorrer a margem Sul e Norte do rio Ave para comprovarmos in loco o número de azenhas e moinhos existentes, independentemente do seu estado de conservação.

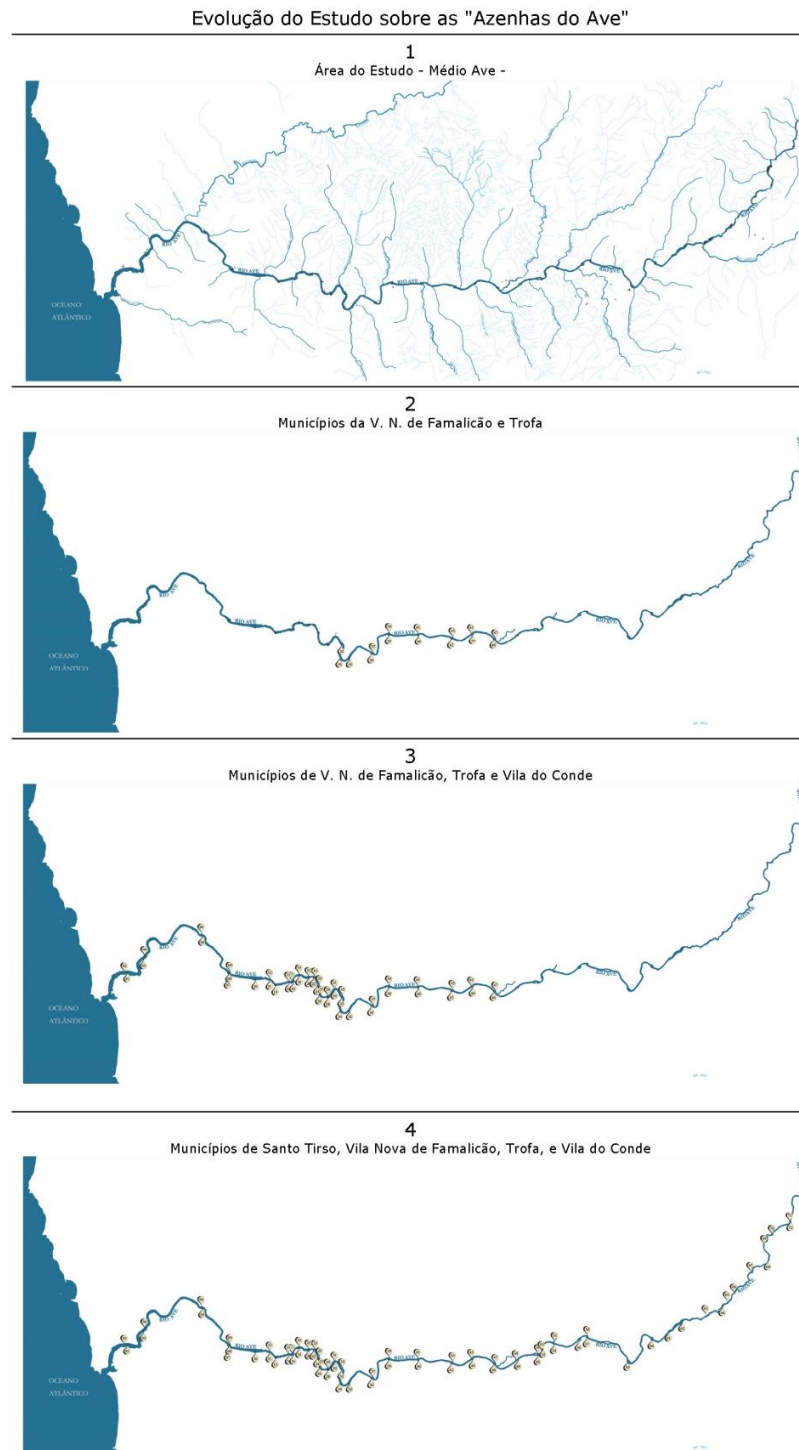


Figura 12 - Fases evolutivas do levantamento das "Azenhas do Ave"; Autor: R. Bruno Matos.

Para apoiar o trabalho de campo realizamos fichas de inventário com um questionário que foi preenchido individualmente para cada edifício acompanhado de um registo desenhado preliminar ilustrativo do existente. Esta primeira fase foi fundamental para saber o número de Azenhas ainda existentes e o seu estado de conservação.

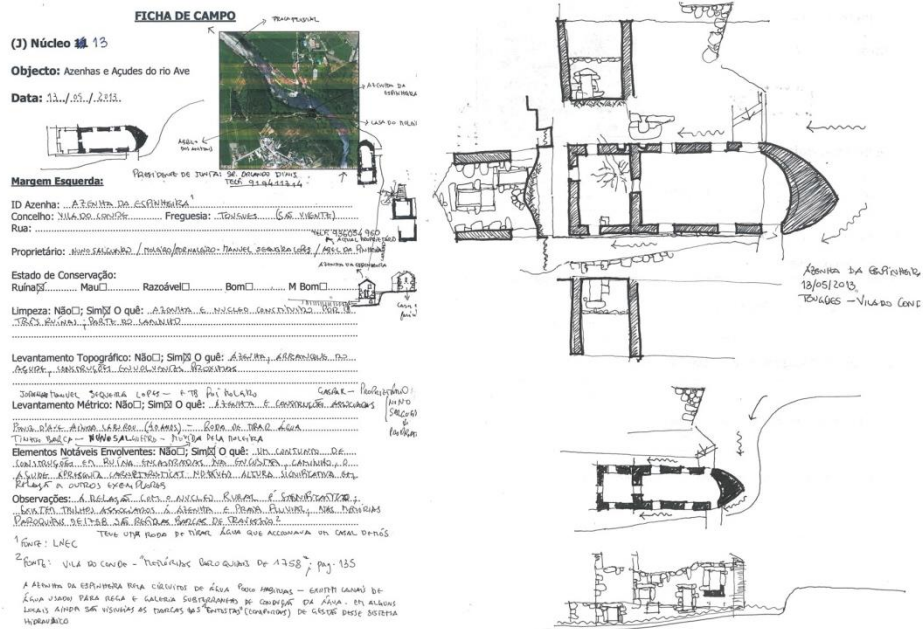


Figura 13 - Exemplo da Ficha de Campo; Autor: R. Bruno Matos.

O percurso pelo território permitiu estabelecer vínculos com os proprietários, procurar antigos moleiros, partilhar memórias com quem vivia nas proximidades, nomeadamente, com agricultores locais, entre outros. Além deste trabalho de campo realizado ao longo das margens, percorrendo os caminhos primitivos de acesso às Azenhas, resolvemos descer o rio Ave em caiaque para dissipar dúvidas sobre a existência ou não, de mais ou menos Azenhas. Desta forma, conseguimos confirmar com rigor e precisão o número de Azenhas ainda existentes, dada a dimensão da área de estudo e as características montanhosas de alguns locais de difícil acesso. Além disto este percurso pela linha de água permitiu efetuar um registo fotográfico com perspetivas difíceis de obter que mostram uma visão aquática do património em estudo.

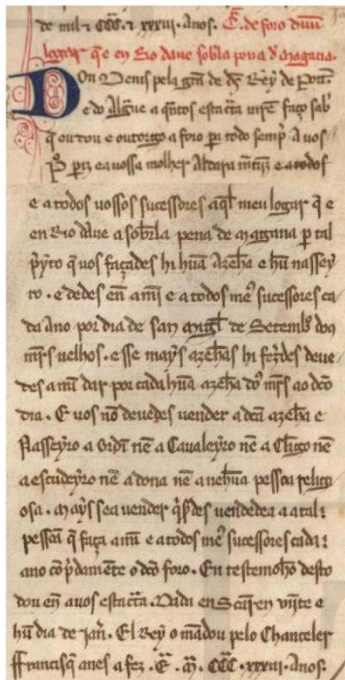


Figura 14 - Levantamento das "Azenhas do Ave" ao longo da linha de água; Autor: R. Bruno Matos.

3. Pesquisa Histórica

Após o trabalho de reconhecimento do território foi efetuado um levantamento arquivístico e documental sobre dados históricos relativos às "Azenhas do Ave". Entre os documentos consultados destacamos uma autorização régia datada de 1298 (século XIII) em que D. Dinis autoriza a construção de uma Azenha no rio Ave,⁶ (Silva, 2008). Foram também consultados prazos e inquirições⁷ relacionados com a administração dos conventos e mosteiros da região os quais frequentemente mencionam entre os bens das ordens religiosas Azenhas e Moinhos, quer no rio Ave, quer nos seus afluentes, (Martins e Faria, 2002) e (Correa, 2013). As Memórias Paroquiais de 1758 também foram uma fonte de informação importante para percebermos o número de azenhas existentes no rio Ave no século XVIII, (Capela e Silva, 2001) e (Capela et al., 2009).

Autorização Régia de 1298



Fólio do Livro de Horas de D. Manuel



Extrato das Memórias Paroquiais de 1758



Figura 15 - Exemplo de alguns dos documentos históricos consultados; Autor: R. Bruno Matos.

Foram também consultados alguns projetos realizados no âmbito de legalizações exigidas pelos recursos hídricos durante a 1ª metade do séc. XX. Nos arquivos privados dos proprietários recolhemos, sempre que possível, fotografias antigas que retratassem as Azenhas em laboração, projetos e descrições prediais. Esta pesquisa histórica foi fundamental para compreendermos a dimensão temporal deste património e a sua importância económica e social ao longo do tempo (Barros, 1885), (Gil, 1997) e (Borges, 1980).

⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁷ Arquivo Distrital do Porto, Arquivo Municipal de Vila do Conde, Arquivo da Biblioteca Municipal de Santo Tirso.

4. Análise Territorial das “Azenhas do Ave”

Com a análise do conjunto formado pelas 84 azenhas verificamos que estamos perante um *sistema territorial molinológico*⁸ que se relaciona entre si ao longo da água e ao longo da terra. Ao longo da água existe uma relação entre núcleos a montante / jusante, sucessivamente, na gestão dos níveis dos caudais do rio. A subida do açude a jusante impediria a atividade da Azenha a montante devido à alteração do nível da água.⁹

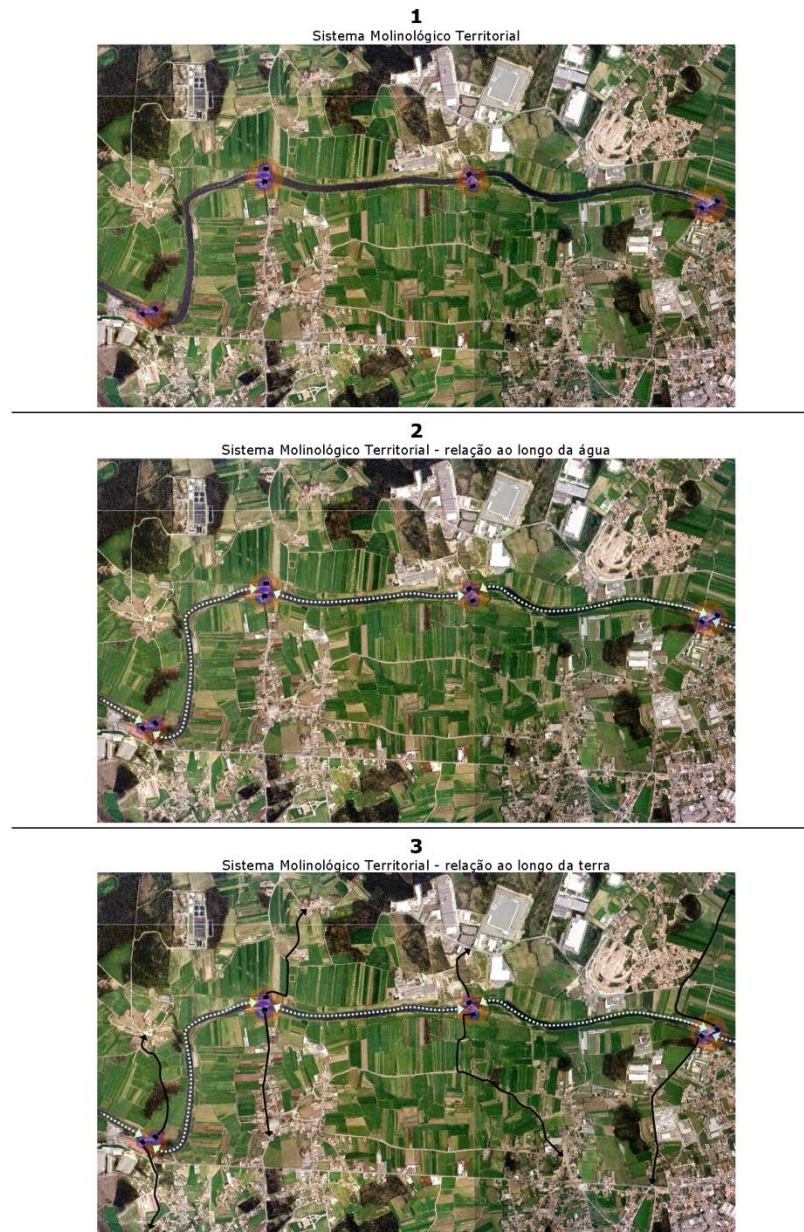


Figura 16 - Esquema da relação entre as "Azenhas do Ave" e o Território; Autor: R. Bruno Matos.

⁸ Sobre o conceito de *sistema territorial molinológico* consultar o artigo: Matos, R. Bruno (2014), "As Azenhas de Vila Nova de Famalicão - Património, Território e Paisagem Fluvial do Ave", *Conferências no Parque - Conhecer o Território: Reflexões partilhadas no Parque da Devesa*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 29-52. Consultado a 14.09.2019 em https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=102606&pi_pub_r1_id=25761

⁹ Este fenómeno é designado pelos moleiros por "encorar a roda".

Ao longo da terra contribuíram para a definição de caminhos e rotas no Vale do Ave. A sua relação entre margens fomentou a travessia do rio através do açude ou em "barca de travessia" permitindo o contacto comercial ou religioso entre as freguesias de ambas as margens.¹⁰ Este tipo de relação territorial ao longo da água e da terra ocorre em diversos rios nomeadamente - no Cávado, no Leça, no Neiva (Barreto *et al.*, 2013), no Tâmega (Abrantes, 1985) e mesmo em rios de caudais mais elevados como o Douro (Alonso e Martín, 2010) ou o Tejo.

5. Estado Atual de Conservação das "Azenhas do Ave"

Um dos obstáculos maiores à realização do estudo foi o estado de conservação deste património. A maioria das Azenhas encontrava-se em ruínas há dezenas de anos. Na data que realizámos o *trabalho de campo* existia um elevado número de exemplares cobertos de vegetação que impedia a entrada no edifício.



Figura 17 - Processo de limpeza da vegetação da Azenha do Porto Maia com o apoio da Junta de Freguesia de Fornelo - Vila do Conde; Autor: R. Bruno Matos.

Para podermos efetuar o levantamento do edifício contactamos os proprietários, porta a porta, para solicitar a limpeza das Azenhas no intuito de podermos realizar o levantamento métrico dos edifícios. Nem todos responderam ao nosso pedido e nesses casos solicitamos o

¹⁰ É recorrente ouvir testemunhos de pessoas que atravessavam o rio pelas azenhas para cumprirem promessas, venderem produtos ou mesmo participarem nas festas populares de um lado e do outro do rio Ave.

apoio às Juntas de Freguesia. Felizmente conseguimos unir esforços entre os proprietários, as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais na limpeza dos edifícios que possibilitaram posteriormente os levantamentos topográficos e arquitetónicos do existente.

6. Desenho Arquitetónico como Ferramenta de Análise, Interpretação e Reconstituição

Após a limpeza de diversas azenhas implantadas ao longo do Ave foram realizados levantamentos topográficos [com o apoio das Câmaras Municipais] e arquitetónicos. Em primeiro lugar realizamos *in situ* os desenhos à mão levantada onde foram registadas as medidas necessárias para a elaboração dos desenhos técnicos a rigoroso. Deste modo conseguimos obter os dados arquitetónicos pretendidos - plantas, alçados e cortes - que salvo raras exceções não existiam.

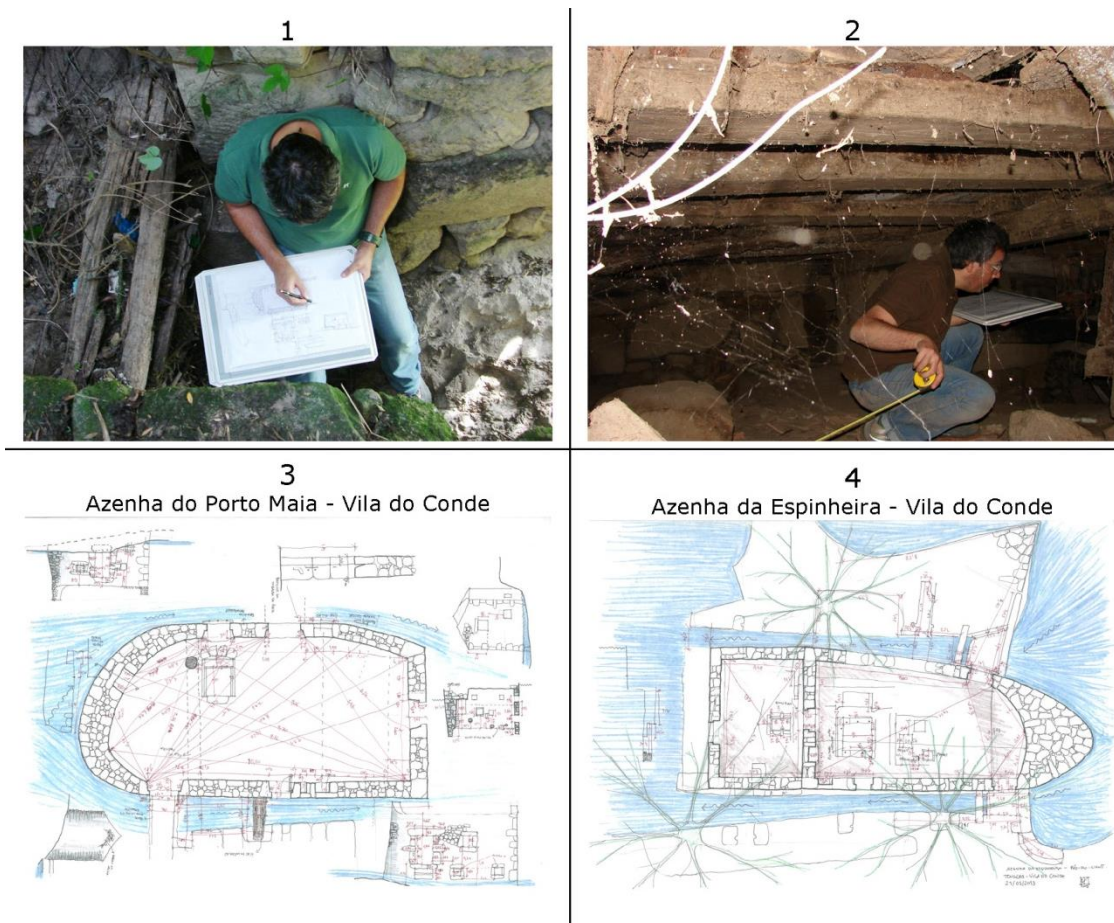


Figura 18 - Processo *in loco* de levantamento arquitetónico do existente; Autor: R. Bruno Matos

Com base neste levantamento foram realizados *à posteriori* desenhos arquitetónicos a rigoroso do existente que permitiram por um lado analisar arquitetonicamente estes edifícios, e, por outro levantar hipóteses sobre a reconstituição arquitetónica, construtiva e tecnológica.

A análise arquitetónica revelou-se surpreendente devido às especificidades construtivas destes edifícios. Não se conhece outro tipo de construção habitável com estas características hidrodinâmicas semelhantes a embarcações. O quebra-mar orientado no sentido das correntes parece uma proa de navio que protege o habitáculo destinado à moagem.

A reconstituição arquitetónica, construtiva e tecnológica permitiu-nos conhecer melhor diversos aspetos relacionados com a atividade do edifício, ou seja, as suas funções, a relação com o sistema hidráulico, a capacidade produtiva [número de rodas e casais de mós], a organização espacial e volumétrica, bem como, a funcionalidade dos espaços interiores.

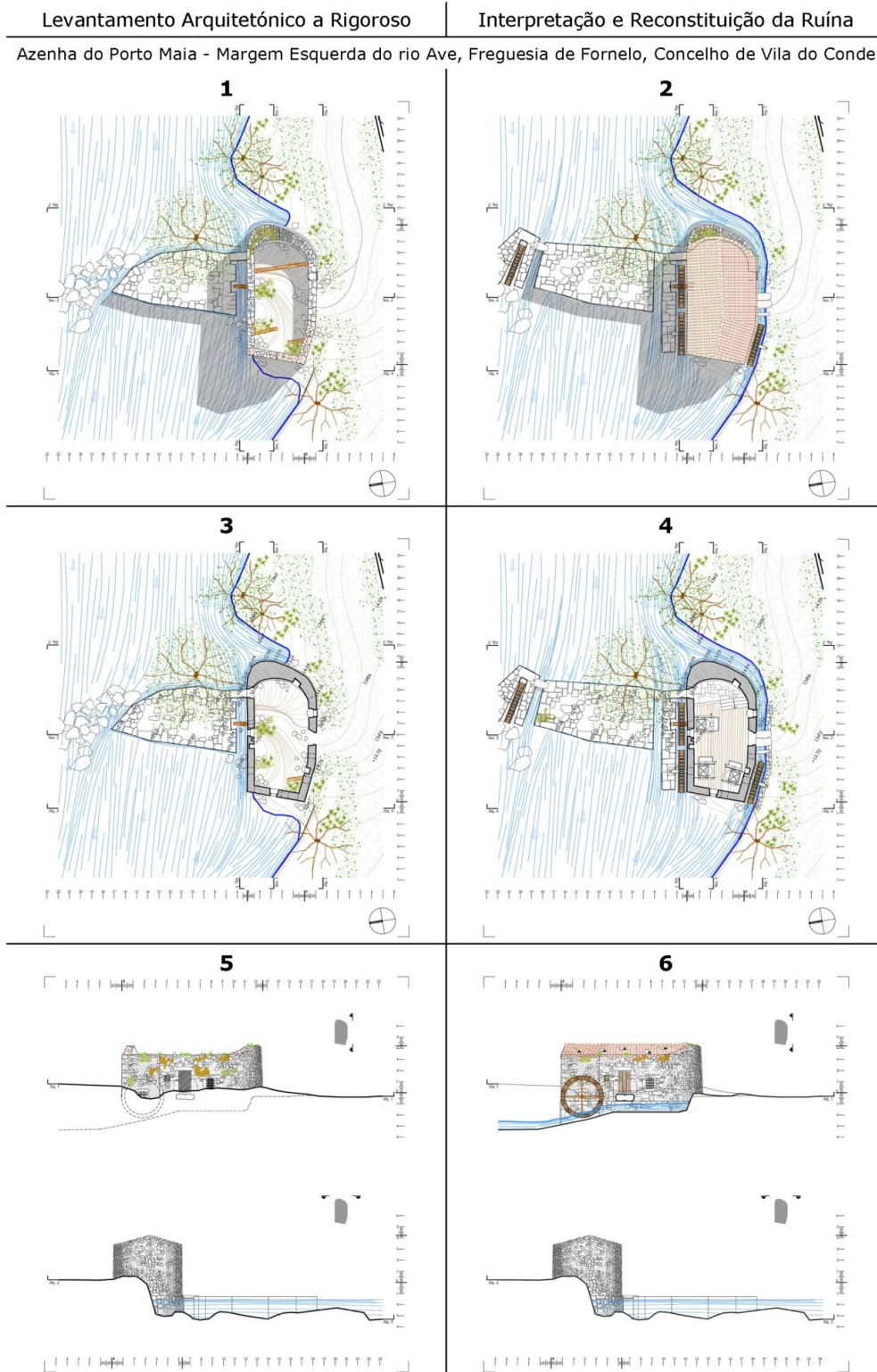


Figura 19 - Levantamento arquitetónico a rigoroso e análise, interpretação e reconstituição da ruína da Azenha do Porto Maia; Autor: R. Bruno Matos.

7. Estudo e Reconstituição da Tecnologia Tradicional

Um dos objetivos do trabalho foi saber como funcionavam os engenhos e ter a capacidade de os reconstituir de acordo com as técnicas e materiais tradicionais. Por exemplo: Qual o diâmetro de uma roda? Quais os elementos que a compõem? Que tipo de materiais são utilizados?

Para obtermos respostas a estas perguntas foi necessário estudar os trabalhos de antropologia - (Dias *et al.*, 1959; Dias, 1993: 307 ss.; Oliveira, 1967; Oliveira *et al.*, 1983; Galhano, 1978; Pereira, 1990) - e cruzar essa teoria com o saber dos moleiros ainda vivos.

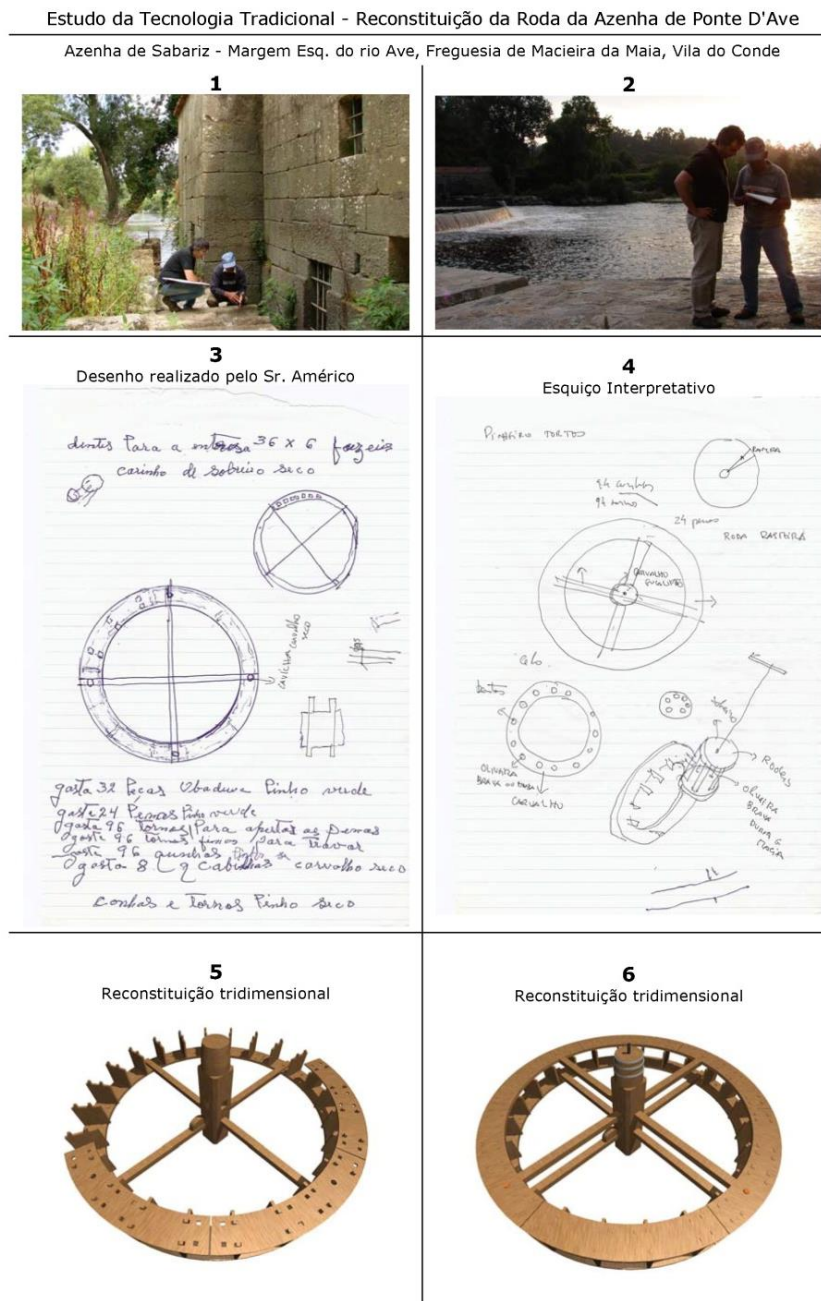


Figura 20 - Estudo da Tecnologia Tradicional e Reconstituição da Roda da Azenha de Ponte d'Ave - Vila do Conde; Autor: R. Bruno Matos.

O moleiro Sr. Américo Gonçalves com 84 anos de idade foi uma autêntica 'faculdade'. Não temos palavras para lhe agradecer as horas que passamos a conversar e a desenhar. Mas essa troca de conhecimento foi vital para conseguirmos reconstituir uma roda vertical de uma "Azenha do Ave" respeitando as técnicas e os materiais tradicionais de construção.

8. Conclusões

Com este artigo podemos concluir que o estudo do património molinológico exigiu uma metodologia que engloba diversas fases: *Trabalho de Campo*; Pesquisa Histórica; e por último, Análise Territorial, Arquitetónica e Tecnológica.

- O *Trabalho de Campo* visa o reconhecimento e o levantamento do existente. Esta fase deve ser realizada *in loco* considerando a linha de água como fio condutor do estudo permitindo assim obter uma visão territorial do conjunto.

- A *Pesquisa Histórica* implica a consulta de arquivos e documentos de vários tipos onde se incluem arquivos estatais de âmbito central, distrital e municipal sem descorar os arquivos pessoais dos proprietários das azenhas ou moinhos, dos moleiros ou mesmo fotógrafos locais. Os documentos que disponibilizam informações sobre o património molinológico podem ser diversos tais como prazos, foros, licenças ou até projetos, fotografias, pinturas, livros, etc. É fundamental acrescentar também uma pesquisa na área da arqueologia, antropologia e história onde se destacam as produções científicas realizadas em meados do séc. XX por Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira.

A *Análise Territorial, Arquitetónica e Tecnológica* deve ser considerada para a compreensão rigorosa deste património. Devemos analisar o sistema molinológico no seu conjunto e a sua relação com o território, isto é, as vias de comunicação e o curso de água. Os aspetos arquitetónicos do edifício são fundamentais para compreendermos a sua funcionalidade, as suas características construtivas, a sua relação com o sistema hidráulico, a sua capacidade produtiva, a sua organização espacial e os seus processos de transformação ao longo do tempo. A análise arquitetónica é fundamental para adquirirmos pistas sobre o tipo de engenho que equipava a azenha ou moinho. Neste campo é de relevante importância o conhecimento adquirido no estudo antropológico, bem como, o testemunho pessoal do moleiro que deverá ser a fonte principal de conhecimento na reconstituição do engenho de moagem.

Referências Bibliográficas

Abrantes, Joaquim Roque (1985), *Património Etnográfico afetado pela Barragem do Torrão - moinhos de água, engenhos do linho, pesqueiras, barcas de passagem*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural - Departamento de Etnologia.

Alonso, Jesús San José; Martín, Juan José Fernández (2010), *Aceñas Del Duero - Tordesillas, Toro y Zamora*. Col. Documentos PAHIS, Valladolid: Junta de Castilla y León - Consejería de Cultura y Turismo.

Barreto, Rogério; Castro, Raimundo; Oliveira, José; Pereira, Manuel Delfim (2013), *Rio Neiva - Rodas d'água e agro-sistema tradicional*. Barroelas: Junta de Freguesia de Barroelas.

Barros, Henrique da Gama (1885), *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*. Tomo I; Tomo II, Tomo III, Tomo IV, Lisboa: Imprensa Nacional.

Borges, Néson Correia, "A farinação através dos tempos - 3. Moinhos Hidráulicos", *História*, (29), Lisboa: Publicações Projornal, 66-74.

Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borrallheiro, Rogério (2009), *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758 - Memórias, História e Património*. 5, Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga.

Capela, José Viriato; Silva, António Joaquim Pinto (2001), *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Correa, Francisco Carvalho (2013), *O Mosteiro de Santo Tirso - Elementos para a história da arte*. 5, Braga: Câmara Municipal de Santo Tirso.

Dias, Jorge (1993) "Moinhos Portugueses" in *Jorge Dias Estudos de Antropologia - Temas Portugueses*. 2, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Dias, Jorge; Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando (1959), *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal - Moinhos, Azenhas e Atafonas*, 1 e 2, Porto: Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

Galhano, Fernando (1978), *Moinhos e Azenhas de Portugal*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos.

Gil, Maria Olímpia da Rocha (1997), "Engenhos de Moagem No Século XVI (Técnicas e Estruturas)" in *Obras de Maria Olímpia da Rocha Gil*. 1, Açores: Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais - Direção Regional da Cultura.

Martins, António e Faria, Emília Nóvoa (2002), *Mosteiro de Santa Maria de Landim - Raízes e Memória*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Oliveira, Ernesto Veiga de (1967), "Moinhos de Água em Portugal", *Geographica - Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Raquel Soeiro de Brito (Dir.), (9), Ano III, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 48-69.

Oliveira, Ernesto Veiga de; Galhano, Fernando; Pereira, Benjamim (1983), *Tecnologia Tradicional Portuguesa - Sistemas de Moagem*, Etnologia II, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos de Etnologia.

Pereira, Benjamim (1990), "Arcaísmo Tecnológico - A Extração do Azeite em Dois Lagares do Minho", *Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. 30, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 115-137.

Silva, Vasco Jorge Rosa da (2008), *Sistemas de moagem hidráulica - Azenhas No Tempo de D. Dinis*. Porto: Edições Ecopy.

Nota: Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto «PEst-C/EAT/UI0145/2011».

Ottoman-era pontine landscapes in South-Eastern Europe as heritage in question: Identification, interpretation and values

Matthew Nouch,¹ Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

matthew.nouch@gmail.com

Abstract: The concept of heritage as inheritance, passed from generation to generation as a communal good, is increasingly under scrutiny in a globalised world. As time and space become ever more compressed, borders are redrawn and population churn accelerates, built legacies are not so footloose and often find themselves under new management. For heritage to survive, it needs to retain its value to a society that in many cases is not the same society that created it in the first place.

The Ottoman Empire's presence has left an enduring legacy in the Balkans, including on the landscapes and urban forms in its successor countries. This paper explores, with reference to local examples, issues relating to the treatment and value of Ottoman-era heritage. It explores the original function of this heritage; its varied use through time; and how it has been rejected or adapted for use in the period since independence.

Keywords: Ottoman Empire, heritage values, postcolonial heritage, State funding partnerships

Resumo: O conceito de património como uma herança, passando de geração em geração como um bem comum, está cada vez mais sob escrutínio num mundo globalizado. À medida que o tempo e o espaço se compactam, as fronteiras são redesenhadas e a migração das populações acelera, os legados construídos recaem sob novas administrações. Para que o património sobreviva é necessário que seu valor persiste para uma sociedade que, em muitos casos, não é a mesma sociedade que o criou.

O Império Otomano deixou um legado nos Balcãs que persiste nas paisagens e formas urbanas, inclusive nos países sucessores. Este artigo explora, com referência a exemplos na região, questões relacionadas com os valores do património da era otomana e o tratamento dos respetivos bens. Analisa a função original desse património, a variedade de usos ao longo do tempo e se os bens foram rejeitados ou adaptados para novos usos no pós-independência.

Palavras-chave: Império Otomano, valores patrimoniais, património pós-colonial, parcerias de financiamento

¹ Matthew completed his undergraduate studies at the University of Cambridge, reading Geography at Robinson College. He continued his education at Cardiff University with a master's degree in International Planning and Development, and subsequently completed a PhD focusing on Public Policy and Planning in Brazil, where he spent a semester at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). He is currently part of the Integrated Urban Rehabilitation Masters programme at the University of Coimbra.

Heritage Value, belonging and identification beyond the nation

Only a few decades ago, the word “heritage” was commonly used only to describe an inheritance that an individual received in the will of a deceased ancestor or bequeathed when dead to descendants (Graham et al., 2000). However, such a conception is positively tribal and, in an increasingly globalised yet, in many cases, nationalistic world, and in light of the rise and fall of global empires and the redefinition of boundaries, whose heritage is whose? How are the legacies of inheritance traced to include or exclude particular groups?

Urban Geography’s dialogue with heritage concerns itself with “the ways in which we use the past now, or upon the attempts of a present to project aspects of itself into an imagined future” (Graham et al., 2000:4). Its concern, therefore, is not only in the heritage object itself, but in the ways in which it is inserted physically and symbolically into the territory, the city, the nation. Heritage, considered as part of (urban) fabric; as part of place and space from which it should not be dissociated (although in the age of mass media consumption this can happen). The focus of this paper is heritage values - the valuing of heritage assets – when those responsible for their construction have lost or withdrawn from a territory, or no longer exist, so that heritage cannot be passed down from father to son.

This paper explores, with reference to examples across the Balkan region, a number of issues relating to the treatment and value of contested heritage. It will briefly explore the original function of this heritage; its varied use through time; and how it has been rejected or adapted for use in the period since independence period. The questions arising from this include, what is Ottoman heritage, how can it be evaluated, to whom does it belong, who is able to identify with and claim it now (Hall, 1999; Hartmuth, 2008; Bethencourt, 2015) and, ultimately, what explains its differing levels of statutory value?

Ottoman Bridges and the politics of heritage value

The Balkan peninsula, throughout history, has often been thought of in itself as a ‘bridge’, a ‘crossroads’, or a ‘border’ – a peripheral region between East and West; Europe and Asia physically and culturally (Scopetea, 2003). At its expansionist apex, during the fifteenth and sixteenth centuries, the Ottoman Empire consolidated its strategic presence on the Balkan peninsula with a strong militaristic presence supported by a comprehensive road network. Such an imposition would help the ‘Sublime Ottoman State’ spread Islam in the region (Minkov, 2004) as the project’s moral justification. A programme of masonry bridge-building facilitated this territorial integration. Many of these bridges were designed by Imperial architect Mimar Sinan (c. 1488-1588) and his students, responding to the different and challenging landscape conditions across different parts of southeast Europe. If a similar building programme occurred across the region, then surely logic dictates that each ensemble should enjoy similar levels of statutory protection?

This depends on a variety of factors involved in establishing a Heritage Value, and various schemata have been developed over the years in an attempt to standardise and make comparable a measure of valuing heritage assets and ensembles. As Pye (2001:57) proposes, it is “the meanings and values attached to objects... [that] provide the very reason for conservation”. Some suggest that “societies retain objects because they have value for the members of that society” or that they “are preserved because they have [intrinsic] values” (Appelbaum, 2007: 86). The value societies place on heritage assets, at least in theory, has a positive correlation with the asset’s survival; so much so that while sometimes dismissed as ‘relativistic’, actually “value has always been the reason underlying heritage conservation” (de la Torre, 2002: 3). But what happens when a heritage asset is suddenly or over time

disconnected from the socio-political culture that created it in the first place? How are its values affected? What, therefore, are the inherent values of this heritage? And how can we escape the noise of discursive relativity when it comes to heritage assets?

The legacy of occupation has, at times, left festering wounds that the successor society wishes to expunge from its urban memory. Often, the first items to be jettisoned after regime change are those statues and monuments most imbued with the symbolic aura of the ‘foreign’ power. The built environment remains but may never be able to divest itself fully of its symbolic associations; those memories that become inseparable from physical structures in its interpretation. The Ottoman legacy in the region is often associated with “stagnation, backwardness and tyranny” (Sugar, 1977; Banac, 1984; Kitromilides, 1993; Kostis, 2005), with the ‘Ottoman Yoke’ causing cultural subjugation and the imposition of ‘foreign’ forms. But as Françoise Choay (1992) notes, architecture is one of the most important means through which to keep alive our bonds with the past, to which we owe our identity and it is part of our being. But what happens if this past is either too painful or penetrates too deeply into our constructed group identity? What if we don’t want to remember or, indeed, have selective memory of better times when we were on top?



Figure 12 - The dismemberment of the European Ottoman Empire following the Treaty of Berlin (1878) (Source: Labberton, 1884)

Whether or not the Ottoman Empire was a colonial endeavour as per the European models is an ongoing debate (Hajdarpašić, 2008; Hartmuth, 2008), and while successor states appear to carry some post-colonial baggage, ‘decolonisation’ is no longer a living issue given the Empire’s collapse a century ago. As Bethencourt (2015:138-9) notes, the problem of heritage is that it is not consistent, or at least not necessarily interpreted consistently by different peoples: heritage results from different levels of construction, production of meaning and collective identity in which native resistance and affirmation of post-independence national identity are inserted. Heritage for a foreign dominating power is not necessarily collective heritage for successor populations.

These processes, though, are not necessarily new. Such processes can be traced through the incorporation of the material remnants of Antiquity into the building of nations, and of the very fabric of the city (Carbonara, 1997). The very act of development in the case of Ancient Greece and Rome - the pattern of colonisation of these societies – has visible legacy in current urban form and networks across Europe, and their respective spheres of influence can be deciphered. The network of coastal cities developing autonomously yet connected to the mother city, and with an outward-looking yet defensive face are typical of the Greek sphere (Graham, 1964); while in the Roman case a more land-based complex integrated network became typical (Bethencourt, 2015). The Theodosian Divide of the fourth century added an additional dynamic to this pattern, with the Greek influence in the region later due to its dominance over Constantinople as the Byzantine capital. The Ottomans, who saw themselves as successors to the Empires of Antiquity (Karpát, 1974; Brown, 2006), while seeking to spread Islam through Europe, also sought to rebuild, restore and rehabilitate ancient route networks (e.g. the Roman-built Via Militaris to Constantinople). Indeed, why reinvent the wheel when the foundations of a perfectly good road and bridge network already exists?



Figure 2 - Strategic Roman Roads traversing the Balkans (Source: Holzner, 2014:12)

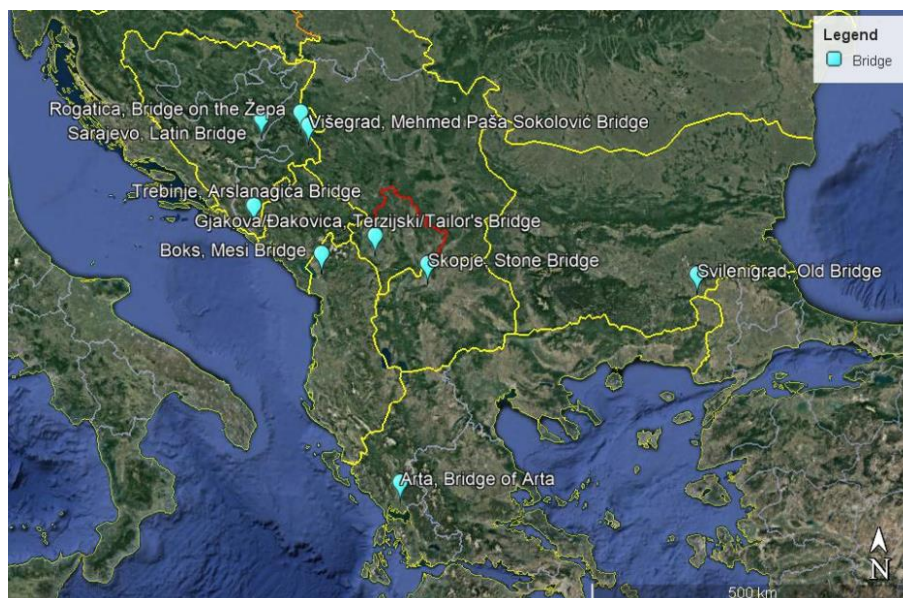


Figure 3 - Case Study Bridges

Of the dozens of Ottoman-era bridges and pontine landscapes across the region, my focus here is on the group identified in Figure 3, on the basis of the greater availability of documentary evidence relating to architectural and historical significance, policy protection and wider writing.

While these assets are spread across the region, this article presents a Bosnia-heavy selection due to extensive evidence-gathering and restoration projects there following the Yugoslav wars.

To investigate the intrinsic value of this heritage, amid layers of discursive meaning, some meta-categories of analysis – relating to questions of What, Where, Why, Who and How – have been adapted from the Historic Urban Landscape system of interrogating heritage value. This approach explores an intersecting range of political, economic, social and environmental values through interrogating heritage assets with questions with a broad range of what, where, who, why and how questions (Veldpaus, 2015). Beyond the standard value categories of historical, archaeological, evidential and communal value, these are addressed in the following crude questions:

Why is it there – what was the original reason for its construction and, if it has been relocated, why? What is it? What type of bridge is it? Where is it? Who built it? What interventions/ adaptations have been carried out over time? Whose bridge is it? Who identifies with it or claims it? Who manages it (formally or informally), and what is its status? How is the bridge/landscape interpreted (Ottoman, other historical, or even mythological associations)?

Why does the asset exist? Raison d’être: history and myth

As highlighted above, the initial construction of the study bridges occurred for one or more of a limited number of reasons, as follows:

1. A charitable donation by a local patron, usually an Ottoman official, with (Sarajevo; Skopje; Svilengrad; Višegrad) or without a wider ensemble of public works
2. Community-built and funded (Gjakova; Mesi)
3. Constructed specifically for the collection of tolls (Trebinje; Gjakova)
4. Formed part of the strategic (Višegrad; Svilengrad) or branch network (all cases) of the Empire
5. Built on the footprint/alignment of an older/ancient bridge (Skopje; Arta)

None of these categories can be considered uniquely “Ottoman”, inasmuch as bridges, and roadside stopping places, were built across Europe and indeed the world for the same reasons since at least the times of the Romans (Murray, 1925; Booth et al., 2008). Although the specific highly centralised composition of the network required a highly effective road network; and the specifically Ottoman instrument for urban development – the vakif – meant that pious foundations and endowments were particularly important to the development of towns and villages (Hartmuth, 2008).

Beyond this, it is historical narrative and myth – often inscribed into the stones themselves – that sustains (Ottoman) symbolic identification. The chronogram, or foundation stone, recording the (re)building of the bridge is often found on the middle section of a bridge (the ‘kapija’) and is written in Turkish verse. Some of these were moved to museums (Sarajevo); some were reconstructed following vandalism (Višegrad); some were recovered following archaeological excavation (Svilengrad); while others remain in situ (Gjakova).

Todorova (1996:180) notes that “probably the most striking feature of the dominant discourses in the different Balkan countries is the remarkable similarity between them and the amazing continuity over time”. This certainly appears to be the case in relation to foundational narratives, or myths, regarding the origin of pontine structures and landscapes. Mythology is a common mechanism through which physical structures become assets of communal heritage value (McDowell, 2008), transcending a utilitarian structure to the symbolic plane. As Rossi (1984) notes, foundation mythologies imbue urban spaces with a cosmic morphology, linking the past and the future in a shared collective memory and, therein, bestowing on it a “soul”. Of course, an entity with a soul certainly has a value.

These study bridges have three types of myths associated with them, as follows: 1) the sacrifice of the innocents; 2) jealousy and vengeance; and 3) the freedom fighter. All of these, however, have a common root in establishing the historic value of these assets.

The first, the sacrifice of the innocents, is the most common. Generally, the story is that upon initial construction of the bridge, each night the previous day’s progress will have been undone and foundations would collapse. The only solution to this, obviously, is a human sacrifice. In the case of Arta, the Head Builder sacrifices his wife and builds her in to the structure. Other women said to have been built into the bridge at Svilengrad (Parpulova, 1984). At Višegrad, baby twins are interred into different pillars, given the correlation between infants and structural stability. A hole is left for their mother to feed them through, and salts leaching from the stones are explained as milk residue (Andrić, 1945; Aleksić, 2013).

In terms of the second type, the ladies interred in the bridges were, naturally, annoyed about their fate, and muttered curses on their bridges which would be triggered only by ne’er-do-wells. Such mythological discipline at Višegrad is meted out by a “Black Arab” – a stranger, who resides “in a great room” and a “gloomy hall” within the bridge, brings only woe and death to those who see him (Andrić, 1945).

Further cursing of the Svilengrad Bridge was cast by Emperor Süleyman I. Upon its inauguration, he wished to purchase the bridge from its patron. However, the patron neither wanted to sell nor to dishonour his ruler, and so he committed suicide as the most dignified way out of the situation. Süleyman was not happy (Trankova et al., 2012).

Tales of jealousy and competition surround the construction of the Žepa and Mesi bridges also, but these stories reinforce the beauty and art in their respective structures, as well as serving as a tool for social discipline (Aleksić, 2013). Note that these two are both the same type of bridge, with odd numbers of arches, and spans increasing in size from riverbank, which may provide an insight as to which types of bridges were historically thought of as more artful or complex.

The third category is less universally Balkan and is more embroiled in the development of nationalist narratives. For example, despite the bridge in Skopje being built much later, it is very much associated with the figure of Stefan Dušan, ruler of Greater Serbia in the fourteenth century. Rather more recent is the association of the Latin Bridge in Sarajevo with Gavrilo Princip and the assassination of Archduke Franz Ferdinand, which occurred on its left bank. While it is no longer referred to as the Princip bridge, this historical event has mythologised the bridge.

These myths, common across the study bridges, constitute a type of collective experience that transforms the physical urban form into a cosmic one (Lynch, 1981:79; Rowe, 1997; Rykwert, 1976), that becomes intrinsically associated with these physical structures and the ways in which they are experienced and valued. These myths and stories become part of the intrinsic value of heritage assets, constituting a key component of their historic value, and are standardised at least across the region. Why, then, do these assets benefit from such different levels of statutory protection and value?

‘What’ is the heritage asset; where is it; and who built it?

It seems that all Ottoman-era bridges were of three basic types: (a) continuous arches of similar or almost similar dimensions [Sarajevo; Skopje; Gjakova; Višegrad] (b) odd number of arches, with spans increasing in size from riverbank (largest single span the middle) [Žepa; Meši] (c) even number of arches, with arches increasing in size from riverbank (largest pier in the middle) [Trebinje; Svilengrad] (Baykan et al., 2011). They are in the main built from calcareous stone – tufa, travertine or limestone.

Standardisation, at least in the western part of the Empire, then, as a dominant feature of Ottoman urbanism, “which has left a remarkably similar built environment in a vast region between Ankara and Banja Luka” (Hartmuth, 2008:699). Indeed, the idea of a specifically Ottoman (or Turkish) style of architecture or urbanism has been debated through the years. While Viollet Le-Duc perceived its style as a branch of Persian and Arabic (Viollet Le-Duc, in Parvillée, 1874), it was Goodwin (1971:6) who highlighted it as “a style in its own right. Like all creative art anywhere, Ottoman architecture was derivative and acknowledged no frontiers: it fed on the compost of other cultures in order to develop its own individual style. It was finally killed by nationalism.”

The study bridges were all constructed along the strategic road network of the Empire, through the endowments of Ottoman officials with Balkan origins (most famously in the construction of the bridges at Svilengrad and Višegrad); smaller and less ostentatious types were constructed pragmatically by local officials to connect the strategic network (i.e. the Žepa bridge); or were complements to charitable roadside endowments that caused the foundation of strategic urban settlements and, therefore, these bridges should be understood as part of the same process of development (i.e. at Skopje, Svilengrad and Trebinje).

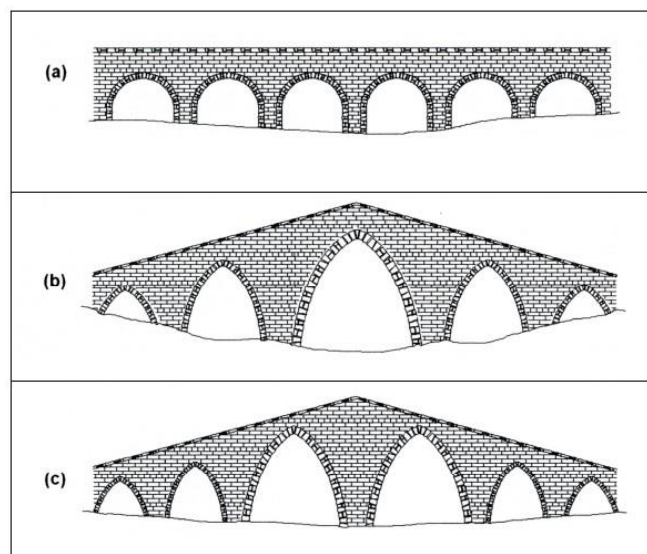


Figure 13 - Basic types of Ottoman Bridges - (a) continuous arches of similar or almost similar dimensions; (b) odd number of arches, with spans increasing in size from riverbank (largest single span in the middle); (c) even number of arches, with arches increasing in size from riverbank (largest pier in the middle) (Source: Baykan *et al.*, 2011)

In all cases, though, we can understand these bridges through the frame of Ottoman urbanism. Whether or not these bridges were built as part of a wider built urban ensemble, they always formed part of wider development patterns, allowing Ottoman regulation to penetrate an area with its implications for built form. Following Rossa (1997), who describes regulated urbanism as a means of territorial occupation, we must distinguish between urban and rural interventions, since the scope of intervention is qualitatively (and in the case of the Žepa

Bridge, quantitatively) different. In general terms, though, these bridges are urban, attached to a Caravanserai (waystation) or not, but always part of an urbanising route network.

Supported by the standardisation of forms, materials and typologies across the region and their establishment on ancient footprints (i.e. at Skopje) and invoking the ancient tradition of highway waystations, these bridges were part of the revival of Byzantium and the Ottoman claim on that history (Cameron, 2009), but following Ruskinian tradition, necessarily implanting pieces of themselves, their values and their times into this revival in this syncretic endeavour.

Restoration: What kinds of interventions or adaptations have been carried out through time

Naturally the Ottoman period in itself is not the core of our concern here. What is of concern is the value, usage and meaning of its built legacy and, to assess this more completely, it is useful to understand the changes made to these structures between then and now.

While regular maintenance is key to a structure's survival, in all cases here, there have been major interventions in the structures in the period since construction. These interventions fall into four main categories:

1. Reconstruction following natural disaster (e.g. Sarajevo; Svilengrad)
2. Reconstruction following conflict (e.g. Višegrad)
3. Relocation due to development (e.g. Trebinje; Žepa)
4. "Modernisation" (Sarajevo; Mesi; Trebinje)

Any or all such interventions have clear potential to impact an asset's heritage value. If we take Carbonara's (2012:2) idea that restoration should have "the aim of conserving and transmitting to the future works of historical, artistic and environmental interest, facilitating the reading of them while not erasing the traces of the passage of time", then, in several cases the critical act of interpretation (after Brandi, 1963) of the structure has often been missing, most notably in cases of 'modernisation'.

As functional monuments, the urban bridges were under greater pressure to modernise. For example, in Sarajevo, the original design for the Latin Bridge was rather longer, but the rhythmic pattern was interrupted in the later nineteenth century by the filling in of one of the arches on the right bank. To be able to support additional traffic, the bridge was widened with cantilevered footpaths with iron railings, necessitating the removal of the stone-slab parapet and the tarih (chronogram) commemorative inscription of its dedication.

Following damage in World War II, the arch of the bridge in Trebinje was restored with concrete prior to its removal and reconstruction in 1966; while recent repairs to the Mesi Bridge involved filling the spaces of missing stones with concrete, which is not in accordance with conservation charters, particularly those dealing with authenticity (cf. Venice, 1964; Nara, 1994), or best practice.

Another facet in this section involves non-structural interventions, at least in the sense that there is no material impact on the bridge structure itself. Development in the setting of a bridge can have an impact on its heritage value. As mentioned above, two bridges have been relocated, and many others – even the celebrated bridge at Višegrad – have been undermined as a result of upstream hydroelectric projects. Whereas the solution in the mid-twentieth century prioritised power generation and "modernisation", more recent decisions have prioritised heritage integrity. International campaigns, notably "Save the Blue Heart of Europe", seeks to provide alternatives for regional sustainable development that do not compromise the Balkans' river as heritage assets in themselves (Euronature/Riverwatch, 2015).

In other cases, these bridges have been treated as venerated monuments that sit alongside but are no longer part of the modern city. The recent regeneration scheme for Skopje, the Skopje 2014 urban renewal project, saw improvements and intervention in five of the six bridges in the city, with the sole exception of the Stone Bridge (Kapusta, 2019). This only served to exacerbate existing issues of integration and claims-making over heritage, over the use of heritage as monumental sites of national and cultural ritual, and raises important issues about belonging and identification with regard to heritage and heritage value-making.

Belonging: To whom does this heritage belong? Who identifies with it or claims it?

Returning to Skopje, the very political administration of the city makes integrated heritage rehabilitation rather difficult with regard to bridges. Administrative boundaries run through the Vardar River with one district – Centar – in receipt of significantly higher investment (incidentally it is home to a Macedonian majority) than the Čair district, where the initial Caravanserai was founded by the Ottomans (nowadays with an Albanian majority). While nation-building did occur in this region in the nineteenth century with the concentration of particular groups in particular territorially-bound creations – the nation state – the fall of Yugoslavia, a reasonably pluralistic nation, seemed to have resulted in another round of this process in the Balkans. The Albanian Muslim population, resident in Skopje for generations, has become an unwanted foreign presence. The Albanian dominance in the Čair district casts the Old Bazaar (Čaršija) area also as an Islamic imposition (Ragaru, 2012). While the Stone Bridge should be read as part of the integrated development of Skopje as an urban centre, today it constitutes a battleground between co-located groups as each embellish their sides of the bridge with increasingly demonstrative commemorative monuments to their respective tribal leaders, holding the bridge hostage. While Riegl (1903, in Choay, 2010), distinguishing between ‘monuments’ and ‘historic monuments’, notes that a monument only retains value inasmuch as it continues to be used, the threats in Skopje are multiple. The bridge in its context constitutes a battleground for culture wars between opposing tribes; paradoxically, however, it is actively fetishized as something untouchable, as something that does not form part of the modern city, as being wholly excluded from Skopje’s strategic planning projects (Kapusta, 2019).

Throughout the region, what are the processes, then, that transfer the value of heritage assets between groups? This is not an uncommon process – the European territory is littered with Roman monuments, duly valued and maintained, yet no one outside of the Italian capital would today call themselves Roman. This process can involve the destruction of ‘foreign’ elements but generally involves the ‘Nostrification’ (Hartmuth, 2008) of assets. As noted above, the standardisation of development styles during the Ottoman period helps with this, somewhat, as does the fact that benefactors generally had local connection, and the labour force, and even Mimar Sinan himself is likely to have been local/ethnically Balkan Christian (Egli, 1976, Fletcher, 2005; Rogers, 2006). In the Bulgarian case, as Hartmuth (2008) relates, Ottoman-era construction has commonly been defined as “the ‘uncultured’ Turks” thriving on Bulgarian constructive and artistic genius (Vasiliev, 1965). Through this logic, monuments of this period demonstrate the development of Bulgarian, rather than Ottoman, national culture.

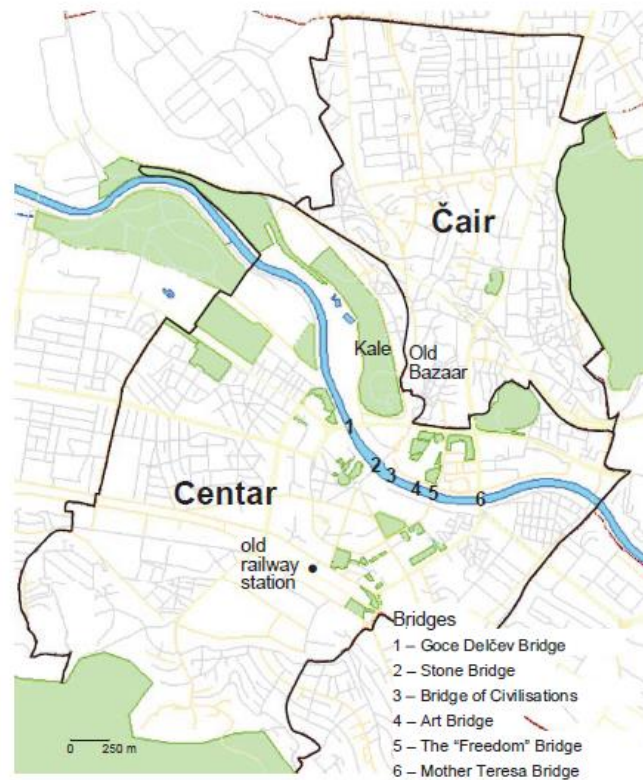


Figure 14 - Bridges and Administrative Boundaries in Skopje, North Macedonia (Source: Kapusta, 2019:91)

Responsibility and Management

In each country, the responsibility for the oversight of each study bridge is that of the relevant department within the Ministry of Culture. The level of evidence, strategic and detailed planning publicly available in each nation state, however, is not proportionate to relative levels of development or income. The Bosnian Commission for Preservation of National Monuments, and Kosovo's Ministry of Culture offer a significantly more comprehensive and transparent set of detail and planning for heritage assets; while the National Register of Historic Monuments in Albania has been updated over the past few years as a survey work has informed the reclassification of each monument in the country to include their settings following the historic urban landscape approach to conservation (Ministria e Kulturës, 2017). On the other hand, records for Greece are largely Hellenistic Antiquity-focused, while those in North Macedonia have yet to be digitised.

Few government departments in any country are able to safeguard numerous heritage assets alone, and financing involves a network of alliances and their associated power relations. Recent national reconstruction with international support can explain – without prejudice – the completeness of the Bosnian and Kosovan agencies. But a complex tapestry of situational management is unfolding with regard to Ottoman-era heritage. However, it is “situational” only within a set of inherited parameters; if you like, a series of standardised ‘scripts’ and ‘codes’ (Horton, 2003) for as both Todorova (1995) and Cupea (2012:123) note, Ottoman heritage is “built around the speech of Balkanic nationalisms”, yet these are subject to the agendas, for better or worse, of external forces.

Since the 1990s, the Turkish International Cooperation and Development Agency (TİKA) has financed projects involving the rehabilitation of Islamic heritage in the Balkans,

particularly Mosques, and in large part these projects have been linked with the United States Ambassadors Fund for Cultural Preservation (Luke, 2013). These projects have generally been focused in Bosnia in its post-conflict reconstruction. Most recently, between 2012 and 2016, it was this mechanism through which the structural repairs to the Žepa bridge were completed (Sarajevo Times, 2016 October 5), although this has been a clear departure from TİKA focus on religious buildings. As Luke (2013:350) notes, this strategic decision by the Republic of Turkey weaves “cultural heritage programs into foreign policy as part of a larger agenda to increase its presence (and thus influence) abroad, notably under the arc of former Ottoman territories”.

For the first time, in 1999 a conference entitled “7 Centuries of Ottoman Architecture: “A Supra-national Heritage”, convened in Istanbul. This conference addressed a broad range of issues, but noted that, “Turkey is the chief protector of this situation, and has to be so since Turkey is a Balkan country and the most powerful of all. Turkey was born from the ruins of the Ottoman State. It is only natural that Turkey is interested in the heritage [and] this interest should be an important mission of the Turkish Republic” (Soysal, 1993; Sezgin, 1999). Such a statement is in direct opposition to previous positions that Turkey was emphatically not the successor state to the Ottoman Empire (İnalçık, 1993) but supports accusation of Neo-Ottomanism directed at Turkey’s government at the beginning of the twenty-first century (e.g. Walton, 2010). In such a scenario, heritage becomes diplomatic capital as Erdoğan pledged, referring to Balkan Christians as an ‘othered’ group, to “respect their houses of prayer only as much as they respect ours” (quoted in Bora, 1999).

On the other side, the EU and EEA are major partners and provide project funding for a range of restoration work. In 2016 a €1million rehabilitation project was completed on the Svilengrad Bridge, in partnership with the municipality. And in 2014, the organisation Cultural Heritage Without Borders (CHWB) – financed by the Swedish, British, American and Dutch Governments, and the EU, was the key partner in the emergency restoration of the Terzijski Bridge at Gjakova (CHWB, 2014).

Heritage has a strong ability to affect and be affected by symbolic geographies of power, and heritage programmes themselves can be politically charged with claims of cultural sovereignty beyond nation state boundaries (Luke, 2013). These bridges constitute cultural, political and social capital that, while located in one particular place, remain both physically and symbolically connected to a much wider route network; while individual projects reflect geopolitical priorities.

Still, however, there are many sites – the Mesi Bridge in Albania is an example of this – which remain neglected and mistreated. The idea of ‘dissonant heritage’ (Tunbridge and Ashworth, 1996) refers to the active process of acceptance or rejection of the inheritance of earlier periods. In the Balkans, such a process has occurred in recent decades, with heritage used “for the construction and reconstruction of identities, as inspiration for poetics and politics of representation (victimization, denials, megalomania, etc.), [and] as part of the ethnic-based cultural policies that offered nationalistic visions of cultural development” (Šešić & Dragojević, 2014:12).

Conclusion

This paper explored Ottoman-era pontine heritage in the Balkans, asking what is Ottoman heritage, how can it be evaluated, to whom does it belong, who is able to identify with and claim it now (Hall, 1999; Hartmuth, 2008; Bethencourt, 2015) and, ultimately, asking what explains its variable level of statutory value?

While no two assets are exactly the same, UNESCO listing of the Stari Most and its setting in Mostar in 2005, and the Mehmed Paša Sokolović Bridge, Višegrad in 2007, provide benchmarks against which the value of Ottoman-era bridges can be assessed. In summary, the first is listed based on its restoration, or ‘renaissance’, following its destruction in the Yugoslav war. The second on the basis of its strategic geopolitical location and as an exemplar of the Ottoman ‘classical age’. As demonstrated here, however, these broad and loose categories could equally apply to other Ottoman-era bridges in the region, but UNESCO listing raises heritage assets that are locally undervalued or at risk, beyond the nation state. But the intrinsic value of these assets appears to be equivalent across the Balkans— each bridge was built for the same few reasons, out of similar materials, in the same narrow range of styles, and with similar founding mythologies.

The politicized nature of the UNESCO classification process and concludes that nomination is tied to the “thick history of national narratives conveyed through the nation-states’ self-display of its heritage canon” (Atakuman, 2010: 127). But if jealousy and competition form the foundational myths of some of these bridges, perhaps the designation of Mostar and Višegrad can generate a more universal evidence-based appreciation of the value of a wider range of Ottoman-era assets in nations struggling with their sense of self and identity. Apart from at Višegrad, only the Mesi bridge in Albania incorporates the historic urban landscape approach (2011) into its management strategy, and even then, it is unclear how this works in practice, partly due to the nature of the HUL approach itself as a data gathering endeavour.

This article has demonstrated that there are clear categorical similarities between heritage values on a variety of aesthetic, historical, evidential, communal measures, with comparable significance to those values elevated by UNESCO to World Heritage status.

To this end, I offer two timely recommendations. The first is that a transnational and interdisciplinary research project into Ottoman-era heritage in the Balkans, that transgresses national and ethnic interests, would be timely, as the damage of ‘de-Ottomanization’ (Hartmuth, 2008) discourses in the region has become apparent. Such a project would complement ongoing research on transnational and postcolonial heritage elsewhere (Rossa, 1997; Bethencourt, 2015; Rossa, 2015) and increase understanding of the urban management of multi-layered cities. Such a project could take the form of CES/UC’s Portuguese Heritage around the World (Patrimónios de Influência Portuguesa) research programme, and there really is some link here with Portugal itself since there was a sizeable Sephardi migration to the Balkans following the Inquisition (Schwartz, 2005).

The second recommendation is that work emerging from this project can form an evidence base for a standardised approach to safeguarding heritage across the region, including a specific focus on shared values, to be administered through supranational partnership between Ottoman successor states in the Balkans. Heritage assets should not have to await a war and destruction for their universal value to be acknowledged. Heritage can and should serve a purpose in healing and facilitating communication.

References

Aleksić, Tatjana (2013), *The Sacrificed Body: Balkan Community Building and the Fear of Freedom*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

Andrić, Ivo (1945), *The bridge on the Drina*. Belgrade: Dereta, 2011.

Appelbaum, Barbara (2007), *Conservation Treatment Methodology*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Atakuman, Çiğdem (2010), “Value of heritage in Turkey: History and politics of Turkey’s world heritage nominations”, *Journal of Mediterranean Archaeology*, 23(1), 107–132.

Banac, Ivo (1984), *The National Question in Yugoslavia: Origins, History, Politics*. Ithaca: Cornell University Press.

Baykan, Orhan; Alkan, Ahmet; Özdemir, Yalçın; Baykan, Nesrin & Öziş, Ünal (2011), “Ottoman Masonry Bridges in Anatolia and the Balkans”. International Balkans Conference on Challenges of Civil Engineering. 19-21 May 2011, Tiranë: EPOKA University. Consultado a 25.04.2019 em <http://dspace.epoka.edu.al/bitstream/handle/1/526/316-1541-1-PB.pdf?sequence=1>

Bethencourt, Francisco (2015), “Colonização e pós-colonialismo: As teias do património”, in Walter Rossa & Margarida Calafate Ribeiro (orgs.), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 121-148.

Booth, Paul; Bingham, Anne-Marie & Lawrence, Steve (2008), *The Roman Roadside Settlement at Westhawk Farm, Ashford, Kent: Excavations 1998-9*. Oxford: Oxford Archaeological Unit.

Bora, Tanil (1999), “Istanbul of the Conqueror: The "Alternative Global City" Dreams of Political Islam”, in Çağlar Keyder (org.), *Istanbul: Between the Global and the Local*. Oxford: Rowman & Littlefield, 47-58.

Brandi, Cesare (1963), *Theory of Restoration*. Florence: Nardini, 2005.

Brown, Leon Carl (1996), *Imperial legacy: The Ottoman imprint on the Balkans and the Middle East*. New York: Columbia University Press.

Cameron, Averil (2009), *The Byzantines*. Oxford: Wiley-Blackwell.

Carbonara, Giovanni (1997), *Avvicinamento al restauro*. Napoli: Liguori.

Carbonara, Giovanni (2012), “An Italian contribution to architectural restoration”, *Frontiers of Architectural Research*, 1, 2–9.

Choay, Françoise (1992), *A alegoria do património*. Porto: Edições 70, 2010.

CHWB – Cultural Heritage without Borders (2014), *Cultural Emergency Response program for 3 cultural heritage sites in Kosovo*. Consultado a 14.04.2019 em <http://chwb.org/kosovo/activities/cultural-emergency-response-programme-three-cultural-heritage-sites-kosovo/>

Cupea, Adriana (2012), “The Ottoman heritage in the Balkans”, *Brukenthalia - Romanian Cultural History Review*, 2, 121-138.

Egli, Ernst (1976), *Sinan: Der baumeister osmanischer Glanzzeit*. Erlenbach/Stuttgart: Rentsch.

Euronature/Riverwatch (2015), *Save the blue heart of Europe*. Consultado a 15.04.2019 em <https://balkanrivers.net/>

Fletcher, Richard (2005), *The cross and the crescent: Christianity and Islam from Muhammad to the Reformation*. London: Penguin.

Goodwin, Godfrey (1971), *A History of Ottoman Architecture*. London: Thames and Hudson.

Graham, Alexander John (1964), *Colony and mother city in ancient Greece*. Manchester: Manchester University Press.

Graham, Brian; Ashworth, Gregory. J. & Tunbridge, John. (2000), *A geography of heritage: Power, culture, economy*. London: Arnold.

Hajdarpašić, Edin (2008), “Out of the Ruins of the Ottoman Empire: Reflections on the Ottoman Legacy in South-Eastern Europe”, *Middle Eastern Studies*, 44(5), 715-734.

Hall, Stuart (1999), "Whose heritage? Un-settling 'the heritage', re-imagining the post-nation", *Third Text*, 13(49), 3-13.

Hartmuth, Maximilian (2008), “De/constructing a 'Legacy in Stone': Of Interpretative and Historiographical Problems concerning the Ottoman Cultural Heritage in the Balkans”, *Middle Eastern Studies*, 44(5), 695-713.

Harvey, David (1989), *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell.

Holzner, Mario (2014), *The Effects of Highway Construction in the Balkans: Insights from the Via Militaris*. Nº 112. Vienna: The Vienna Institute for International Economic Studies (wiiw).

Horton, Dave (2003), “Green distinctions: the performance of identity among environmental activists”, *The Sociological Review*, 51(2), 63-77.

Kapusta, Armina (2019), “The Vardar river as a border of semiosphere – Paradox of Skopje Regeneration”, *Geographia Polonica*, 92(1), 83-102

Karpat, Kemal Haşim (1974), *The Ottoman State and Its Place in World History*. Leiden: Brill.

Kitromilides, Paschalis (1993), “Modernization as an Ideological Dilemma in South-Eastern Europe: From National Revival to Liberal Reconstruction”, *Southeast European Yearbook 1992*. Athens: ELIAMEP.

Kostis, Kostas (2005), “The Formation of the State in Greece, 1830–1914”, in Faruk Birtek & Thalia Dragonas (orgs.), *Citizenship and the Nation-State in Greece and Turkey*. London: Routledge, 18-36.

ICOMOS (1964), International Charter for the conservation and restoration of monuments and sites. ICOMOS. Consultado a 16.04.2019 em http://www.international.icomos.org/charters/venice_e.pdf

ICOMOS, UNESCO and ICCROM (1994), Nara Document on Authenticity. Consultado a 16.04.2019 em <http://www.international.icomos.org/charters/nara-e.pdf>

- İnalçık, Halil (1993), “The Turks and the Balkans”, *Turkish Review of Balkan Studies*, 1, 9-42.
- Labberton, Robert Henlopen (1884), *An Historical Atlas: A Chronological Series of One Hundred and Twelve Maps at Successive Periods*. New York: Townsend MacCoun.
- Luke, Christina (2013), “Cultural sovereignty in the Balkans and Turkey: The politics of preservation and rehabilitation”, *Journal of Social Archaeology*, 13(3), 350–370.
- Lynch, Kevin (1981), *Good City Form*. Cambridge: MIT Press.
- McDowell, Sara (2008), “Heritage, Memory and Identity”, in Brian Graham & Peter Howard (orgs.), *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. Abingdon: Ashgate, 37-53.
- Ministria e Kulturës (2017), *Lista e zonave të mbrojtura – Qarku Shkodër*. Tiranë: Ministria e Kulturës, nr. 755/ dt.23.11. 2017.
- Minkov, Anton (2004), *Conversion to Islam in the Balkans: Kisve Bahas Petitions and Ottoman Social Life, 1670-1730* (Vol. 30). Leiden: Brill.
- Murray, George William. (1925), “The Roman roads and stations in the Eastern Desert of Egypt”, *The Journal of Egyptian Archaeology*, 11(1), 138-150.
- Necipoglu, Gülru (2007), *The Age of Sinan: Architectural Culture in the Ottoman Empire*. London: Reaktion Books.
- Parpulova, Lyubomira (1984), “The Ballad of the walled-up wife: notes about its structure and semantics”, *Balkan studies*, 25(2), 425-439.
- Pye, Elizabeth. (2001), *Caring for the past: Issues in Conservation for Archaeology and Museums*. London: James & James.
- Ragaru, Nadege (2008), “The Political Uses and Social Lives of “National Heroes”: Controversies over Skanderbeg’s Statue in Skopje”, *Südosteuropa*, 56 (4), 522-555.
- Rogers, John Michael (2006), *Sinan: Makers of Islamic Civilization*. Oxford: I.B.Tauris.
- Rossa, Walter (1997), *Cidades indo-portuguesas: contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Rossa, Walter (2015), “Urbanismo ou o discurso da cidade”, in Walter Rossa & Margarida Calafate Ribeiro (orgs.), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 477-519.
- Rossi, Aldo (1984), *The Architecture of the City*. Translated by Diane Ghirardo and Joan Ockman. Cambridge: MIT Press.
- Rowe, Peter (1997), *Civic Realism*. Cambridge: MIT Press.
- Rykwert, Joseph (1976), *The Idea of a Town: The Anthropology of Urban Form in Rome, Italy and the Ancient World*. London: Faber & Faber.

Sarajevo Times (2016, October 5), Reconstruction of the National Monument – Bridge on River Žepa have started. Consultado a 15.04.2019 em <http://www.sarajevotimes.com/reconstruction-national-monument-bridge-river-zepa-started/>

Schwartz, Stephen (2005), *Sarajevo rose: a Balkan Jewish notebook*. London: Saqi.

Scopetea, Ellie (2003), “The Balkans and the Notion of the Crossroads between East and West”, in Dimitris Tziouvas (org.), *Greece and the Balkans: Identities, Perceptions and Cultural Encounters since the Enlightenment*. Aldershot: Ashgate, 171-178.

Šešić, Milena Dragičević & Dragojević, Ljiljana Rogać (2014), “Balkan Dissonant Heritage Narratives (and Their Attractiveness) for Tourism”, *American Journal of Tourism Management*, 3(1B), 10-19.

Sezgin, Haluk (1999), “The Cultural Heritage of the Ottomans in the Balkans”, in Nur Akin; Afife Batur & Selçuk Batur (orgs.), *7 Centuries of Ottoman architecture: “A Supra-national heritage”*. Istanbul: YEM Yayın, 357-64.

Soysal, İsmail (1993), “Günümüzde Balkanlar ve Türkiye’nin Tutumu”, *Balkanlar*, Istanbul, Eren Yay, 179-240.

Sugar, Peter F. (1977), *Southeastern Europe under Ottoman Rule, 1354–1804*. London: University of Washington Press.

Todorova, Maria (1995), “The Ottoman Legacy in the Balkans”, in Günay Göksu Özdoğan and Kemâli Saybaşıh (orgs.), *Balkans: A Mirror of the New International Order*. Istanbul: Eren, 55-74.

Todorova, Maria (1996), “The Ottoman Legacy in the Balkans”, in Carl Brown (org.), *Imperial Legacy: The Ottoman Imprint on the Balkans and the Middle East*. New York: Columbia University Press, 45-78.

Torre, Marta de la (2002), *Assessing the Values of Cultural Heritage*. Los Angeles: Getty Conservation Institute.

Tunbridge, John E.; Ashworth, Gregory J. (1996), *Dissonant Heritage: The Management of the Past as a Resource in Conflict*. London: Wiley.

Trankova, Dimana; Georgieff, Anthony; Matanov, Hristo (2012), *A Guide to Ottoman Bulgaria*. Sofia: Vagabond (2nd ed).

Vasiliev, Assen (1965), *Български възрожденски майстори: живописци, резбари, строители (Bâlgarski vâzrozdenski majstori: zivopisci, rezbari, stroiteli)*. Sofia: Izdat.

Veldpauw, Loes (2015), *Historic urban landscapes: framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance*. Eindhoven: Bouwstenen, 207.

Viollet-le-Duc, Eugène (1874), “Preface”, in Léon Parvillée, *Architecture et décoration turques au XVe siècle*. Paris: Morel.

Walton, Jeremy F. (2010), “Practices of Neo-Ottomanism: Making space and place virtuous in Istanbul”, in Deniz Göktürk; Levent Soysal & Ipek Türeli (orgs.), *Orienting Istanbul: Cultural capital of Europe?* London: Routledge, 104-119.

Património em causa. O legado colonial da política dos reordenamentos populacionais (1968-1973) no contexto rural contemporâneo da Guiné-Bissau

Francesca Vita,¹ Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
francescavita.0@gmail.com

Resumo: Durante a última década da colonização portuguesa, aceleram-se os processos de ocupação do território na Guiné-Bissau, que sofre uma violenta sobreposição por parte das estruturas coloniais na vida pública e privada da população guineense. O auge das estratégias de ocupação do território e o contacto com a população rural ocorre durante a Guerra de Independência sob o mandato do Governador-General António de Spínola (1968-1973) e através do designado plano “Uma Guiné Melhor”. O presente artigo pretende refletir sobre a prática dos reordenamentos populacionais, analisando as estratégias de implantação e os projetos de habitação-tipo executados no terreno, questionando as repercussões sociais, espaciais e económicas na vida da população nas zonas afetadas. Procura-se ainda explorar de que forma o património colonial dos reordenamentos populacionais permanece no contexto contemporâneo, questionando a relação que as populações locais mantiveram com o legado colonial construído.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, reordenamentos populacionais, António de Spínola, herança pós-colonial

Abstract: In the last decade of Guinea-Bissau colonization, the Portuguese Government accelerated the process of territory occupation. The effective occupation of the inner region and the clash with the rural population started during the War of Independence and it reached its maximum during the government of the Governor General Antonio de Spínola (1968-1973), under the program of population resettlements. The aim of this paper is to examine the military occupation strategies achieved by the regrouping and the displacement of rural population, questioning the social, spatial and economic impact on the life of the Guinean people. The impact of the resettlement plan in rural areas had been significant and resulted in detrimental effects on the life of the rural population who experienced a violent intrusion in their private and public life. Nevertheless, it is possible to observe that after the Independence the occupants did not abandoned the villages which still retain few signs of the colonial heritage.

Keywords: Guinea-Bissau, resettlements, António de Spínola, post-colonial heritage

¹ Francesca Vita (Bolonha, 1988). Licenciada em Design no Politécnico de Milão e mestre em Design de Interiores na ESAD (Matosinhos). Desde 2016 é professora da disciplina de Cultura do Habitar na ESAD e doutoranda em Arquitetura na FAUP (Porto) onde está a desenvolver uma investigação sobre a influência da colonização portuguesa na transformação do espaço doméstico na cidade de Bissau, a partir dos casos de estudo coloniais dos bairros indígenas e para os assimilados. É bolsista de doutoramento da FCT e tem vindo a divulgar as suas investigações em encontros nacionais e internacionais. Em 2015 trabalhou como investigadora na Guiné-Bissau durante 1 ano e desde então participa em projetos que cruzam o campo do design e a arquitetura, o contexto europeu e africano, o património construído e o ambiente rural.

Introdução

A partir da década de sessenta e com o irromper da Guerra de Independência na Guiné, em 1963, alteram-se as estratégias de ocupação do território por parte das autoridades coloniais, envolvendo novos atores na produção de equipamentos públicos e infraestruturas. Ao lado do trabalho das Obras Públicas cujo ritmo de concretização de projetos encolhe com o alastrar do conflito armado², impuseram-se novas exigências de carácter militar devido a uma guerra que estava a afetar todo o território da Guiné, nomeadamente as zonas rurais. Foi sobretudo sob o mandato do Governador-General António de Spínola (1968-1973) e através da designada campanha de propaganda “Uma Guiné Melhor”,³ que as estratégias de ocupação militar das regiões interiores e os contactos com as populações rurais se intensificaram.

É relevante destacar que, para as autoridades coloniais, as zonas rurais na Guiné foram sempre áreas de difícil exploração e controlo, devido a uma morfologia do território complexa caracterizada por terrenos pantanosos e uma bacia hidrográfica instável, além de uma densidade populacional baixa e uma presença de grupos étnicos extremamente fragmentados. No que se refere às últimas décadas da colonização portuguesa na Guiné, foi sob o Governo de Sarmento Rodrigues (1945-1948) e em concomitância das comemorações do V centenário da chegada dos portugueses ao território, que se “desencadeiam” uma série de intervenções aptas ao desenvolvimento não apenas da cidade de Bissau, mas também de vilas mais periféricas como Varela, Cacheu, Gabu, Bafatá, Canchungo, Mansoa e Farim (Vaz Milheiro, 2012). Nas zonas rurais, os únicos elementos físicos, marco da ocupação colonial, eram os edifícios construídos, enquanto os contactos que os portugueses tinham com as populações locais eram raros, delegando aos agentes “indígenas” – *os cipaio*s – a recolha dos impostos e outro género de atividades de controlo (Ledda, 1973).

Foi, de facto, o alastrar da Guerra de Independência que despertou a necessidade de implementar medidas para um mais eficiente controlo das regiões interiores, até então pouco intervencionadas, onde o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tinha as suas bases e se deslocava com mais facilidade podendo desfrutar do apoio das populações fora do alcance das autoridades coloniais.⁴

De acordo com António de Spínola o exército português estava a enfrentar “uma guerra subversiva” que só podia ser ganha não apenas por meio de manobras militares, mas sobretudo atuando uma política de “promoção económico-social” apta à conquista “psicológica das populações” (De Spínola, 1970: 129,86). De facto, para o exército português era fundamental ganhar o suporte das populações no meio rural, de modo a retirar ao PAIGC qualquer apoio político e logístico nas zonas de combate.⁵

Neste sentido, António de Spínola promoveu uma política de desenvolvimento rural que pretendia melhorar as condições de vida e a segurança das populações que viviam nas regiões interiores e, portanto, mais afetadas pela guerra, atuando o realojamento das mesmas em novos aldeamentos onde eram disponibilizados serviços sanitários e escolares básicos, centros de

² A terceira e última fase da colonização embora ser a mais “criativa na perspectiva da cultura arquitectónica”, é também a menos “produtiva em termos de concretização” (Milheiro, 2017: 77).

³ Para aprofundar o plano de propaganda “Uma Guiné Melhor” ver De Spínola, António (1970). *Por uma Guiné melhor*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. Rodrigues, Luís Nuno (2010), *“For a Better Guinea! Winning hearts and minds in Portuguese Guinea”*. SHAFR 2010. Vita, Francesca (2019), *“Uma Guiné Melhor”: the psychological action and the spatialization of population control in rural areas. The strategic villages in Guinea-Bissau between 1968-1973”*. Lisboa: Congresso Internacional Colonial and Postcolonial Landscapes.

⁴ De acordo com Amílcar Cabral, a luta de libertação devia começar no campo, longe dos centros urbanos que eram os locais mais subordinados ao poder colonial. (Cabral, 1974).

⁵ AHM/DIV/2/4/226, “Directiva de Propaganda nº1. Reordenamento e Autodefesa”. Bissau 30-09-1968, pp.1.

convívio, novas habitações, abastecimento de água e acesso à energia elétrica. O “Plano Director para o Reordenamento Rural” (1969) articulava-se em sete planos regionais – “chão manjaco, chão fula, chão balanta, norte, sul, ilha de Bissau e ilha de Bolama” – organizados em “planos sectoriais” que por sua vez compreendiam “planos locais”, cada um dos quais correspondia a um reordenamento (AA. VV., 1972:141). O reordenamento das populações comportava a “alteração deliberada da disposição populacional pré-existente num dado território [...] para uma área considerada, numa concentração estudada e planeada de populações dispersas”⁶. De acordo com a narrativa colonial estas medidas promoviam a proteção da população “aliada” e o melhoramento das suas condições de vida, garantindo, ao mesmo tempo, um mais eficaz controlo militar do território e das populações que nele viviam. Amílcar Cabral definiu esta prática “a política do sorriso e do sangue” (Ledda, 1973:119).

Além disso, o reordenamento das regiões interiores pretendia contribuir a travar o fenómeno de afluxo urbano das populações rurais desalojadas por causa da guerra e em busca de melhores condições de vida, que estava a atingir as periferias das principais cidades de Bafatá, Canchungo, Gabu e sobretudo de Bissau, que “se tornaram em polos de atração de rurais tribalizados ocorrendo ao mercado do trabalho” e dando “origem a uma certa satelização pela concentração de populações em povoações tradicionais desordenadamente implantadas na periferia dos escassos núcleos europeus.” (AA. VV., 1972:140).



Figura 21 - Aldeamento de Bajocunda depois da ocupação militar (anterior à 1968). [Fonte AHM/DIV/3/47/AP2/19040]

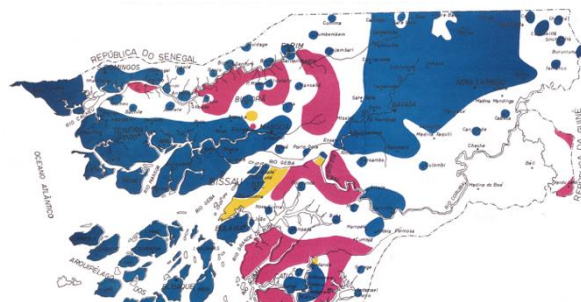


Figura 22 - Mapa da acção psicológica de 1973. Azul- controlo português; vermelho- controlo do PAIGC; amarelo- o controlo português, mas apoiantes do PAIGC. [Fonte AHM/F/A/33/54/9]

Uma tentativa de controlo territorial através a sujeição de aldeamentos tradicionais, já tinha sido implementada antes do Governo de António de Spínola e presumivelmente sob o General Arnaldo Shultz (1965-1968). De facto, antes de Spínola, o controlo do território e da população nas zonas rurais era garantido através a ocupação física dos aldeamentos tradicionais que eram cercados por fio de arame, as vezes também por vales perimetrais, e ocupados com equipamentos militares que garantiam o controlo e a “proteção” da população, sem a necessidade de deslocá-la e realojá-la em novos “aldeamentos”. Nesta fase, a distribuição dos aldeamentos assujeitados sugere uma preocupação de controlar quanto mais território possível até as áreas mais remotas (GEAEM, 2014).

Sob o Governo de António de Spínola, segundo o “princípio da concentração dos recursos” e para garantir uma “ação psicológica”⁷ mais eficaz, os assentamentos tradicionais que se

⁶ AHM/DIV/2/4/124/15, “BEng447, 2.11 Reordenamentos”, 1973.

⁷ Por ação psicológica entende-se a atuação de medidas aptas a influenciar as ideias, as crenças e o comportamento dos aliados –fortificando o seu espírito de combate–, dos neutros –persuadindo-os em apoiar a causa portuguesa– e dos inimigos, desencorajando e neutralizando as suas ações. Consultar AAVV, (1963). *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: Ministério

encontravam nas áreas mais remotas e desabitadas foram abandonados,⁸ para concentrar os recursos nas zonas mais povoadas ou em locais estratégicos para o controlo das fronteiras, como foi o caso do reordenamento de Sare-Bacar e Pirada (próximos da fronteira com o Senegal) ou de Cacine, Gadamael, Buruntuma (próximos da fronteira com a Guiné-Conakry), e das ligações fluviais, como foi o caso de Nhabijões implantado nas margens do rio Geba. O mapa da “Situação psicológica” de 1973, é bastante esclarecedora para compreender quais eram as áreas sob o controlo do exército português e, portanto, quais regiões foram maioritariamente afetadas pela política de reordenamento rural implementada por António de Spínola.⁹

Se na teoria as populações deviam-se convencer a abandonar voluntariamente as próprias aldeias tradicionais para se deslocarem nos novos aldeamentos, que aguardavam mão de obra para serem construídos, na prática era necessária uma “insistente e progressiva” ação psicológica por parte do exército apta a “influenciar as populações por forma a levá-las a desejarem ou aceitarem reordenar-se”.¹⁰ Estas operações de persuasão e realojamento nunca eram pacíficas.

As principais dificuldades com as quais os militares se deparavam eram o apego ao chão¹¹ por parte das populações e a relutância em partilhar o mesmo espaço com outros grupos étnicos. De facto, aldeamentos tradicionais que se encontravam na mesma área e que podiam pertencer a grupos étnicos diferentes eram reordenados no mesmo local. No caso do reordenamento de Nhabijões, por exemplo, as aldeias reagrupadas foram quatro: Nhabijão Cau, Nhabijão Bedinca, Nhabijão Imbume, Nhabijão Mandinga, três das quais pertenciam ao grupo Balanta, de religião animista, e uma ao grupo Mandinga, de religião islâmica. Os temas da acção psicológica a serem utilizados pelos militares, portanto, deviam adaptar-se aos diferentes grupos étnicos, às diferentes crenças e superstições, tentando convencer as populações nas vantagens em “colaborar” com as autoridades coloniais. Os meios utilizados nestas verdadeiras campanhas psicológicas eram diversos –desde palestras até sessões de cinema, propaganda via rádio ou por meio de panfletos informativos– e envolviam sobretudo os chefes tradicionais e religiosos, enquanto beneficiavam do poder de persuasão sobre a própria comunidade.¹²

Além disso, os assentamentos tradicionais estavam fortemente condicionados da proximidade dos locais de cultura tradicional (arrozais, palmares, etc.) e as populações tinham receio de perder o próprio sustentamento económico, além de perder os próprios objetos pessoais e os chefes tradicionais a sua autoridade. Uma vez que as pessoas vinham deslocadas, as aldeias tradicionais eram destruídas, para não voltar a serem utilizadas pela frente adversária ou pela própria população, apagando qualquer laço com os objetos, as casas, os lugares de culto que ligavam as pessoas ao local de origem, procedendo a um verdadeiro apagamento do património material destas comunidades.

A entidade responsável pela realização dos *reordenamentos* era o órgão militar do Serviço de Reordenamentos Populacionais que atuava em estreita relação com o Batalhão de Engenharia com sede em Bissau-Brá. Este Serviço acompanhava todas as fases de

do Exército e Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos (2016). *A conquista das almas. Cartazes e panfletos da acção psicológica na Guerra Colonial*. Lisboa: Tinta da China.

⁸ Como foi o caso de Madina de Boé, aldeia localizada na região leste, que uma vez abandonada pelos portugueses, tornou-se uma das bases mais importantes do PAIGC. Foi a Madina de Bosé que a independência da Guiné foi declarada.

⁹ AHM/F/A/33/54/9, Mapa da acção psicológica, 1973.

¹⁰ AHM/DIV/2/4/226, “Directiva de Propaganda nº1. Reordenamento e Autodefesa – Generalidades”. Bissau 30-09-1968, pp.1.

¹¹ Para muitos grupos étnicos da Guiné, chão indica o local onde uma pessoa nasce e com o qual tem um vínculo sagrado.

¹² AHM/DIV/2/4/226, “Directiva de Propaganda nº 1. Reordenamento e Autodefesa – Processos e Meios”. Bissau 30-09-1968, pp. 5.

concretização dos *reordenamentos* a começar pela escolha do local, passando pelo recenseamento da população que lá vivia, até à preparação do terreno para a implantação e por fim à concretização das habitações e dos outros equipamentos necessários. Todas as fases previam sempre o emprego de mão de obra local desde a fase de preparação do terreno até à construção das casas e dos equipamentos.¹³ Uma vez realizado o plano de reordenamento, este tinha que ser aprovado pelos Serviços de Obras Públicas que, contudo, não interferiam na idealização e concretização do projeto.

O *reordenamento* era caracterizado por uma implantação em quadrícula, a distância entre as casas era estabelecida de quinze metros e entre quarteirões de vinte metros. Os quarteirões podiam ser de três tipos, dependendo se albergavam quatro, seis ou oito casas.¹⁴

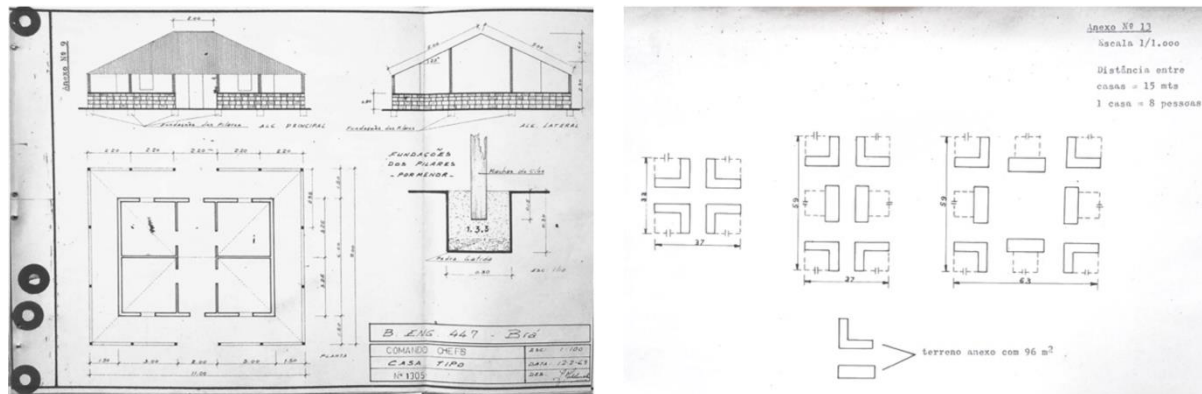


Figura 23 - Desenhos da habitação-tipo implementada nos planos de reordenamento e esquema dos quarteirões (1969). [Fonte INEP/B.1.2/13]

As habitações eram estandardizadas e podiam hospedar até um máximo de oito pessoas. O desenho da casa inspirava-se num modelo básico de habitação europeia, caracterizada por uma varanda envolvente, um espaço exterior anexo e uma planta de quatro quartos, organizados simetricamente a partir de um corredor central, um dos quais usado como quarto de banho. Existiam três diferentes variantes de casa-tipo que se diferenciavam não pela complexidade da planta, mas pela qualidade e durabilidade dos materiais utilizados. A casa-tipo 1, destinada à população, era a mais simples e tinha cobertura de colmo e chão de terra. A casa-tipo 2, destinada aos chefes tradicionais, tinha paredes exteriores rebocadas a cimento e caiadas e tinha uma cobertura de zinco. A casa-tipo 3, destinada às autoridades religiosas, era igual à casa-tipo 2 mas com chão interior cimentado.¹⁵

¹³ Não existindo ainda bibliografia pormenorizada sobre o tema, as informações técnicas no que refere a concretização dos reordenamentos, foram adquiridas durante uma entrevista (não publicada) que foi feita em data 22 de maio de 2019, juntamente com a Arq. Ana Vaz Milheiro, ao Eng. João António Leitão Simões Santos. Entre 1970 e 1971 o Eng. Santos prestou serviço militar na Guiné, sendo chamado para coordenar a concretização do reordenamento de Nhabijões.

¹⁴ INEP, B.1.2/13, “Reordenamentos-instruções”, 1969.

¹⁵ INEP, B.1.2/13, “Reordenamentos-instruções”, 1969.

Se compararmos o tipo de casa introduzido pelos militares nos planos de reordenamento com a tradicional organização das habitações e o tipo de casa construído pela população local nos aldeamentos tradicionais, percebemos o impacto que este tipo de política de organização e ocupação do território trouxe nas zonas rurais. A política militar dos *reordenamentos*, pela sua eficiência e eficácia, não considerava os múltiplos modos de vida dos diferentes grupos étnicos característicos do território guineense, nem a forma como a distribuição das habitações e outras construções refletia as relações sociais. Embora a reorganização das famílias para as novas habitações fosse livre e não costumava ser imposta pelos militares, enquanto eram os chefes tradicionais encarregados de gerir este processo, o realojamento para uma nova ordem de assentamento nunca podia corresponder à organização de um assentamento tradicional trazendo inevitavelmente uma adaptação a um modelo de vivência mais próximo dos cânones europeus. As estruturas sociais das populações autóctones, os próprios modos de vidas e hábitos que as caracterizavam tiveram que se adaptar a conceitos diferentes de habitação e comunidade como era o caso dos *reordenamentos* que se baseavam numa lógica de ordem característica dos acampamentos militares.



Figura 4 - Povoação tradicional da Guiné, Fotografia do Arq. Luís Possolo, década de 1970. [Fonte: AHU - PTDC/AUR-AQI/104964/2008]



Figura 5 - Construção do reordenamento de Nhabijões [Fonte: Acervo pessoal do Eng. Simões Santos]

Os novos aldeamentos costumavam ser implantados em proximidade de zonas de cultivo e as pessoas que lá viviam podiam aceder livremente a estas zonas, sem, contudo, poder-se afastar sem a devida autorização, o que condicionava a sua mobilidade num território previamente estabelecido. Nos novos núcleos reordenados estava também alojado o corpo militar que garantia proteção à população em caso de ataque, mas também um contacto direto e um controlo mais eficaz dos residentes. Os alojamentos dos militares eram habitações idênticas às dos chefes religiosos, embora costumavam ser dotadas de um abrigo subterrâneo em betão armado que garantia um refúgio em caso de ataque.¹⁶

¹⁶ Entrevista não publicada ao Eng. Santos (2019).

Sob o Governo de António de Spínola, foram aproximadamente construídas 8300 casas e 200 escolas e, presumivelmente, foram realizados pelo menos 110 *reordenamentos* espalhados pelo território da Guiné.¹⁷ No que se refere ao desenvolvimento dos núcleos reordenados, ainda sob o Governo de António de Spínola foram realizados inúmeros estudos de urbanização e zonamento destinados à evolução dos *reordenamentos* que “deveriam visar a transformação das suas áreas de instalação em polos de atração de populações e, simultaneamente, em polos de irradiação de progresso” (AA.VV., 1972: 141). Os planos eram organizados segundo os princípios de *zoning*, destacando as áreas dos serviços das áreas residenciais. O núcleo originário do *reordenamento* era mantido, assim como a organização em quadricula que viria a irradiar-se para as novas zonas de expansão claramente identificadas no mapa pelas “habitações a construir” e por setas que apontam para as áreas da expansão. Entre os serviços disponibilizados destacam-se, além da escola primária e do posto sanitário já existentes no *reordenamento* prévio, um centro de convívio, um centro de comércio, o mercado, um centro desportivo e recreativo. Nos planos para os núcleos maiores teriam vindo a serem disponibilizados também outros equipamentos como uma cooperativa agrícola, um centro de desenvolvimento de atividades económico ou culturais, uma central elétrica, locais de culto, entre outros (AA.VV., 1973).

Percorrendo o território atual da Guiné, atravessando as regiões interiores e cruzando os antigos núcleos reordenados,¹⁸ repara-se num sentido de ordem dado do alinhamento das

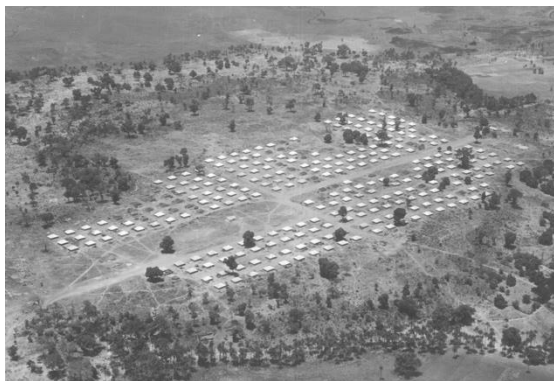


Figura 6 - Vista aérea do reordenamento de Nhabijões. [Fonte AHU - PTDC/AUR-AQI/104964/2008]



Figura 7 - Plano de zonamento do núcleo reordenado de Nhabijões. [Fonte AA.VV. (1972), “Prospectiva do desenvolvimento económico e social da Guiné”. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar]

construções, dos arruamentos bem definidos em terra batida, de uma invulgar estandardização das habitações, rigorosamente retangulares, caracterizadas por uma varanda perimetral e a cobertura de chapa de zinco. A seguir à independência os núcleos reordenados e que não foram destruídos durante os últimos anos da guerra, continuaram a ser habitados pelas populações locais. Em vez de voltar a apropriar-se do próprio local originário e construir de novo as próprias habitações e aldeias segundo princípios tradicionais, parece que as populações ficaram nos núcleos reordenados, que se expandiram de novas construções e residentes tornando-se hoje-em-dia pequenas vilas relevantes na infraestruturização do território. As pessoas não abandonaram o local enquanto, provavelmente, como tinha previsto António de Spínola, os serviços – os postos sanitários, as escolas, os poços, entre outros– incentivaram as populações

¹⁷ AHM/DIV/2/4/124/15, “BEng447”. 1973.

¹⁸ Durante a viagem à Guiné realizada em março de 2019, foram visitadas as vilas de Pelundo, Binar e Encheia, antigos núcleos reordenados durante o Governo de António de Spínola (1968-1973).

a fixarem-se no antigo núcleo reordenado, atraindo também novos residentes. Além disso, depois da independência é possível que estes núcleos conseguiram garantir um local protegido e seguro, enquanto muitas das áreas envolventes podiam estar afetadas pelas minas deixadas durante o conflito.



Figura 8 - Vila de Pelundo (2019) ©Francesca Vita



Figura 9 - Vila de Binar (2019) ©Francesca Vita

Embora esta pesquisa seja ainda preliminar, com o presente caso de estudo o que se pretende levantar são questões ligadas à relação que as populações têm vindo a ter com este património militar de época colonial. Se a prática dos *reordenamentos* pôs em causa a liberdade e o modo de vida tradicional das populações rurais, o que se pretende explorar são os efeitos que esta política pode continuar a ter na vivência contemporânea destes locais. Questiona-se, por exemplo, se as populações reordenadas se adaptaram a um novo modo de vida e de organização do espaço público e privado baseado no modelo europeu de habitação e na lógica militar de eficácia e controlo ou se conseguiram e como manipular o ambiente construído adaptando-o ao próprio modo de vida, hábitos e organização do espaço tradicional. Com a atuação da política dos *reordenamentos* populacionais por António de Spínola, as esferas política e militar confundem-se e a fronteira entre o desenvolvimento e o controlo do território, a promoção da população e a sua manipulação é controversa. A demonstração disso está a apropriação e perpetuação dos locais reordenados, património em causa de futuras investigações e debates.

Referências Bibliográficas

AA.VV. (1963), *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: Ministério do Exército.

AA.VV. (1972), *Prospectiva do desenvolvimento económico e social da Guiné*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

AA.VV. (1973), *Ordenamento rural e urbano na Guiné Portuguesa*. Lisboa: Agência do Ultramar.

Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos (2016), *A conquista das almas. Cartazes e panfletos da ação psicológica na Guerra Colonial*. Lisboa: Tinta da China.

Cabral, Amílcar (1974), *Guiné-Bissau. Nação africana forjada na luta*. Lisboa: Nova Aurora.

De Spínola, António (1970), *Por uma Guiné melhor*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

GEAEM, Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar. (2014), *A Engenharia Militar na Guiné. O Batalhão de Engenharia*. Lisboa: Direção de Infraestruturas do Exército.

Ledda, Romano (1973), *Una rivoluzione Africana*. Bari: Donato Editore.

Milheiro, A. V. (2012), *Nos Trópicos sem Le Corbusier. Arquitectura Luso-Africana no Estado Novo*. Lisboa: Relógio d'Água.

Milheiro, Ana Vaz (2017), *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do "Imperio Português"*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

Rodrigues, Luís Nuno (2010), "For a Better Guinea! Winning hearts and minds in Portuguese Guinea", in Philip Muehlenbec (ed.), *Race, Ethnicity, and the Cold War. A Global Perspective* (pp. 118-141). Tennessee: Vanderbilt University Press.

Vita, Francesca (2019), "«Uma Guiné Melhor»: the psychological action and the spatialization of population control in rural areas. The strategic villages in Guinea-Bissau between 1968-1973". Lisboa: Congresso Internacional Colonial and Postcolonial Landscapes.

O contributo da salvaguarda (s)em desenvolvimento para a (falta de) coesão urbana: o caso da Ilha de Moçambique

Mássuma Raza,¹ Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

massuma.yassin@gmail.com

Resumo: Tanto a salvaguarda como o desenvolvimento, são desafios aos quais a sociedade tem de dar resposta e ambos enfrentam obstáculos, embora de ordens e tipos diferentes. Tendo em conta que todas as cidades têm uma perspetiva de desenvolvimento e que este requer mudanças, a salvaguarda patrimonial pode ser vista como um obstáculo, na medida em que é comumente associada ao impedimento da mudança, sobretudo do quadro físico das cidades, estabelecida por instrumentos legais e/ou documentos doutrinários subscritos por cada país. Este artigo discute as tensões geradas pela incidência de ambas perspetivas no caso da Ilha de Moçambique, inscrita na lista do património mundial da UNESCO desde 1991. O estado em que a Ilha se encontra atualmente, reflete o modo como as políticas nacionais e locais implementam a doutrina estabelecida para a salvaguarda patrimonial pelas mais altas instâncias internacionais. Porém, as condições e qualidade de vida da esmagadora maioria da sua população são muito desfavoráveis, assim como a maior parte do edificado se encontra em elevado mau estado de conservação. Tendo em conta este contexto, o principal objetivo deste estudo é avaliar o impacto da salvaguarda como fator de desagregação se não for perspetivada em desenvolvimento, e indagar o papel que pode desempenhar como força motriz da coesão, se gerida de forma apropriada. Como metodologia, foi feito um levantamento dos estudos já realizados sobre a Ilha, para perceber e identificar os obstáculos e consequências da salvaguarda no desenvolvimento da Ilha de Moçambique.

Palavras-chave: Património, coesão urbana, salvaguarda em desenvolvimento, gestão do património

Abstract: Both heritage safeguarding and development are challenges to which society must respond, and both face obstacles, albeit of different orders and types. Bearing in mind that all cities have a development perspective and that this requires change, heritage safeguarding can be seen as an obstacle, as it is commonly associated with preventing change, especially in the building framework of cities, established by law and/ or doctrinal documents subscribed by each country. This article discusses the tensions generated by the incidence of both perspectives in the case of the Island of Moçambique, inscribed on the UNESCO world heritage list since 1991. The current state of the Island reflects how national and local policies implemented the doctrine established by the highest international bodies for the safeguarding of heritage assets.

¹ Licenciada em Arquitetura e Planeamento Físico pela Universidade Lúrio, Moçambique, 2015, com o trabalho de final de curso de um plano urbano para a cidade de Nampula. Gestora de uma empresa de construção e consultoria entre 2015 e 2018 tendo participado num projeto de construção de casas para reassentamento regional. Atualmente é Mestranda em Reabilitação Urbana Integrada no Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, estando a desenvolver uma Dissertação sobre *A Coesão Sócio-espacial como o desafio para um Desenvolvimento Urbano Equitativo e Sustentável em Moçambique*.

However, the living conditions and quality of life of the overwhelming majority of its population are very unfavourable, as well as most of the buildings are in a poor state of repair. In this context, the main objective of this study is to assess the impact of safeguarding as a disaggregation factor if not foreseen in development and to investigate the role it can play as a driving force of cohesion if adequately managed. The methodology is based on a survey of studies of the Island, to assess and identify the obstacles and consequences of heritage safeguarding on its development.

Palavras-chave: Heritage, urban cohesion, safeguard in development, heritage management

Introdução

Nas últimas décadas, tem-se assistido a transformações profundas no que diz respeito à escala e natureza dos processos de desenvolvimento urbano, traduzindo-se na forma como o ordenamento dos territórios têm vindo a ser perspetivado. Nos países em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, o desenvolvimento urbano é determinado por um crescimento exponencial da urbanização desde os últimos anos do século XX, na maioria não planeada, dando origem a vários problemas. Um dos principais é a falta de conectividade física e social na estrutura urbana, ou seja, a fragmentação espacial, o acesso à terra e as desigualdades económicas, o que resulta em consequências graves na coesão urbana. Torna-se, portanto, necessário estudar e entender este conceito, para identificar as melhores formas de mitigar os estes problemas.

Neste contexto, o objeto de estudo deste artigo é a coesão urbana, um conceito importante que ganhou muita atenção nas últimas décadas, pois é um dos desafios dos territórios urbanos que resultaram de fortes processos de crescimento, tornando-se necessário fazer face à fragmentação morfológica das estruturas urbanas, bem como a diversas debilidades das suas dinâmicas sociais e económicas. Existem várias lacunas na clarificação deste conceito ao nível das políticas públicas e de estudos científicos, por tratarem somente níveis macro, e aquando da extrapolação para as condições específicas das cidades (as condições que definem a coesão territorial) surgem ainda mais problemas. Estas lacunas têm se traduzido para a escala urbana de maior e menor dimensão, traduzindo-se nos problemas de coesão urbana que hoje encontram-se nas cidades atualmente.

Deste modo, importa destacar algumas questões relacionadas com o problema-chave originário deste artigo, tornando-se importante perceber se já foram feitos planos para o desenvolvimento e salvaguarda da Ilha de Moçambique, e se foram ou estão a ser seguidos? Já foram criadas entidades especificamente dedicadas à questão do património? A nível central ou a nível local? Como é que estas entidades funcionam? Quais são as suas responsabilidades e método?

Este artigo centra-se na resposta a estas questões e na identificação de possíveis soluções para o caso da Ilha de Moçambique.

De que falamos quando falamos de coesão urbana e de salvaguarda em desenvolvimento?

A coesão urbana é um conceito importante que atraiu muita atenção nas últimas décadas, pois é um dos desafios que se tem colocado aos territórios urbanos que resultaram de fortes processos de crescimento, tornando necessário fazer face à fragmentação morfológica das

estruturas urbanas, bem como a diversas debilidades das suas dinâmicas sociais e económicas. O conceito de coesão urbana tem vindo a ser estudado e desenvolvido nas últimas décadas, principalmente ao nível das políticas da União Europeia e sobretudo a uma escala territorial.

Neste contexto, foi reconhecido oficialmente pela primeira vez como desígnio político no Tratado de Amesterdão (1997) e, posteriormente, no Tratado de Lisboa (2007), tendo dado origem a vários documentos de apoio à programação de políticas públicas, como o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (1999), a Agenda Territorial da União Europeia (2007 e 2011), o Livro Verde sobre a Coesão Territorial (2008) e os Relatórios sobre a Coesão Económica, Social e Territorial, sendo o último de 2017. Apesar do grande desenvolvimento da abordagem ao conceito, ainda há necessidade de o enquadrar e estudar ao nível da escala urbana para indagar o nível de implementação das políticas públicas locais, ou seja, para problematizar os instrumentos, agentes e métodos de concretização das políticas.

A transferência do conceito do nível macro para uma escala urbana ou local, apesar de ter subjacente a ideia de integração multi-escala, ainda é inconsistente. Em geral, ele é entendido como a união, harmonia, associação, ligação entre partes de um Estado, sendo abordado no âmbito social, económico e territorial. No âmbito dos documentos de apoio à programação de políticas públicas e de alguns estudos científicos surgiram diferentes definições do conceito, algumas delas sumarizadas no Quadro 1.

Tabela 5 - Diferentes definições do conceito de Coesão Territorial. Adaptado de Ana Pinto, 2015

2004	TERCEIRO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL	Procura assegurar que os cidadãos não são prejudicados em virtude do local onde residem ou trabalham
	ANDREAS FALUDI	Reduzir disparidades através do controlo da dominância de uma determinada área urbana face a outras, não só ao nível económico, como também de tomada de decisões
2007	AGENDA TERRITORIAL EUROPEIA	Alcançar um desenvolvimento mais equilibrado, reduzindo as disparidades existentes, evitando desequilíbrios territoriais e construindo políticas sectoriais mais coerentes
	WILLEN MOLLE	Procurar que cidadãos e empresas não sejam indevidamente prejudicados pelas diferenças espaciais, no acesso aos serviços básicos, infraestruturas e conhecimento
2008	LIVRO VERDE PARA A COESÃO TERRITORIAL	Assegurar um desenvolvimento territorial mais sustentável, reforçando a competitividade económica e a capacidade de crescimento, respeitando simultaneamente a necessidade de preservar os recursos naturais e de assegurar a coesão. A coesão territorial permite construir a ponte entre a efetividade económica, a coesão social e o equilíbrio ecológico, colocando o desenvolvimento sustentável no topo das prioridades políticas
2009	SEXTO RELATÓRIO DE PROGRESSO DA COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL	Desenvolvimento harmonioso e sustentável de todos os territórios considerando as suas características e recursos
	CONFERÊNCIA DE KIRUNA SOBRE A COESÃO TERRITORIAL	Garantir um desenvolvimento equilibrado de todos os territórios, procurando assegurar que os cidadãos possam usufruir livremente das características desses territórios
	CONFERÊNCIA DAS REGIÕES PERIFÉRICAS MARÍTIMAS DA EUROPA	Oferecer um acesso equitativo aos serviços de interesse geral e garantir condições de competitividade ideais para todos os territórios
2010	QUINTO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL	A Coesão Territorial reforça a importância de garantir a equidade, acesso aos serviços e bens essenciais, procurando um desenvolvimento sustentável e reforçando as “geografias funcionais”

A coesão territorial, na sua essência, é a busca de uma boa e eficiente governação, o advir do desenvolvimento sustentável e equilibrado nos territórios (Faludi; Peyrony, 2011). Segundo Karl Schön (2009), este conceito poderá tornar-se uma parte corrente do vocabulário urbano e passar a fazer parte do modo pensar as cidades e das decisões ligadas ao seu desenvolvimento.

Entre várias abordagens desenvolvidas em documentos da Comissão Europeia e por autores que abordam a temática da coesão territorial, existem aspetos comuns, nomeadamente a sua consideração em três dimensões que constituem uma base sólida para o tratamento do conceito: a física, económica e social.

Nos referidos relatórios e documentos da União Europeia, é sublinhada a falta de implementação do conceito de coesão territorial na escala urbana, relevando-se a necessidade de ser adaptado às especificidades locais (European Commission, 2007a). Em documentação da iniciativa URBACT, sublinha-se de forma direta que, para materializar o conceito de integração nas cidades, é necessário que as operações de intervenção urbana sejam orientadas desde o seu início para a coesão urbana.

“Those cities with more advanced experiences show a clear vocation for becoming Multifunctional cities with a bigger cohesion, where public spaces, housing, services and clean economic activities are combined. In order to achieve this integrated “model”, it is necessary that the urban operations, quite often of big magnitude are oriented to urban cohesion, since de beginning of the process...” (URBACT, 2009: 36)

Neste contexto, a coesão urbana é entendida como a harmonia e ligação entre as várias partes das cidades em busca de uma boa governação, procurando um desenvolvimento equilibrado e sustentável nas vertentes social, económica e territorial.

Por sua vez, a salvaguarda em desenvolvimento, outro conceito-chave do presente artigo, tem sido igualmente alvo de vários estudos que defendem ser a forma sustentável de preservar os bens culturais e a história de cada lugar, para os passar às gerações vindouras. No fundo, a noção de património enquanto aliado do desenvolvimento, é uma reação às dificuldades das políticas estabelecidas até ao final do séc. XX assegurarem a sustentabilidade do património. De facto, tais políticas, centradas na proteção às ameaças de destruição ou transformação do património, têm dificuldade para acompanhar a evolução das cidades e desempenharem um papel mais contributivo para as sociedades.

Como todas as cidades precisam de se transformar para assegurar o seu próprio desenvolvimento, a sua inibição pode impedir a construção de respostas às novas necessidades da sociedade, ou seja, ao seu desenvolvimento. De facto, tendo em conta que todas as cidades têm uma perspectiva de desenvolvimento e que este requer mudanças do seu status atual, a salvaguarda patrimonial pode ser vista como um obstáculo, na medida em que é comumente associada ao impedimento da mudança, sobretudo do quadro físico das cidades (edifícios e espaços públicos).

O desenvolvimento foi dominado até recentemente por abordagens quantitativas, em detrimento de abordagens integradas, sensíveis a valores qualitativos.

A este respeito, Adelino Gonçalves (2015) defende que a forma como se lida com a mudança quando se trata de salvaguarda, pode ser abordada de diferentes formas, podendo ser absolutamente conservadora, na linha das teorias defendidas por John Ruskin (1849), ou intervencionista, conforme teorizou Viollet-le-Duc (1875).

Apesar das ideias defendidas por estes fundadores das teorias do património não estarem direcionadas ao ambiente urbano, mas sim para os edifícios, pode afirmar-se que mesmo no caso dos edifícios existe sempre a necessidade e estímulo para a mudança, pois apesar de eles fazerem parte de uma história do passado, devem também servir as sociedades em que se

inserir. Sejam quais forem, os usos evoluem e o desempenho dos edifícios para servir as suas funções tem de ser otimizado. Ora se tal ocorre no caso dos edifícios, por maioria de razão, numa escala urbana, a salvaguarda deve ser vista de forma integrada e admitindo a mudança enquanto fator primordial de sustentabilidade, pois a cidade está em constante crescimento e desenvolvimento.

Pois bem, para que haja coesão urbana ou territorial, é necessário garantir equidade no acesso a serviços e que sejam criados equilíbrios nas relações entre a economia dos lugares e as diferentes camadas da sociedade, pois o principal objetivo da coesão urbana é eliminar disparidades e formar um ambiente equilibrado.

Deste modo, se a salvaguarda patrimonial for implementada, de forma inflexível, como um inibidor da mudança, pode contribuir para que se instalem processos desagregadores. Desse modo, dificulta-se a criação de equilíbrios entre as atividades culturais relacionadas com o património, quando, na verdade, podem constituir uma chave para a articulação funcional e física da urbanização como um todo, integrando a(s) comunidade(s) residente(s). Neste contexto, o artigo dedica-se, em particular, a abordar as influências que as políticas do património têm no desenvolvimento, tendo como caso de estudo a Ilha de Moçambique.

Ilha de Moçambique: enquadramento histórico e territorial

A Ilha de Moçambique, estrategicamente localizada na costa oriental africana, por se tratar de uma escala conveniente na travessia do Índico, tornou-se desde cedo palco de importantes trocas comerciais. Antes da chegada dos portugueses em 1498, a Ilha era uma povoação de cultura swahili africana.

Ao longo da história, a Ilha assumiu por duas vezes o estatuto de capital, mas perdeu esse estatuto as duas vezes. Primeiro, assumiu em 1818 o estatuto de capital de Moçambique e manteve-o até 1898, ano em que a capital foi transferida para Maputo. Depois, na sequência desta transferência, assumiu o estatuto de capital do Norte, mas foi substituída em 1935 pela cidade de Nampula. Como se não bastasse, à perda deste estatuto, somou-se na mesma altura a perda da importância estratégica e económica do porto da Ilha, em virtude da construção de um porto maior em Nacala.

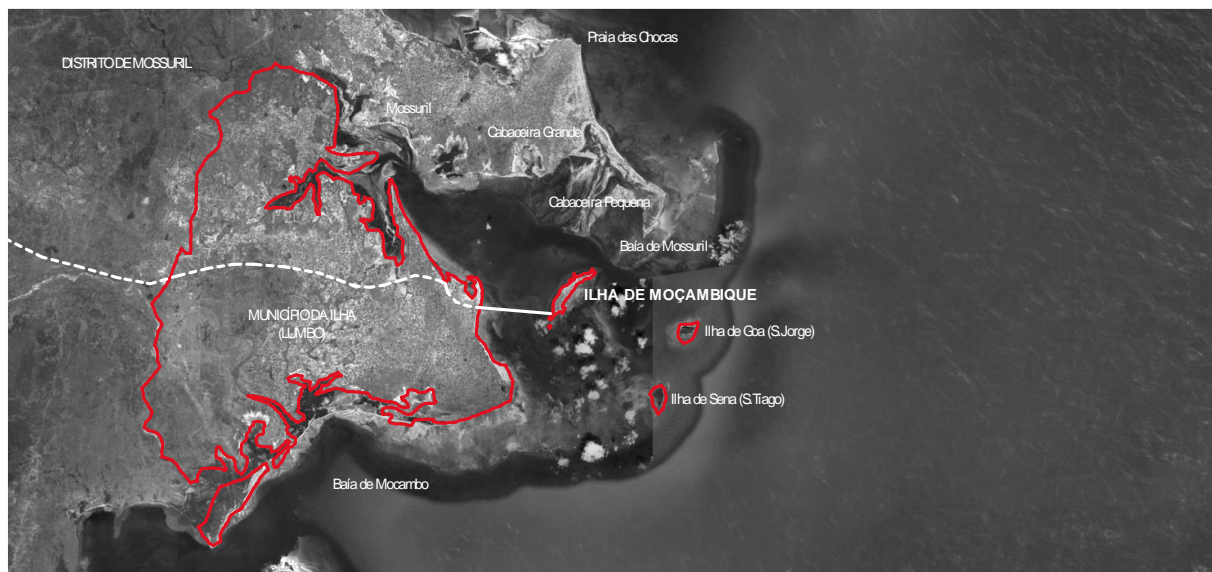


Figura 24 - Mapa de localização da Ilha de Moçambique. Mássuma Raza, 2019.

Em 1967, com vista a encontrar uma alternativa económica para a Ilha de Moçambique, o Governo Colonial construiu uma ponte que a liga ao continente, pois, até então, o acesso era feito por via marítima.

A Ilha de Moçambique é atualmente uma das cidades da Província de Nampula e dista cerca de 180 km da capital da província, Nampula. O limite espacial do município da Ilha de Moçambique coincide com o do distrito com o mesmo nome, sendo constituído por duas áreas urbanas divididas pela Baía de Mossuril:

- A cidade insular, com aproximadamente 1 km²;
- O posto Administrativo de Lumbo: zona continental de expansão urbana, de aproximadamente 225 km².

Por razões históricas e pelas tipologias do edificado, a Ilha apresenta-se dividida em duas partes: a antiga cidade colonial, comumente chamada “Cidade de Pedra e Cal”, constituída por 400 edifícios onde estão localizados os principais monumentos; e os antigos bairros indígenas, agora conhecidos no seu conjunto por “Cidade de Macuti”. Esta parte é constituída por cerca de 1200 edifícios, maioritariamente casas de construção em pau-a-pique cobertas com macuti, existindo também casas de pedra e cal, também cobertas com macuti (CMIM, 2014).

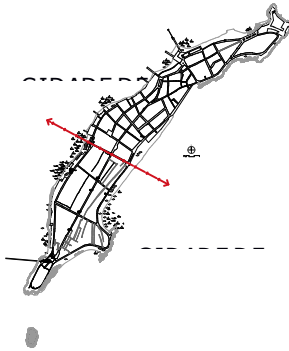


Figura 2 - Divisão da Ilha de Moçambique. Mássuma Raza, 2019.

O que é feito para assegurar a preservação do património da ilha?

Em 1991 a Ilha foi inscrita pela UNESCO na lista de Património Mundial da Humanidade, após ter aderido, em 1982, à Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural do Mundo da (UNESCO, 1972).

Muito antes, durante a administração colonial Portuguesa, foram encetadas algumas iniciativas pelo governo de Moçambique para assegurar a proteção do bem e da sua história, nomeadamente, a constituição da Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (CMRHM), em 1943, que devia garantir a preservação do núcleo urbano da Ilha. Para esse efeito, foi classificado como imóvel de interesse público, com exceção da zona ocupada por construções sem carácter permanente.

Posteriormente, na década de 1970, com Moçambique já independente, tiveram lugar algumas ações de preservação do valor arquitetónico, histórico e cultural da Ilha, nomeadamente a criação da então Brigada de Conservação e Restauro, em 1977. Seguidamente, no início da década de 1980, começou a funcionar o Gabinete de Conservação e Restauro da Ilha de Moçambique, que passou a dirigir a Brigada, e em 1982 foi constituída a Associação de Amigos da Ilha de Moçambique. Finalmente, foi criado em 2006 o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM), com a responsabilidade de estabelecer regras

para a proteção e valorização do património tangível e intangível, com base na política do Governo para o desenvolvimento sustentável da Ilha de Moçambique.

Com a inscrição da Ilha de Moçambique na Lista de Património Mundial, foi definida uma Zona Tampão para proteção cultural e paisagística, que abrange o lençol da Baía de Mossuril e as zonas costeiras e as ilhas à sua volta.

A delimitação desta zona baseou-se em dois princípios:

- **Coesão paisagística**, entendendo que toda a zona que está à vista da Ilha de Moçambique e de onde se vê a Ilha, constitui a sua paisagem.
- **Coesão histórica cultural**, entendendo-se que o bem engloba as vilas e povoações costeiras com laços históricos e culturais diretamente ligados à Ilha, e que mantenham com ela uma ligação diária por via terrestre e/ou marítima.

A Zona Tampão é assim uma área definida pela existência de características semelhantes, história relevante e paisagem natural em que se insere a Ilha, englobando as comunidades de Sanculo, Lumbo, Cabaceiras, Ilha de Goa e Ilha de Sena, localizadas na Baía de Mossuril e com a Ilha como seu centro (CMIM, 2014).

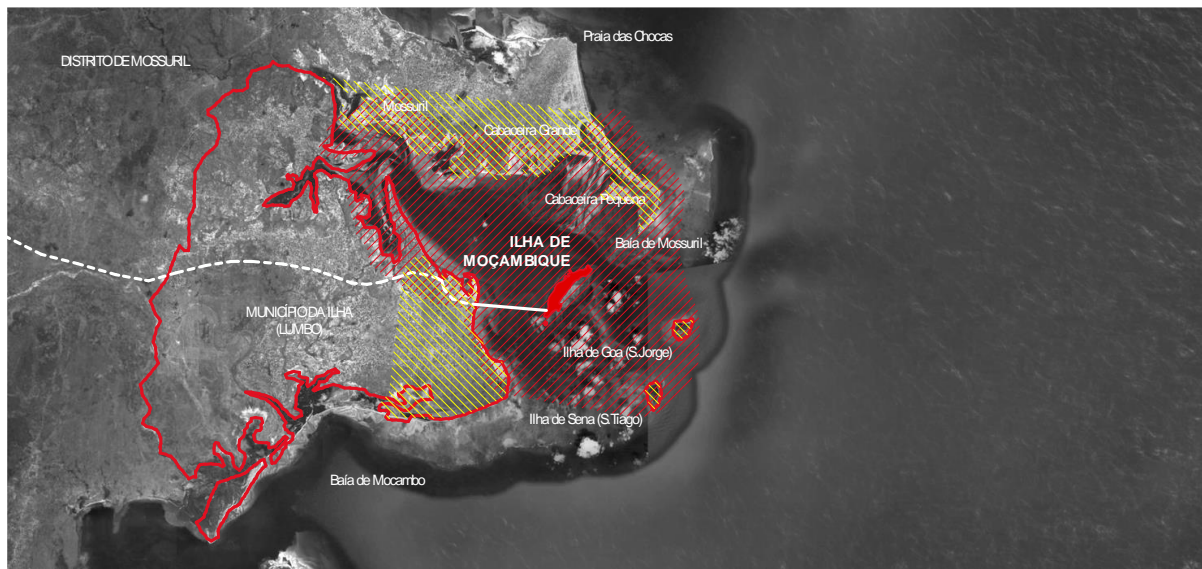


Figura 3 - Tampão de 1991 (classificação pela UNESCO) e 2011 (revista pelo GACIM). Adaptado de CMIM e Vocação Técnica, 2013 e CMIM, 2014.

A delimitação da Zona Tampão foi revista em 2012 pelo GACIM, acentuando-se o valor conferido à ligação visual entre a Ilha e a costa. Havia a necessidade de fazer esta revisão, pois tinham passado vinte anos desde a sua delimitação e muita coisa havia mudado. O novo perímetro é maior e além de parte do distrito e município da Ilha de Moçambique, inclui áreas do distrito de Mossuril, o que dificulta uma gestão coordenada do bem.

Quadro de gestão referente a conservação da ilha

Estando-se na presença de Património Mundial, existem organismos internacionais com responsabilidades na orientação, gestão e preservação do bem, e as suas atividades têm de se cruzar com as dos 4 níveis de gestão territorial de Moçambique: o Central, Provincial e Distrital, Local e Municipal e a Sociedade Civil. Deste modo, para o caso da Ilha, tem-se o seguinte complexo de organismos com responsabilidades na gestão do bem:

- Instituições Internacionais
- Governo Central (Nacional)

- Governo do Distrito da Ilha de Moçambique
- Governo Municipal da Ilha de Moçambique
- GACIM
- Sociedade Civil

A sobreposição dos órgãos do governo local e distrital, e ainda a presença do GACIM, que está sob a tutela do Ministério da Cultura, cria dilemas e dúvidas não só aos residentes, mas também aos investidores, no que diz respeito à responsabilidade institucional pela gestão do património edificado.

Além desta sobreposição, existem ainda as responsabilidades setoriais de diversos organismos ou agências de diferentes tutelas, ampliando a miscelânea de atores com responsabilidades sobre a gestão do património, agudizando a necessidade de articulações para promover ações concertadas e integradas.

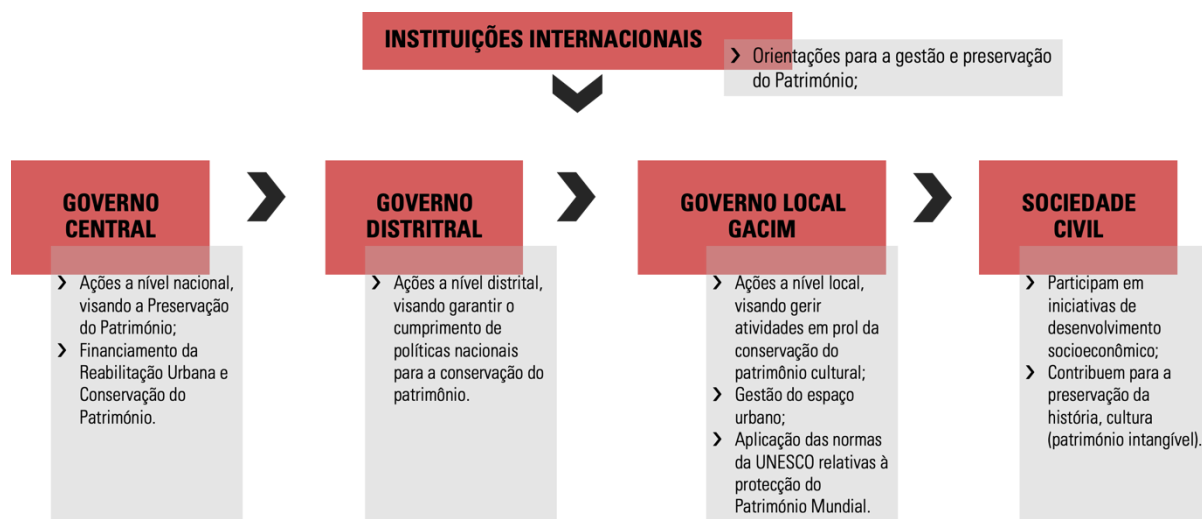


Figura 4 - Quadro Institucional de Gestão e Conservação da Ilha. Mássuma Raza, 2019

No Relatório sobre o Estado de Conservação da Ilha de Moçambique de 2018, publicado pela UNESCO, são identificadas como principais questões que afetam a preservação do bem, aspetos relacionados com a falta de financiamento, atividades de gestão não apropriadas e falta de implementação do plano de gestão elaborado em 2010. De salientar que estes aspetos são referidos desde os primeiros relatórios, de 1993.

Ora um dos desafios da gestão do património na Ilha, é a consolidação e aprimoramento da articulação institucional entre os diferentes intervenientes, do setor público e do setor privado. Na verdade, a coordenação interinstitucional dos diferentes atores com responsabilidades pela gestão e desenvolvimento da região da Ilha de Moçambique, encontra-se prevista em diversos instrumentos legais, porém, a sua efetividade não é notável por haver divergências e falta de interesse de algumas partes.

Instrumentos legais referentes à conservação da Ilha

A nível internacional, os instrumentos de referência para conservação do património cultural que importa referir para os objetivos deste artigo são os seguintes:

- Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972);
- Convenção para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003).

Da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, decorre que na qualidade de Estado Parte da Convenção de 1972, Moçambique comprometeu-se a assegurar a identificação, proteção, conservação e valorização do património cultural e natural situado no seu território, transmitindo-os às gerações futuras.

Por sua vez, a finalidade da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial está presente no seu próprio título e cada Estado Parte compromete-se a adotar medidas que assegurem a sustentabilidade e conservação do Património Cultural Imaterial.

A nível nacional, em 2010, foi criado um Plano de Ação para a Gestão do Património Mundial da Ilha de Moçambique para tomar medidas urgentes contra a degradação contínua do edificado, até ser elaborado um Plano Diretor para a Ilha de Moçambique (Hougaard, 2011), o que só veio a ocorrer em 2009. Em síntese, criou-se:

- O GACIM em 2006, que ficou operacional em 2007;
- O Plano Diretor, em 2009, sob o título de Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique;
- O Plano de Gestão, em 2010 pelo Ministério da Educação e Cultura, com apoio da UNESCO.

Também a nível nacional, os instrumentos de referência para a conservação do património cultural legalmente estabelecidos são os seguintes:

- Lei n.º 10/88, de 22 de Dezembro, sobre a Proteção do Património Cultural. Determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano, que estejam na posse do Estado e organismos de direito público, ou sejam propriedade privada, sem prejuízo dos direitos de propriedade que couberem aos respetivos titulares. A lei estabelece também os termos de defesa e proteção de bens culturais de outros países existentes em Moçambique, tendo em conta as obrigações decorrentes da aplicação do princípio da reciprocidade.
- Decreto n.º 27/94, de 20 de Julho, que estabelece o Regulamento de Proteção do Património Arqueológico. Este regulamento define conceitos relativos à conservação do património arqueológico e os procedimentos com vista a obtenção de licenças para realização de trabalhos arqueológicos em Moçambique.
- Resolução n.º 12/2010, de 27 de Abril, aprova a Política de Monumentos e dos Museus e tem como objetivo a preservação e valorização de Bens Imóveis do Património Cultural de Moçambique, de forma a garantir a sua fruição pública. Abrange os monumentos, conjuntos e sítios, de acordo com o critério de valor local, nacional ou universal que estes bens representam.

Existem ainda outros instrumentos legais que devem ser observados tanto no caso da Ilha como do Lumbo, relativos, por exemplo, ao meio ambiente (Lei nº 20/97- Lei do Ambiente; Decreto nº 46/2006 - Regulamento para Prevenção da Poluição e Proteção do Ambiente Marinho Costeiro) e ao turismo (Lei nº 4/2004 - Quadro Legal para o Fomento e Exercício das Atividades Turísticas) (CMIM, 2012).

A nível local, a Ilha de Moçambique dispõe ainda de alguns documentos específicos para a gestão do seu território, nomeadamente:

- Código de Posturas Municipais (2006), preparado pelo Conselho Municipal da Ilha de Moçambique (CMIM) para monitorizar atividades relacionadas com a preservação do ambiente histórico da cidade, a par do acompanhamento técnico prestado pelo GACIM;
- Plano de Gestão e Conservação 2010-2014, desenvolvido pelo Ministério da Cultura juntamente com o Conselho Municipal da Ilha de Moçambique (CMIM) e o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM) onde define o quadro legal necessário para a operacionalização do plano e salienta a necessidade de uma gestão

integrada do património, entre o Governo Central, do Distrito, Municipal e do Gabinete de Conservação;

- Decreto n.º 27/2006, de 13 de Julho, que aprova o Estatuto Específico da Ilha de Moçambique visando promover a aplicação das normas da UNESCO relativas à proteção do Património Mundial, estabelecer regras e mecanismos de articulação e coordenação entre os diferentes intervenientes no processo de desenvolvimento e conservação da Ilha de Moçambique e promover o investimento nacional e estrangeiro na região (Omar, 2013).
- Decreto n.º 28/2006, de 13 de Julho, que criou o GACIM enquanto instituição pública subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, e aprova respetivo Estatuto Orgânico. O mesmo diploma define como áreas setoriais de intervenção do GACIM a proteção arquitetónica, histórica e arqueológica, a proteção ambiental, o turismo cultural e o apoio técnico e capacitação institucional.

A Comissão Técnica do GACIM é constituída por representantes do governo do Distrito, do Conselho Municipal da Ilha de Moçambique (CMIM) e por membros da Sociedade Civil, com o intuito de gerir atividades em prol da conservação do património cultural na Ilha de Moçambique.

Dentre as Associações Cívicas que participam nas iniciativas de desenvolvimento socioeconómico da Ilha de Moçambique, destacam-se a Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique (AAIM), desde 1982, a Associação dos Pequenos Empresários Turísticos (APETUR), desde 1999, e a Associação Cultural das Mulheres da Ilha de Moçambique (ACUMIM), desde 2009. (Omar, 2013).

A quem concerne a responsabilidade de gestão pública e privada?

A inscrição da Ilha na Lista de Património Mundial da Humanidade não se reflete nos planos do Governo central para a concretização de programas de financiamento para a Ilha, nem no quadro de pessoal técnico do Governo Distrital e do Município. Deste modo, esta falta de interesse por parte do Governo Central e Distrital, tornam insustentáveis as tentativas de execução dos vários estudos e planos já elaborados para Ilha.

No caso dos edifícios, espaços públicos e todo património pertencente ao estado, pode dizer-se que, em geral, encontra-se em mau estado de conservação e num processo de degradação acelerada, pois não existe uma tradição de manutenção regular do parque edificado do Estado. Existe, sim, o hábito de intervenções de reabilitação apenas depois de longos períodos de abandono e degradação, em parte por falta de pessoal técnico e dos meios financeiros necessários.

No contexto da Ilha, a gestão dos edifícios públicos do estado é da responsabilidade do GACIM desde 2006, porém, não teve efeitos positivos, pois este órgão não tem capacidade técnica nem financeira para efetuar a manutenção e conservação desse património. No caso do património de posse e uso privado na Cidade de Pedra e Cal existem vários casos onde os edifícios se encontram em ruínas ou em degradação muito acelerada. No entanto, como se poderia esperar, é nesta parte da Ilha que o património sofreu menos degradação, pois o uso continuado e o hábito de manutenção têm valor social e é um fator de segurança na vida dos utilizadores, que asseguram normalmente uma manutenção mínima adequada.

Já o património edificado da Cidade de Macuti, que constitui a maior parte das casas na Ilha, degradou-se durante o conflito armado e pobreza generalizada da população e pela superlotação das casas ajudam a compreender o estado desqualificação generalizada desta parte da Ilha. Verifica-se, contudo, uma tendência recente de reabilitação de casas, muitas vezes tratando-se da demolição da casa antiga construída com materiais tradicionais e a sua

substituição por uma construção convencional de baixo custo, resultando na alteração de algumas das características tradicionais da paisagem urbana da Cidade de Macuti.

Ameaças à conservação da ilha

São vários os problemas que ameaçam a conservação da Ilha, como a degradação acelerada do património edificado, a pressão demográfica, o saneamento precário, a pobreza e a falta de informação. Mas os problemas principais são os que decorrem da falta de coordenação entre os intervenientes de gestão deste património, pois apesar das iniciativas de reabilitação e do apoio ao município por parte dos vários parceiros de desenvolvimento da Ilha, existem falhas na implementação de diversas iniciativas estatais e público-privadas, que condicionam a concretização dos seus objetivos

Já foram elaborados vários Planos Urbanísticos e Planos Estratégicos para a Ilha, mas não têm tido sucesso, pois, para que haja, existe uma forte dependência do envolvimento direto de todos intervenientes, neste caso a Administração Pública (central e local), parceiros privados (nacionais e estrangeiros) e a população abrangida. Além disso, deve ser garantido o financiamento para a implementação e monitoria desses Planos por parte do governo central, pois as receitas do município são insuficientes. Sem o envolvimento do governo central no financiamento/investimento em infraestruturas e a definição de ações prioritárias para a Ilha, os Planos serão sempre apenas um conjunto de boas intenções que não saem do papel. Na verdade, este problema não é novo. Como defendeu Honwana (2010), citado por Hougaard (2015: 2),

A dúvida que nos assaltava há mais de trinta anos sobre se era apropriado que um conjunto tão vasto e complexo de problemas fundamentais deveria ser confiado a um único sector da governação, talvez possa ter como resposta que as questões da cultura são efetivamente estruturantes da nacionalidade, devendo por isso merecer a atenção conjugada e permanente do Estado e de todo o conjunto da sociedade.

Esta gestão não integrada do património contribuiu para os problemas que hoje a Ilha enfrenta e a forma de os resolver é criar um modelo de gestão integrada e multissetorial, com base na salvaguarda em desenvolvimento.

O quê e como salvaguardar?

A Ilha de Moçambique continua a expressar com autenticidade os seus valores culturais, históricos, principalmente ao nível da paisagem natural, do conjunto urbano como um todo, do património intangível e, com algumas ameaças sérias, ao nível do seu património edificado. É um património que apesar de ter vindo a degradar-se muito rapidamente, não deixa de estar pressionado pela atividade turística, apesar de não estarem criadas infraestruturas para receber a demanda que está em crescimento.

Esta autenticidade está em elevado risco de ser comprometida, quer ao nível do património edificado quer a nível do conjunto urbanístico, se não forem tomadas medidas concretas para a melhoria das condições de vida da população. Principalmente na Cidade de Macuti, que é onde habita a maior parte da população residente, é a parte da Ilha com menos atenção dos organismos públicos e onde os níveis de saneamento e infraestruturas em geral são péssimos. Para dar resposta a várias questões aqui levantadas sobre a Ilha, existe o Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique, elaborado em 2010, onde se definem ações para fazer com que os bairros da cidade de Macuti recebam as devidas intervenções e sejam criadas condições de salubridade e infraestruturas, não esquecendo a conservação e manutenção dos edifícios.

O património pode expressar o seu valor cultural e histórico, servindo a sociedade e não apenas servindo como um cenário de uma cultura e uma época que passou. Neste contexto, importa utilizá-lo de forma integrada para que possa servir as necessidades da comunidade, assegurando a salvaguarda dos seus valores arquitetónicos, históricos e culturais. Ora tal desígnio, depende da intervenção concertada de todos atores dos sectores público e privado, incluindo a sociedade civil.

Conclusão

Para que haja uma gestão integrada do património da Ilha de Moçambique, é necessário que se tomem decisões por todos os responsáveis envolvidos e sejam assumindo compromissos para efetivamente as leva a cabo. Acima de tudo, é necessário que haja um plano bem estruturado definindo as ações a realizar e os respetivos intervenientes, bem como o investimento necessário. Ora um plano com essas características já existe, é o Plano de Gestão e Conservação, elaborado em 2010, onde são definidos todos estes aspetos detalhadamente. Desde modo, se mesmo existindo os instrumentos legais e de gestão, não existe coesão urbana na Ilha de Moçambique, caber perguntar o que esta a falhar?

Em primeiro lugar, é necessário que haja investimento para a realização desse plano, mas isto não acontece. As iniciativas particulares neste sentido limitam-se a dar resposta a interesses próprio e são desgarrados. Por isso há que garantir, por um lado, investimento público, na medida em que o Estado é o principal responsável pela gestão da Ilha como bem cultural, mas também parcerias com investidores nacionais ou internacionais, como forma de assegurar a sustentabilidade do plano. Nestas ações, é indispensável a participação de todos intervenientes do sector público, privado, sociedade civil e a própria população, na tomada de decisões e monitoria das ações.

Desta forma, poder-se-á contribuir para o reforço da coesão urbana e, por essa via, para a sustentabilidade deste património, ou seja, colocar em prática o contributo da salvaguarda em desenvolvimento para a coesão urbana, pois sem desenvolvimento, existirão sempre questões que alimentam a falta de coesão, evidentes na Ilha de Moçambique.

Referências bibliográficas

CESO-CI (2009), *Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique*. Maputo: BAD/MEC.

CMIM (2012), *Plano Geral de Urbanização do Posto Administrativo de Lumbo - Diagnóstico da Situação Actual*. Ilha de Moçambique: Conselho Municipal da Ilha de Moçambique.

CMIM e Vocação Técnica (2013), *Plano Geral de Urbanização do Posto Administrativo de Lumbo*. Ilha de Moçambique: Conselho Municipal da Ilha de Moçambique

CMIM (2014), *Diagnóstico do Plano de Pormenor da Ilha de Moçambique – Insular*. Ilha de Moçambique: Conselho Municipal da Ilha de Moçambique.

European Commission (2007a), *Growing Regions, Growing Europe. Fourth report on economic and social cohesion*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Versão eletrónica, consultada a 08.04.2019, em

https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion4/pdf/4cr_en.pdf

European Commission (2007b), *Territorial agenda of the European Union - towards a more competitive and sustainable Europe of diverse regions*. European Union. Consultado a 08.06.2019, em https://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/publications/communications/2007/territorial-agenda-of-the-european-union-towards-a-more-competitive-and-sustainable-europe-of-diverse-regions

Faludi, Andreas; Peyrony, Jean (2011), “Cohesion Policy Contributing to Territorial Cohesion: Future Scenarios”, *European Journal of Spatial Development*, (43). Versão eletrónica, consultada a 08.05.2019, em <https://archive.nordregio.se/Global/EJSD/Refereed%20articles/refereed43.pdf>

Gonçalves, Adelino (2015), “Dimensões urbanas da salvaguarda e da reabilitação.” *Cescontexto-Debates*, 12, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, pp. 10-23. Versão eletrónica, consultada a 08.04.2019, em <http://hdl.handle.net/10316/29997>

Hougaard, Jens (2011), “Implementação dos instrumentos de Planificação e Conservação da Ilha de Moçambique”. Conferência sobre Paisagens Históricas Urbanas. Ilha de Moçambique. pp. 11-15.

Hougaard, Jens (2015), Conservação e desenvolvimento histórico arquitectónico da Ilha de Moçambique. Consultado a 08.05.2019, em <http://www.acervodigitalsua.ili.com.br/portal/uploads/page/E66CBF4C78.pdf>

Ministério da Educação e Cultura, República de Moçambique (2007), *Coletânea da Legislação Cultural de Moçambique*. 1ª Edição. Maputo: Direção Nacional de Cultura, Ministério da Educação e Cultura. Versão eletrónica, consultada a 08.04.2019, em <https://www.passeidireto.com/arquivo/46602576/colectanea-da-legislacao-cultural-de-mocambique>

Omar, Lucia (2013), *Os Desafios para Conservação Ambiental e Patrimônio Cultural na Ilha de Moçambique*. São Paulo: [s.n.] Dissertação do Programa de Pósgraduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. Versão eletrónica, consultada a 08.05.2019, em <http://livrozilla.com/doc/979603/universidade-de-sao-paulo-programa-de-pos>

Pinto, Ana Júlia (2015), *Coesão urbana: o papel das redes de espaço público*. Barcelona: [s.n.]. Tese de Doutoramento em Espacio Público y Regeneración Urbana: Arte, Teoría, Conservación del Patrimonio, Universitat de Barcelona. Versão eletrónica, consultada a 08.05.2019, em <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/67852>

Ruskin, John (1849), *The Seven Lamps of Architecture*. New York: John Wiley & Sons, 1885.

Schön, Karl P. (2009), “Territorial Cohesion – Current Views of the Commission and the Member States of the European Union”, in Kilper, Heiderose (Ed.), *German Annual of Spatial Research and Policy 2009. New Disparities in Spatial Development in Europe*. Springer Berlin Heidelberg, pp. 7–17.

UNESCO (1972), *Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, Paris, 16 de Novembro de 1972.

UNESCO Moçambique (2018), *Relatório Anual - Estado de Conservação da Ilha de Moçambique*. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_665c0e5f-d3c3-4499a-9cfl-c4a69505192b?_=265472por.pdf

URBACT (2009), *Driving Forces for Urban Cohesion. European Union. Recovering abandoned and obsolete industrial areas and avoiding fragmentation and urban division in peripheral cities of metropolitan areas*. Consultado a 08.05.2019, em https://urbact.eu/sites/default/files/import/Projects/Net_TOPIC/outputs_media/Thematic_Publication_1_-_Sesto_SG_FINAL.pdf.

Viollet-Le-Duc, Eugène (1875), *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*. Vol. VIII. Paris: V. A. Morel et C.o, Libraires - Éditeurs

Legislação

Decreto n.º 27/94, Boletim da República n.º 29 (I) (20/06/1994) – Aprova o Regulamento de Proteção de Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural.

Decreto n.º 27/2006, Boletim da República n.º 28 (I), Suplemento (13/07/2006) – Aprova o Estatuto Específico da Ilha de Moçambique.

Decreto n.º 28/2006, Boletim da República n.º 28 (I), Suplemento (13/07/2006) – Cria o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique e aprova o respetivo Estatuto Orgânico.

Lei n.º 10/88, Boletim da República n.º 51 (I) (22/12/1988) – Determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do Património Cultural moçambicano.

Resolução n.º 12/2010, Boletim da República n.º 59 (27/04/2010) – Aprova a Política de Monumentos.



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt

